

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 27/09/2018.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
Campus de Araraquara-SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

TESE DE DOUTORADO

**DOSSIÊ DEDS (2005 a 2014) – A DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA ANÁLISE
PELA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA**

ALEXANDRE MARUCCI BASTOS

ARARAQUARA-SP

2016

ALEXANDRE MARUCCI BASTOS

TESE DE DOUTORADO

**DOSSIÊ DEDS (2005 a 2014) – A DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA ANÁLISE
PELA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara (UNESP/FCLAr), como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA-SP

2016

Bastos, Alexandre Marucci

Dossiê DEDS (2005 a 2014) - a Década da Educação
para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil: uma
análise pela perspectiva estratégica / Alexandre
Marucci Bastos - 2016

361 f.

Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Sebastião de Souza Lemes

1. Educação. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3.
Década. 4. EDS. 5. DEDS - DNUEDS. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALEXANDRE MARUCCI BASTOS

DOSSIÊ DE DS (2005 a 2014) – A DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL: UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara –, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Bolsa: CAPES

SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA:

Data: 27 de setembro de 2016

Horário: 14h30min

Local: Anfiteatro C

Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara (UNESP/FCLAr)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Instituição: UNESP/FCLAr – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Instituição: UNESP/FCLAr – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Miceli Kerbauy

Instituição: UNESP/FCLAr – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Zildo Gallo

Instituição: Universidade de Araraquara – UNIARA

Membro Titular: Prof. Dr. Eliezer Arantes da Costa

Instituição: Future Trends Consulting

DEDICATÓRIA

Ao meu pai João e à minha mãe Edna (*in memoriam*), que partiu restando poucos dias para presenciar essa minha realização.

À minha esposa Flávia e aos meus filhos João e Fábria.

Ao grande amigo Cláudio Benedito Gomide de Souza (*in memoriam*), que sempre me apoiou na vida acadêmica, mas que nos deixou durante a jornada dessa missão ora cumprida.

Aos que acreditam e agem para que o mundo se torne melhor, para que tenha um futuro mais justo e sustentável.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus eterno, pelas inúmeras bênçãos concedidas a mim e à minha família.

Ao meu mais que orientador, um grande amigo, Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes (Kuka), por ter assumido uma missão quando esta se encontrava no meio do seu percurso de execução, por ter me apoiado quando precisei superar adversidades, pela confiança em me orientar e me dar autonomia e espaço para desenvolver este estudo.

Aos membros da banca: Prof. Dr. José Luís Bizelli; Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Miceli Kerbauy; Prof. Dr. Zildo Gallo; e Prof. Dr. Eliezer Arantes da Costa. Pela complacência e proficiência disponibilizadas e pelas preciosas contribuições acadêmicas oferecidas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro para a realização deste estudo.

À UNESP, por, além de me abrir as portas para mais uma etapa acadêmica de minha vida, ter correspondido às expectativas de sua envergadura e excelência institucional.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP e de toda a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

A todos que de uma forma ou outra, colaboraram e me apoiaram na elaboração deste estudo.

Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. [...] Isto sabemos: a terra não pertence ao homem. O homem pertence à terra. [...] Há uma ligação em tudo. O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

De um chefe indígena norte-americano Seattle, em 1854.

RESUMO

No Encontro do Rio de Janeiro de 1992, é proposta a *Agenda 21*, pela qual se reconheceu a importância da *Educação para um Desenvolvimento Sustentável* (EDS). Dez anos depois, em 2002, na Cimeira de Johannesburgo, recomendou-se que a Assembleia Geral da ONU considerasse a adoção de uma *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (DEDS). A recomendação em tela foi acatada ainda naquele mesmo ano de 2002, quando ficou definido um período de dez anos para tal propósito: de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2014. Mas nem tudo foi tão simples quanto parece. Antes mesmo de a iniciativa da ONU começar a vigorar na pretensa aplicação prática, parte dos adeptos da educação ambiental (EA) se mobilizava de modo a rechaçar a EDS no Brasil, em decorrência, entre outros aspectos, do caráter capitalista de que se revestia. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral elaborar um dossiê, investigando o percurso histórico da DEDS: de sua concepção e essência propositiva em eventos e documentos internacionais e nacionais, de modo a compilar registros e discussões que refletem diversas leituras – de debates e embates, a contribuições – sobre essa proposta da ONU, para então convergir o foco da pesquisa a partir de seu lançamento no Brasil e, especificamente, como a DEDS, à luz de uma possível proposta estratégica, foi – ou não – efetivamente levada a termo no contexto brasileiro, um Estado-membro das Nações Unidas. A metodologia adotada seguiu pelos procedimentos inerentes à pesquisa teórica e descritiva, concomitantemente à análise documental.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento Sustentável; Década; EDS; DNUEDS; DEDS.

**DOSSIER DE DS (2005 to 2014) - THE DECADE OF EDUCATION FOR
SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN BRAZIL: AN ANALYSIS BY THE
STRATEGIC PERSPECTIVE**

ABSTRACT

At the Meeting in Rio de Janeiro 1992 is proposed to Agenda 21, by which it recognized the importance of *Education for Sustainable Development* (ESD). Ten years later, in 2002, at the Johannesburg Summit, it was recommended that the UN General Assembly consider adopting a *Decade of Education for Sustainable Development* (DESD). This recommendation was accepted that same year of 2002, when it was defined a period of ten years for this purpose: from 1 January 2005 to 31 December 2014. But not everything was as simple as it sounds. Even before the UN initiative begins to take effect in the desired practical application, a share of the supporters of environmental education (EE) is mobilized to repulse the ESD in Brazil, due, among other aspects, its capitalist character. In this context, the present research had as general objective to elaborate a dossier, investigating the historical course of the DESD: its conception and essence propulsive in events and national and international documents; compiling records and discussions that reflect different readings – from debates and conflicts, to contributions – on this UN proposal, to then converge the focus of research from its launch in Brazil and, specifically, as the DESD, placed as a possible strategic proposal, was – or not – effectively carried to term in the Brazilian context, a Member State of the United Nations. The methodology adopted follows the procedures inherent to the theoretical and descriptive research, concomitantly with the documental analysis.

Keywords: Education; Sustainable Development; Decade; ESD; UN DESD; DESD.

LISTA DE FIGURAS / Ilustrações

- Figura 2.1:** *O terror da guerra: crianças em disparada após bombardeio de napalm – menina nua em ardência: Phan Thi Kim Phúc, 9 anos de idade, 21*
- Figura 4.1:** As semânticas do desenvolvimento sustentável, **82**
- Figura 4.2:** A relação da EMAS (EDS) com a EA e os três pilares do DS, **96**
- Figura 4.3:** Pirâmide inter-relacionando os três pilares do DS, tendo como base a Educação, **97**
- Figura 4.4:** O modelo sistêmico de DS, considerando a EDS, **97**
- Figura 5.1:** A DEDS e a EDS na dinâmica de um desenvolvimento sustentável, **225**
- Figura 6.1:** Elementos básicos da Matriz do método PROPACC, **245**
- Figura 6.2:** As categorias básicas de fatores não controláveis – tempo e impactos, **254**
- Figura 6.3:** Triângulo estratégico para construir o futuro, **258**
- Figura 6.4:** As variáveis de estado e o hiato de desempenho entre a situação atual e uma situação futura desejável, **272**
- Figura 6.5:** A “sequência W” no processo de implementação da DEDS, **280**

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 4.1:** Quanto à forma como o respondente tomou conhecimento da DEDS, **107**

LISTA DE TABELAS

- Tabela 4.1:** Distribuição geográfica dos acessos ao *ESDebate*: junho/1999 a março/2000, **89**
- Tabela 4.2:** A percepção da juventude – até 19 anos – quanto à EDS e à DEDS, **111**
- Tabela 4.3:** Distribuição por país de origem dos signatários do *Manifesto pela EA*, **117**
- Tabela 4.4:** Distribuição por continente dos signatários do *Manifesto pela EA*, **117**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 2.1:** Principais eventos sobre EA antes do Seminário de Belgrado, em 1975, **24**
- Quadro 2.2:** Alguns dos eventos nos cinco anos que se seguiram à Rio-92, **37**
- Quadro 3.1:** Síntese das cinco dimensões de sustentabilidade de Sachs, **71**
- Quadro 4.1:** A tipologia das concepções sobre o ambiente na EA, **86**
- Quadro 4.2:** A tipologia dos paradigmas educativos na EA, **86**
- Quadro 4.3:** Tipologia das concepções do DS, **87**
- Quadro 4.4:** Resultados do *ESDebate* quanto às questões fechadas sobre a EDS, **90**
- Quadro 4.5:** Relevantes ações preparatórias, nos meses antecedentes ao início da DEDS, **103**
- Quadro 4.6:** Quanto a conhecer a iniciativa da ONU representada pela DEDS, **106**
- Quadro 4.7:** Quanto à conveniência de mudar o vocábulo de EA para EDS, **107**
- Quadro 4.8:** Quanto aos motivos que fariam a mudança de EA para EDS ser conveniente, **109**
- Quadro 4.9:** Sobre os motivos que fariam a mudança de EA para EDS ser inconveniente, **109**
- Quadro 4.10:** Quanto à DEDS ser uma grande conquista ou um problema, **109**
- Quadro 4.11:** Quanto às razões que fariam a DEDS ser uma grande conquista, **110**
- Quadro 4.12:** Quanto às razões que fariam a DEDS ser um problema, **110**
- Quadro 4.13:** As 15 correntes, na educação ambiental (EA), postuladas por Sauv , **132**
- Quadro 6.1:** Matriz SWOT (PFOA), **247**
- Quadro 6.2:** Elementos da matriz SWOT (PFOA) no contexto da EDS/DEDS, **248**
- Quadro 6.3:** As 15 perspectivas estratégicas da EDS/DEDS, divididas em três categorias, **260**
- Quadro 6.4:** Funções complementares das categorias participantes do programa EDS, **262**
- Quadro 6.5:** Lista indicativa dos parceiros (atores) potenciais para a EDS, **263**
- Quadro 6.6:** As sete estratguas da DEDS, **264**
- Quadro 6.7:** Síntese da cooperação no nível local em relação ao programa EDS, **266**
- Quadro 6.8:** Valor adicionado ao programa EDS pelos atores no nível nacional, **267**
- Quadro 6.9:** Grupos regionais e suas funções, **268**
- Quadro 6.10:** Cooperação entre os atores no plano internacional para o programa EDS, **269**
- Quadro 6.11:** Resumo dos grupos e organizações do programa EDS/DEDS, **270**
- Quadro 6.12:** Resultados esperados da DEDS, **273**
- Quadro 6.13:** Potenciais comportamentos resultantes da EDS, **274**
- Quadro 6.14:** Ações básicas sob a responsabilidade dos governos no âmbito da EDS, **275**
- Quadro 6.15:** Movimentos para implantação de uma iniciativa estratégica, **278**
- Quadro 6.16:** Os quatro movimentos da “sequência W”, **279**
- Quadro 7.1:** Respostas da DEDS  ferramenta estratégica 5W2H (4Q1POC), **297**
- Quadro 7.2:** Matriz SWOT (PFOA) da DEDS, abrigada no contexto institucional da ONU, **298**
- Quadro 7.3:** Matriz SWOT (PFOA) da DEDS no contexto brasileiro, **299**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| 4Q1POC | Método para elaboração de planos que consiste em responder sete perguntas básicas: o Que? Quem (ou pra Quem)? Quando? Quanto (de recurso ou tempo)? Por que (ou Pra que)? Onde? e Como? (versão aportuguesada do 5W2H). Quando a quantificação não se faz necessária, despreza-se o “Quanto”, o que seria o 3Q1POC (o 5W1H, em inglês). |
| 5W2H | Método para elaboração de planos que consiste em responder sete perguntas básicas (em inglês): <i>What? Why? Who? When? Where? How? e How much?</i> (ver 4Q1POC). Quando a quantificação não se faz necessária, despreza-se o “How much”, o que seria o 5W1H. |
| a.C | Antes de Cristo |
| AL | América Latina |
| ALC | América Latina e Caribe |
| ALESCO | <i>Arab League Cultural and Scientific Organization</i> |
| ANA | Agência Nacional de Águas |
| AP | <i>Associated Press</i> |
| APEC | <i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i> |
| ASSNRHE | <i>Argentine Secretary of State for Natural Resources and Human Environment</i> |
| AWLF | <i>African Wildlife Leadership Federation</i> |
| BA | Estado da Bahia |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CDS | Comissão de Desenvolvimento Sustentável – Nações Unidas (ver CSD) |
| CDS/UnB | Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (ver UnB/CDS) |
| CEA | Centro de Educação Ambiental |
| CEBDS | Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável |
| CEE | <i>Centre for Environmental Education</i> (de Ahmedabad, na Índia) |
| CERNR-NUC | <i>Centre of Ecology and Renewable Natural Resource, National University of Cordoba</i> |
| CIMA | Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (da CNUMAD-92, a Rio-92) |
| CMDS | Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo (ver Rio+10) |
| CMMAD | Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ver WCED) |
| CNEA | Conferência Nacional de Educação Ambiental |
| CNRH | Conselho Nacional de Recursos Hídrico |
| CNUDS | Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (ver Rio+20) |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92/Rio-92) |
| CNUMAD-92 | Ver CNUMAD |
| COEA/MEC | Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (ver MEC/COEA) |

| | |
|------------------|---|
| CONAE | Conferência Nacional de Educação |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CONSED | Conselho Nacional de Secretários de Educação – UNESCO |
| CSD | <i>Commission for Sustainable Development – United Nations</i> (ver CDS) |
| Cúpula da Terra | – referente à conferência oficial da Rio-92, onde se reuniram os chefes de Estado mundiais |
| Cúpula dos Povos | – Evento paralelo à Rio+20, onde se reuniram representantes da sociedade civil |
| DEA/MMA | Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (ver MMA/DEA) |
| Década | Algumas citação trazem a expressão “Década” para se referir à DEDS |
| DEDS | Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ou DNUEDS) |
| DESD | <i>Decade of Education for Sustainable Development</i> (ver UN DESD) |
| DF | Distrito Federal |
| DHF | <i>Dag Hammarskjöld Foundation</i> (Fundação Dag Hammarskjöld) |
| DNUEDS | Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (ou DEDS) |
| DPP | Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, na Universidade de Brasília (UnB) |
| DS | Desenvolvimento Sustentável |
| EA | Educação Ambiental (ver EE) |
| Eco-92 | Ver CNUMAD |
| Eco-Ed 92 | Referente ao evento <i>World Congress for Education and Communication on Environment and Development</i> , realizado em Toronto, no Canadá, de 17 a 21 de outubro de 1992 |
| EcoSoc | UN (United Nations) Economic and Social Council |
| EDS | Educação para o Desenvolvimento Sustentável |
| EE | <i>Environmental Education</i> (ver EA) |
| EF | Ensino Fundamental |
| EM | Ensino Médio |
| EMAS | Educação para o meio ambiente e sustentabilidade |
| EPEA | Encontro Pesquisa em Educação Ambiental |
| ESA | Agência Espacial Europeia (<i>European Space Agency</i>) |
| ESD | <i>Education for Sustainable Development</i> |
| ESDebate | <i>International debate on education for sustainable development</i> |
| EUA | Estados Unidos da América, ou simplesmente Estados Unidos |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| Fórum Global | Evento paralelo à Rio-92, onde se reuniram representantes da sociedade civil |
| GO | Estado de Goiás |

| | |
|---|--|
| HA | História Ambiental |
| HRW | <i>Human Rights Watch</i> |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBECC | Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura |
| ICM | Congresso Internacional de Matemáticos (<i>International Congress of Mathematicians</i>) |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (vinculado ao Ministério do Planejamento) |
| IPF | Instituto Paulo Freire |
| ISEC | <i>International Society for Ecology and Culture</i> |
| IUCN | <i>International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources</i> |
| IYF | <i>International Youth Federation</i> |
| Kit | Kit da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável |
| Manifesto pela EA – Manifesto pela educação ambiental | |
| MEC | Ministério da Educação |
| MEC/COEA | Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (ver COEA/MEC) |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MMA/DEA | Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (ver DEA/MMA) |
| NAC | <i>North American Committee</i> |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (ver OECD) |
| OECD | <i>Organization for Economic Co-operation and Development</i> (ver OCDE) |
| ONG/ONGs | Organização não governamental / Organizações não governamentais |
| ONU | Organização das Nações Unidas (ver UN) |
| PAE | Programa Ambiental para a Europa |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PEA | População economicamente ativa |
| PIEA | Programa Internacional de Educação Ambiental |
| PFOA | Versão aportuguesada da matriz de análise estratégica SWOT: potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças (ver SWOT: <i>strengths, weaknesses, opportunities e threats</i>) |
| PGB | Pós-Graduação Brasileira |
| PIB | Produto interno bruto |
| PL | Partido Liberal |
| PLACEA | Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental |

| | |
|---|--|
| PMN | Partido da Mobilização Nacional |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PNEA | Política Nacional de Educação Ambiental |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ver UNEP) |
| PPG | Programa de Pós-Graduação |
| PRN | Partido da Reconstrução Nacional |
| PRONEA | Programa Nacional de Educação Ambiental instituído em 1994 |
| ProNEA | Referente ao Programa Nacional de Educação Ambiental reinstituído em 1999 |
| PROPACC | Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| REBECA | Rede Brasileira de Educomunicação Socioambiental |
| RI | Revolução Industrial |
| Rio+5 | Cúpula da Terra+5 (Earth Summit+5), evento da ONU, de 1997, após 5 anos da Rio-92 |
| Rio+10 | Encontro realizado em Johannesburgo, em 2002, 10 anos após a Rio-92 (ver CMDs) |
| Rio+20 | Ref. à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (ver CNUDS) |
| Rio-92 | Ver CNUMAD |
| RU (R.U.) | Reino Unido |
| SC | Estado de Santa Catarina |
| SEMAM/PR | Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República |
| Sequência W | Referente a uma metodologia para implantação de gestão estratégica |
| SIBEA | Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis |
| SISNEA | Sistema Nacional de Educação Ambiental |
| SNPG | Sistema Nacional de Pós-Graduação |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza |
| SP | Estado de São Paulo |
| Sustentável 2005 – Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável, de 2005 | |
| SWOT | Matriz (ferramenta) de análise estratégica, cujo termo é derivado das iniciais de quatro palavras inglesas: <i>strengths</i> , <i>weaknesses</i> , <i>opportunities</i> e <i>threats</i> . Em uma versão aportuguesada, tal matriz ocasionalmente é referida como PFOA: potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças (ver PFOA) |
| TETE | <i>Total Education in the Total Environment</i> (Educação Total no Ambiente Total) |
| TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| TSJ | Tribunal Supremo de Justiça (na Venezuela) |

| | |
|---------------|--|
| UN | <i>United Nations</i> |
| UN DESD | <i>United Nations Decade of Education for Sustainable Development</i> (ver DESD) |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UnB/CDS | Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (ver CDS/UnB) |
| UNCED | <i>United Nations Conference on Environment and Development</i> (ver CNUMAD) |
| UNCED-92 | Ver UNCED |
| UNCTAD | <i>United Nations Conference on Trade and Development</i> (Conferência [Comissão] das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) |
| UNEP | <i>United Nations Environment Programme</i> (ver PNUMA) |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (em português) |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (em inglês) |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UQAM | <i>Université du Québec à Montréal</i> |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (atual Rússia) |
| USFIOMS | <i>U.S. Forest Institute for Ocean and Mountain Studies</i> |
| USP | Universidade de São Paulo |
| Tbilisi+30 | IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, realizada em Ahmedabad, na Índia, de 24 a 28 de novembro de 2007, após 30 anos do encontro de Tbilisi |
| Tratado de EA | Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global |
| TV Escola | Canal televisivo do MEC |
| V Congresso | V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, Joinville, em 2006 |
| V Fórum (EA) | V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Goiânia, Goiás, em 2004 |
| WCED | <i>World Commission on Environment and Development</i> (ver CMMAD) |
| WCEFA | <i>World Conference on Education for All</i> (Conferência sobre Educação para Todos) |
| WCOTP | <i>World Confederation of Organization of the Teaching Profession</i> |
| WCS | <i>World conservation strategy</i> (Estratégia para conservação do mundo) |
| WWF | <i>World Wildlife Fund, atualmente World Wide Fund for Nature</i> |
| www | <i>world wide web</i> (rede de alcance mundial – rede mundial de computadores, internet) |

SUMÁRIO

RESUMO (vi)

ABSTRACT (vii)

LISTA DE FIGURAS / Ilustrações (viii)

LISTA DE GRÁFICOS (viii)

LISTA DE TABELAS (viii)

LISTA DE QUADROS (ix)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (x)

1. INTRODUÇÃO, **1**.
 2. Precedentes históricos à DEDS, **20**
 3. Subsídios e diretrizes para uma discussão sobre a EDS e a DEDS, **42**
 - 3.1. O contexto da EDS/DEDS à luz dos aspectos ideológicos na política brasileira, **58**
 - 3.2. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: da *Agenda 21* à DEDS, **67**
 4. O cotejo entre a EDS e a EA: de debates, embates e turbulências, a contribuições, **80**
 - 4.1 EDS *versus* EA: do *Relatório Brundtland* ao início da DEDS, **82**
 - 4.2 Lançamento da DEDS no Brasil: 2005 – uma odisséia no espaço, turbulento, **112**
 - 4.3. O início da DEDS: de semânticas, dilemas e ladakhis a “cortina de tijolos”, **137**
 - 4.3.1. De semânticas e dilemas à encruzilhada de Ladakh, **137**
 - 4.3.2. De desafios dilemáticos e polissêmicos à “cortina de tijolos”, **149**
 - 4.4. Um paradoxo contra-hegemônico decorrente do lado mais negro do petróleo, **169**
 5. A DEDS em efetiva vigência: uma década *DESD*enhada no Brasil, **192**
 - 5.1 A DEDS sitiada durante seu primeiro quinquênio, **194**
 - 5.2 O segundo quinquênio da DEDS: a resignação como suposto legado, **212**
 6. A DEDS pela perspectiva estratégica, **236**
 - 6.1 Alguns subsídios teóricos sobre estratégias e táticas; planos e planejamento, **240**
 - 6.2 Análises de ambientes: interno (autoconhecimento) e externo (cenário), **246**
 - 6.3. As estratégias e os atores no contexto da EDS/DEDS, **256**
 - 6.4. Dos resultados esperados ao processo de implementação da DEDS, **271**
 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS, **288**
- REFERÊNCIAS, **319**
- OBRAS CONSULTADAS / Bibliografia complementar, **342**

1. INTRODUÇÃO

Há cerca de 3.700 anos a natureza já dava seus primeiros sinais de que o homem deveria aprender a respeitá-la. Nas civilizações mesopotâmicas da Antiguidade, algumas das cidades sumérias foram abandonadas no momento em que suas terras foram degradadas pelas imprudentes ações humanas (McCORMICK, 1992, p.15). Milênios se passaram até que, com a certeza da esfericidade da Terra, a geopolítica do mundo foi sendo redesenhada com as navegações oceânicas na Idade Média, e “novos mundos” foram surgindo.

E é naquele momento histórico da humanidade, marcado pela volúpia de conquistas territoriais pelo Velho Continente, que teria surgido um episódio cuja essência é – até os dias atuais – considerada uma referência para sugerir reflexões sobre a relação do homem (dito civilizado) com a natureza: trata-se de um discurso do chefe indígena norte-americano Seattle. À luz desse episódio, determinados estudos, que se dedicam às narrativas da história ecológica ou ambiental, trazem a contextualização do aludido discurso¹, comumente citado no Brasil como “*A carta do cacique Seattle*” (DOWBOR, 2006; PERRY, 2007), cujos trechos adaptados já foram oferecidos logo na epígrafe deste estudo.

Baseado em Perry (2007), tal discurso, que teria sido proferido nos primeiros meses de 1854, foi dirigido ao presidente dos Estados Unidos (EUA), Franklin Pierce, em razão do forte assédio do governo, desde 1852, para negociar as terras das tribos *Suquamish* e *Duwamish*, na região de *Puget Sound*, no atual estado de Washington, deslocando as duas tribos para uma reserva indígena. Na ocasião, Isaac Stevens, governador onde se situava o território, esteve em *Puget Sound* para reforçar a pretensão do governo nessa empreitada.

Foi quando o chefe Seattle proferiu seu discurso histórico, no qual destacou a transitoriedade da existência humana e expressou o profundo amor de seu povo pela natureza e sua preocupação com a terra e com toda vida sobre ela. Em 1970, o roteirista norte-americano Ted Perry providenciaria uma versão poética a esse discurso, transformando-o em um manifesto ecológico que seria difundido mundo afora.

O Grande Chefe de Washington nos fez parte do seu desejo [...] diz que quer comprar a nossa terra. Essa ideia é estranha para nós. Como é possível comprar ou vender o céu e o calor da terra? Se o ar fresco e o brilho das águas não nos pertencem, como podemos vendê-los? [...] No entanto, nós iremos considerar a sua oferta, pois sabemos que, se não vendermos, o homem branco virá com os seus fuzis e tomará a nossa terra [...]. O homem vermelho sempre recuou diante do homem branco, como a bruma das montanhas foge diante do sol nascente [...].

¹ Constatada, por exemplo, em: CZAPSKI, 1998, p.23, 28 e 118; e SACHS, 1986, p.3.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra, para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo de que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho. Deixa para trás os túmulos de seus antepassados e não se incomoda. Rapta da terra aquilo que seria de seus filhos e não se importa [...]. Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas como carneiros ou enfeites coloridos. Seu apetite devorará a terra, deixando somente um deserto.

Eu não sei, nossos costumes são diferentes dos seus. A visão de suas cidades fere os olhos do homem vermelho. Talvez seja porque o homem vermelho é um selvagem e não compreenda (Trechos adaptados de DOWBOR, 2006; e PERRY, 2007).

Enquanto o “homem civilizado” avançava sobre as terras conquistadas no Novo Mundo, eclodiu a Revolução Industrial e, com ela, o capitalismo é tonificado e passa a predominar na economia mundial. Em razão dessa nova dinâmica instaurada, o planeta começa a sentir com mais intensidade os efeitos deletérios provocados pelo homem. Seguem-se duas guerras mundiais, e suas consequências começam a fazer com que a humanidade despertasse sobre o quanto estava sendo negligente com o meio ambiente, e com ela mesma.

Mesmo que a preocupação com as questões ambientais, decorrentes da relação do homem com a natureza, tenha sido tema de discussão em alguns momentos e ocasiões pontuais ao longo das primeiras décadas do século XX, o fato é que o debate sobre o ritmo de degradação do planeta ganharia tônica apenas no início da década de 1970, sobretudo a partir de 1972, ano em que o Clube de Roma publicou seu estudo denominado *The limits to growth* – “Limites do crescimento” (MEADOWS et al., 1972); e quando também ocorreu a Conferência de Estocolmo, na qual foi promulgada a *Declaration of the United Nations Conference on the human environment* – “Declaração de Estocolmo” (UNEP, 1972).

Com o debate devidamente sistematizado e chancelado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir do encontro de Estocolmo, passa a ser constituída uma agenda compreendida por vários outros eventos convocando a comunidade internacional sobre o tema. E é nesse contexto que, em 1987, o relatório *Nosso futuro comum* (WCED, 1987) reconhece que cada nação deveria, sim, promover seu desenvolvimento, mas que este fosse sustentável, que pudesse satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em também satisfazer suas próprias necessidades.

Segundo Nobre e Amazonas (2002, p.38) e Veiga (2005, p.191), a expressão “desenvolvimento sustentável” (DS), embora de considerável complexidade conceitual, começaria a ganhar proeminência junto à comunidade internacional a partir da década de 1980. Porém, apesar de ser adotada em documentos oficiais, a expressão DS, conforme anota Sachs (2009), seria uma transformação do termo “ecodesenvolvimento”, cuja concepção se deu nos corredores da Conferência de Estocolmo, de 1972 (SACHS, 2009, p.234).

Sobre a complexidade envolvendo a expressão DS, a própria UNESCO (2005, p.18) reconhece que seu conceito evolui constantemente, o que demanda esclarecer ao máximo seu significado, sobretudo quando da pretensão de associar o DS com a educação. Por tal leitura, Veiga (2005, p.13) chega a comparar o DS com um enigma à espera de seu Édipo. Nessa abordagem, destaca-se a *Agenda 21* proposta no Encontro do Rio de Janeiro de 1992 (Rio-92 ou Eco-92), pela qual, em seu Capítulo 36, foi chancelado o reconhecimento da importância da educação para promover um desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 1992, 1995).

Em 2002, dez anos depois da Rio-92, ocorreu a Cimeira de Johannesburgo, em cuja ocasião foi recomendado que a Assembleia Geral da ONU considerasse a adoção de uma *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (DEDS). A recomendação em tela foi acatada ainda naquele mesmo ano de 2002, quando ficou definido um período de dez anos para tal propósito: de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2014.

A propósito do ano de 2014, quando se encerraria a DEDS, tem-se que, em um contexto pretérito, tal ano poderia ser relacionado ao centenário do início da Primeira Guerra Mundial. Da mesma forma, há cem anos, José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948) apresentava um de seus mais famosos personagens: Jeca Tatu. Foi quando Lobato publicou dois polêmicos artigos intitulados *Uma velha praga* e *Urupês* no jornal *O Estado de S.Paulo*, nas respectivas edições de 12 de novembro e 23 de dezembro de 1914 (LOBATO, 1914a e 1914b), cujos teores em muito já antecipavam a delicada relação entre o homem e o meio ambiente, refletindo nos aspectos socioeconômicos e culturais.

Já em uma retórica reminiscente a partir de um futuro, 2014 poderá ser associado a acontecimentos que terão destaque de acordo com as perspectivas e os perfis dos mais diversos redatores, conforme alguns exemplos: de repercussão global, o fato de o homem ter conseguido pousar a sonda (robô) *Philae* da missão *Rosetta*, da Agência Espacial Europeia (ESA), no cometa 67/P – após dez anos de viagem e 6,5 bilhões de quilômetros percorridos.

Mesclando o interesse mundial com o brasileiro, haveria margem para registrar a Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil, e a “tragédia” – para alguns – representada pela derrota da Seleção Brasileira por 7 a 1 imposta pela Alemanha, na semifinal, no estádio do Mineirão, em Belo Horizonte-MG (o “Mineirazo”, de 2014, em alusão ao “Maracanazo”, de 1950, quando o Brasil, jogando pelo empate, perdeu a final daquela copa para o Uruguai de virada, por 2 a 1). Já em um recorte geográfico mais específico, no âmbito estadual paulista, um fato relevante seria a temerária crise hídrica que se apresentou veemente a boa parte desse estado, sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo, capital, e de Campinas.

No entanto, apesar de tantos outros registros que poderiam marcar o ano de 2014, alguns estariam sujeitos à mera omissão pela mídia ou a cair no rápido esquecimento se não for dado a estes o devido valor, como seria o caso, em 2014, do encerramento da DEDS (ou DNUEDS) ou da conquista do brasileiro Artur Ávila Cordeiro de Melo.

Milhões de brasileiros saberiam dizer quem são Pelé e/ou Ayrton Sena e o que eles representam. Mas poucos saberiam comentar sobre o matemático brasileiro Artur Ávila que, aos 35 anos de idade, tornou-se o primeiro latino-americano a receber a Medalha Fields (algo equivalente ao "Nobel da Matemática", dada a importância de tal condecoração), durante o 27º Congresso Internacional de Matemáticos (ICM), realizado de 13 a 21 de agosto de 2014, na cidade de Seul, Coreia do Sul. A 28ª edição do ICM será no Rio de Janeiro, em 2018.

Quanto à DEDS (ou DNUEDS), refere-se à já aludida *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (UNESCO, 2005). Um documento aprovado em 20 de dezembro de 2002, na 57ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução 57/254 (UN, 2002b e 2002c), quando se proclamou o período de dez anos – de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2014 – para que a educação fosse enfatizada a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Se a conquista de Artur Ávila ainda não se faça suficiente para provocar (ou ao menos incentivar) uma nova era na educação brasileira – seja pela latência do fato, seja por envolver a Matemática, cujo tema supostamente sugere que ainda há muitos desafios a vencer na Educação Básica da rede pública brasileira –, o mesmo não se pode dizer da essência que teria sido recrudescida² pela propositura decenal da ONU reservada à *Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (EDS), pois esta seria, em tese, inadiável, sobretudo por implicar na própria sobrevivência e eternidade dos seres vivos no planeta. A começar pelos bens mais preciosos à vida: o ar que se respira, a água que se bebe e o alimento que nutre.

Consectário, à luz dos aspectos socioeconômicos e civilizatórios, o homem haveria de satisfazer suas necessidades sem impedir que as gerações futuras também as satisfaçam. Que a melhoria da qualidade de vida seja propiciada, mas de modo equânime, e que a capacidade de carga e de regeneração dos ecossistemas, que dão suporte ao planeta, seja protegida³.

Há uma década a humanidade se propôs a cumprir dois desafios no prazo de dez anos: 1) pousar uma sonda em um cometa na imensidão do espaço; e 2) consolidar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O primeiro foi atingido. Quanto ao segundo, restaria discutir se a pretensão logrou êxito em sua plenitude, sobretudo quando a análise recai especificamente sobre a trajetória da DEDS no contexto da realidade brasileira.

² Recrudescida pelo fato de a importância da educação, pela abordagem ambiental, estar sendo considerada há pelo menos 50 anos, desde a década de 1960, no contexto preservacionista (conservacionista) do planeta.

³ Colocações baseadas em WCED, 1987, p.24 e 54; e IUCN/UNEP/WWF, 1991, p.10.

E é nessa abordagem sobre a realidade do Brasil que se elabora a seguinte analogia: se o aludido discurso do cacique Seattle, de 1854, se configuraria como um manifesto ecológico, em uma relativa semelhança assim também poderiam ser contextualizadas diversas obras de Monteiro Lobato, produzidas poucas décadas depois; nas quais seria possível constatar uma significativa gama de elementos que se fariam interesse primário aos propósitos da presente pesquisa, merecendo ao menos algumas citações neste texto introdutório.

Além de retratar a realidade brasileira, outra razão para reservar dada relevância às obras de Lobato se daria, sobretudo, quando esse autor, ao tratar da relação entre o homem e a natureza, concomitante à luz de um contexto praxiológico social, estaria tecendo argumentações compatíveis aos três pilares que suportariam um desenvolvimento tido como sustentável: equidade (justiça) social, prudência ecológica e eficiência econômica. Pilares estes que somente seriam concebidos a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972 (⁴).

A despeito de, no início dos anos 1900, a questão ambiental ainda não se fazer prioritária nos meandros governamentais do Brasil, ela se manifestava incisiva em acalorados artigos publicados pela imprensa. Momento em que, no dia 12 de novembro de 1914, Lobato publicou seu polêmico artigo *Uma velha praga*, no jornal *O Estado de S. Paulo* (LOBATO, 1914a), no qual, à época, já alertava sobre a alteração para piora do clima com a agravação crescente das secas, e caracterizava o homem – quando desprovido de identidade ufanista, cultura, instrução ou quaisquer valores – como agente atávico degradante do meio ambiente. Lobato desferia suas críticas ao descaso por parte das autoridades, e da própria sociedade, com a destruição florestal pelo fogo, em analogia com a guerra que grassava na Europa.

Andam todos em nossa terra por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos “vons” alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros. Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico. A Serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso ([sic] LOBATO, 1914a, p.3).

Nesse contexto, ressalta-se ainda o fato de Lobato registrar, há cem anos, em 1914, quanto o regime pluviométrico entre as serras da Mantiqueira e da Cantareira já apresentava comportamentos anormais, destacando as alterações climáticas da região (LOBATO, 1914a, p.3). Ou seja, as parcas chuvas naquela região, onde o Sistema Cantareira foi implantado entre os anos de 1973 e 1981, cujos reservatórios abastecem parte significativa da cidade de São

⁴ SACHS, 1993, p.7, trata os três pilares em questão como os três critérios fundamentais que emergiram da Conferência de Estocolmo de 1972, ocasião em que se designou inicialmente o conceito básico normativo como “abordagem do ecodesenvolvimento”, posteriormente renomeado “desenvolvimento sustentável”.

Ver também ROMEIRO, 1991, p.149-50, e BRÜSEKE, 1996, p.108: o tripé do desenvolvimento sustentável.

Paulo, já possuem precedentes históricos desde um século atrás. A atual crise hídrica paulistana (que atingiu índices críticos durante a elaboração deste estudo), portanto, não encontraria respaldo nos argumentos da imprevisibilidade ou da inevitabilidade.

À hora em que escrevemos, **fins de outubro, chove**. Mas que chuva caíha! **Que miséria d'água!** Enquanto caem do céu pingos homeopáticos, medidos a contagotas, o fogo, amortecido, mas não dominado, amoita-se insidioso nas piúcas...

Preocupa à nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica na Europa por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda sorte advindos de uma assombrosa queima destas. As velhas camadas de humus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; [...] **a alteração para piora do clima com a agravação crescente das secas**; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; [...]. Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; **infelizmente no Brasil subtrai-se; somar ninguém soma...**

É peculiar de agosto, e típica, **esta desastrosa queima de matas**; nunca, porém, assumiu tamanha violência, nem alcançou tal extensão, como **neste** tortíssimo **1914**.

([sic] LOBATO, 1914a, p.3, grifos nossos).

Quiçá mera coincidência, ironia do destino...! Mas cem anos depois dessa polêmica publicação de *Uma velha praga* por Lobato (1914a) – de 12 de novembro de 1914 –, foi aprovado, exatamente no dia 12 de novembro de 2014, em Aichi-Nagoya, Japão, o *Relatório Final* marcando o fim da DEDS (2005-20104)⁵. Tal relatório foi apresentado na *Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2014 – EDS*⁶, com o título *Moldando o futuro que queremos: Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEDS (2005-2014). RELATÓRIO FINAL*⁷.

Segundo Gadotti (2012, p.40), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é emancipatória e, por essa configuração, a DEDS seria, entre outras, uma oportunidade programática para trabalhar com princípios e valores éticos relativos à vida sustentável das pessoas e, por conseguinte, à própria sobrevivência do planeta (op. cit., p.104).

À luz dessa colocação de Gadotti, pode-se perceber que Lobato, de certo modo, já seguia por tal entendimento desde um século atrás, sobretudo quando estendia sua análise crítica sobre a questão calamitosa em incendiar matas, como consequência da ação dolosa e inconsequente do próprio indivíduo moldado pela falta de cultura, princípios e valores éticos, que vinham sendo depositados na diacronia brasileira ao longo dos tempos. Para tanto, Lobato recorre à criação de um personagem para representar essa realidade: o caboclo Jeca Tatú.

⁵ Também em 12 de novembro de 2014, a sonda *Philae* cumpria a missão histórica de pousar no cometa 67/P.

⁶ *World Conference on Education for Sustainable Development*, 10-12 nov. 2014 (UNESCO, 2014a.).

⁷ *Shaping the future we want: UN Decade of Education for Sustainable Development, 2005-2014. FINAL REPORT* (UNESCO, 2014b).

[...] Qual a causa da renitente calamidade?... **A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro.** [...] Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, **espécie de homem baldio**, semi-nômade, inadaptável à civilização, [...] Encoscorado numa rotina de pedra, **recua para não adaptar-se.**

Vem de um sapezeiro para criar outro. Coexistem em íntima simbiose: sapé e caboclo são vidas associadas. [...] Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” fêmea, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro de sete anos à orelha da saia – este já de pitinho na boca e faca à cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento – Brinquinho, a foice, a enxada, a picapau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pévas e um galo índio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós.

Acampam. Em três dias uma choça, que por eufemismo chamam casa, brota da terra como um urupê. [...] Começam as requisições. Com a picapau o caboclo limpa a floresta das aves incautas. Pólvora e chumbo adquire-os vendendo palmitos no povoado vizinho. [...] quando o palmito escasseia, raream os tiros, só a caça grande merecendo sua carga de chumbo; se o palmital se extingue, exultam as pacas: está encerrada a estação venatória.

Depois ataca a floresta. Roça e derruba, não perdoando ao mais belo pau. [...] Entrado setembro, começo das “águas”, o caboclo planta na terra em cinzas um bocado de milho, feijão e arroz; mas o valor da sua produção é nenhum diante dos males que para preparar uma quarta de chão ele semeou. O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. [...] assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro.

[...] Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só este atestará a sua estada ali; o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do **Jéca Tatú** ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha.

(Adaptado de trechos recortados de LOBATO, 1914a, p.3 [sic], grifos nossos).

Desse modo, além da conotação forjada por efeméride, em alusão ao dia 12 de novembro, relacionando *Uma velha praga* e a aprovação do *Relatório Final* da DEDS no evento de Nagoya, há pertinência em comentar outras relações entre o teor desse estudo e *Urupês* – também publicado em 1914, em 23 de dezembro (LOBATO, 1914b) –, notadamente no que diz respeito à essência da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Apesar de em *Uma velha praga* Lobato apenas elencar o Jeca Tatu como um dos caboclos tidos como piolhos – funestos parasitas da terra –, ainda não o colocava como protagonista. Já em *Urupês*, Lobato dá início à sua contundente formatação por meio de uma caricatura, criando um personagem do homem brasileiro moldado por atavismo, à margem da civilização, vilipendiado pelo Estado, e distante de qualquer contexto emancipatório.

Na opinião de Silva (2013, p.14-15), na leitura de Lobato sobre nossa gente, e na criação do personagem Jeca Tatu, ele apenas ousava em evidenciar a compreensão específica e predominante da realidade brasileira daquela época, pela qual parte da intelectualidade nacional reconhecia a inferioridade do caboclo brasileiro. Visto como medíocre, fora do

sistema político, **sem educação**, sem força física e sem aptidões para o trabalho organizado; sem condições, portanto, de contribuir para o progresso material da nação (grifos nossos).

Na composição do personagem Jeca Tatu, especificamente, evidencia-se a intenção de Lobato lançar por terra o “indianismo”, instituído por José de Alencar e Gonçalves Dias, em relação às correntes românticas e ufanistas elogiosas ao caboclo brasileiro, como, por exemplo, empregada por Bernardo Guimarães⁸. Nesse intento, Lobato buscou, assim, retirar os véus da ilusão e impor uma nova leitura da nossa realidade, sem falácias ditirâmbicas⁹.

Para Lobato (1918, 1971, p.146) o indianismo insistia em deitar copa. De nome mudado, crismou-se de “caboclismo”. O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará transformou-se em rancho de sapé; a tanga ascendeu à camisa aberta ao peito; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e se fez espingarda trochada – sua arma inseparável, pica-pau. Eis o Jeca Tatu! Espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, que desconhece o sentimento de pátria. Sequer tem a noção do país em que vive.

Silva (2013) e Valente (2010) oferecem elementos suficientes para constatar como Lobato delineou a saga do Jeca Tatu, pela qual o personagem percorre um trajeto metamórfico. De um parasita da terra, tomado por um atavismo que, opilado e/ou impaludado, perpetuaria uma relação deletéria com a natureza, ao status apoteótico de cidadão exemplar quando recebe a devida atenção. “O Jeca não é assim, está assim... Curado recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico” (LOBATO, 1918, 1959a, p.221 e 285). Nesse contexto, conforme destaca Silva (2013, p.82), Lobato registra seu pedido de desculpas ao Jeca, quando da publicação da primeira edição do livro *Urupês*, em 26 de junho de 1918:

E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas? (LOBATO, 1918, p.4)¹⁰.

Novos pedidos de desculpas seriam direcionados ao Jeca no Prefácio da quarta edição de *Urupês*, então publicada em 1919 (cf. SILVA, 2013, p.89):

Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Está provada que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado, e crê no que te digo ao ouvido: és tu isso sem tirar uma vírgula, mas ainda és a melhor coisa dessa terra. Os outros, os que falam francês, dançam o tango, fumam havanas e, senhores de tudo, te mantêm nessa Geena infernal para que possam a seu favor viver vida

⁸ Conforme LOBATO, 1971, orelha de capa; SILVA, 2013, p. 30, nota 15; e VALENTE, 2010, p.192-193.

⁹ Inferência sobre a bajulação excessiva ao caboclo, dada a partir de LOBATO, 1918, 1959a, p.327-328.

¹⁰ Reproduzido de SILVA, 2013, p.82.

folgada à custa do teu trabalho, esses, meu caro Jeca Tatu, esses têm na alma todas as verminoses que tens no corpo. Doente por doente, antes como tu, doente só do corpo... ([sic] LOBATO, 1919)¹¹.

Após o artigo *Urupês*, de 1914, Lobato intensifica sua dedicação em mostrar, por meio de uma série de textos, os vários “Brasis” da época. De cujos retratos, muitos traços ainda se insinuariam nos dias atuais. São contos, crônicas, impressões e artigos publicados em jornais que inclusive seriam posteriormente compilados em brochuras, como foi o caso, dentre vários, dos livros publicados em 1918: *Urupês* (LOBATO, 1971) e *Problema vital* (1959a); e, no ano de 1919: *Idéias de Jéca Tatú* (1959b) e *Cidades mortas* (1982).

A partir dos anos de 1920 o conjunto das obras de Lobato foi sendo continuamente ampliado, não se furtando, o autor, de consolidar sua retórica incisiva para retratar a realidade plural brasileira. Estilo este que, segundo Azevedo, Camargos e Sacchetta (1997, p. 101-102), fazia com que Lobato se encaixasse na categoria de escritor consumado e empolgante. Na literatura inaugura seu estilo próprio, que se confunde com o jornalismo. Na imprensa, cedo adotou a estratégia de acender polêmicas, instigando os leitores a participarem ativamente destas, seja respondendo a questionários, seja enviando textos ou qualquer tipo de contribuição que abordasse problemas concretos da realidade brasileira.

Desse modo, Lobato era capaz de captar focos de inquietações, interpretá-los e cooptar o público para debatê-los, recorrendo a uma linguagem repleta de ironia fina e cortante, porém mantendo a coerência e clareza, bem como a mania de dizer, sem meias-voltas, exatamente o que pensava, motivo pelo qual alguns chegavam a apontar certa “cruzeza” nesse seu estilo (AZEVEDO; CAMARGOS; SACCHETTA, 1997, p.101-102 e 110).

A propósito do estilo redacional empregado por Lobato em seus textos, e inferindo a partir de Azevedo, Camargos e Sacchetta (1997, p.111-118), Monarcha (2009, p.95-98), Silva (2013, p.89-94) e Valente (2010, p.83; 147-156; 185), pode-se sintetizar metaforicamente que as soluções propostas por Lobato para combater as principais causas dos problemas brasileiros de sua época (ou desde sua época?), que fosse à guisa de rapsódias em panaceias, desaguariam, em um primeiro momento, em um “imenso golfo positivista” do saneamento, da higienização profilática. Daí então tal fluxo programático arrebatador seguiria ao “oceano” da educação, da instrução e do discernimento, por cujas águas haveria de ser universalizada uma navegação emancipatória¹²; inclusive no tocante à relação do homem com a natureza, assim

¹¹ LOBATO, 1919, Prefácio da 4ª edição de *Urupês*. Ver também SILVA, 2013, p.89.

¹² Enfoque que seria recrudescido à época também por Belisário Penna, funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública (que inclusive chegaria a assumir interinamente o Ministério da Educação e Saúde Pública), quando de sua obra *Saneamento do Brasil: sanear o Brasil e povoá-lo; e enriquecê-lo; e moralizá-lo* (PENNA, 1918), conforme Monarcha (2009, p.95-98), no tópico “*Sanitation over all*”, Valente (2010, p.148), Silva (2013, p.89-90), e até mesmo pelo próprio Lobato (1927, 1959c, p.114-116), ao registrar especial deferência às ações de Belisário Penna, no capítulo XX: “*Dos trinta homens*”.

como na inserção de estratos sociais – então vilipendiados – nas dinâmicas econômica, cultural e social brasileiras, de modo a prosperarem. Colocação esta que pode ser conferida na própria saga de seu personagem Jeca Tatu, no desfecho apoteótico de sua ressurreição¹³.

As evidências de uma abordagem emancipatória, portanto, se expressariam em diversos textos de Lobato desde o início do século passado, cuja conotação estaria implícita na própria base propositiva da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Nesse aspecto, reforçando o que já foi mencionado, a EDS é emancipatória (GADOTTI, 2012, p.40) e, por essa configuração, a DEEDS seria uma oportunidade programática para centrar esforços de modo a enaltecer a solidariedade nos cidadãos, formando uma respectiva consciência neste sentido, trabalhando com princípios e valores éticos relativos à vida sustentável das pessoas e à própria sobrevivência do planeta (GADOTTI, 2012, p.104).

No contexto designado por Silva (2013, p.15), a identidade do caboclo criada por Lobato, na forma de caricatura, pretendia provocar reflexões por parte da sociedade brasileira. De um lado uma elite intelectual dizia que o Brasil era feito de caboclos fortes e rijos, de outro, intelectuais adotavam argumentos antagônicos, afirmando que éramos um país vitimado por uma raça de depauperados e degenerados sem nome. Lobato, então, ao “batizar” esse sujeito como o nome de Jeca Tatu, passaria então, por meio de uma acepção conceitual, a sugerir uma suposta unificação de vários significados, cujas mensagens foram de ampla aceitação, divulgação e circulação em todo o país. Um sucesso perante o público leitor (ibid.).

A realidade educacional, vigente à época, também foi alvo das ácidas críticas de Lobato como, por exemplo, a que ele promoveu no seu artigo *A revolução do ensino*, publicado em 18 de novembro de 1920, n’*O Estado de S. Paulo* (LOBATO, 1920, p.4). Entre seus comentários nesse artigo, Lobato destaca o falseamento de estatísticas como um dos sintomas do fracasso da educação no estado de São Paulo, e até no Brasil de modo geral. Ademais, propõe uma “sentença capital” ao sistema educacional paulista, na seguinte tônica:

Não há de boa fé, dois juízos possíveis a cerca do aparelho de instrução paulista: não presta, não rende, não funciona, não resolve o problema. Não é simplesmente mau, é péssimo. Mais que péssimo: indecente.

Não basta pois mutilar-o. Mutilar é pouco. É preciso destruí-lo, matá-lo e enterrá-lo para sempre afim de quê, desobstruído o bêcco, se possa finalmente lançar as bases dum systema novo ([sic] LOBATO, 1920, p.4).

Pelas breves contextualizações inserindo Lobato à luz dessa discussão introdutória, é possível perceber que, na sua vasta literatura, haveria uma dada gama de elementos compreendidos pelas dimensões de sustentabilidade, remetendo a compreensão de seus textos ao campo disciplinar evocando a praxiologia social, mormente quanto aos aspectos

¹³ *Jéca Tatú – a ressurreição* (LOBATO, 1918, 1959a).

propositivos educacionais neste sentido, sejam aqueles relacionados a uma educação para o desenvolvimento sustentável, alinhados às premissas elencadas pela iniciativa da ONU (EDS/DEDS), sejam para uma educação ambiental ou outras denominações correlatas.

Em razão da prolificidade de Lobato, avançar sobre sua vasta literatura, trazendo-o a qualquer discussão, seria ao mesmo tempo fácil e desafiador. Fácil pelos inúmeros temas pelos quais esse autor discorre. Desafiador em razão da acidez que ele empregaria nas suas escritas, não se furtando de uma retórica incisiva para retratar a realidade de vários “Brasis”. Dessa forma, em nome da prudência e de um condizente discernimento, não seria adequado analisar Lobato de modo pontual, sem conferir o contexto do conjunto de sua obra. Caso contrário, incorrer-se-ia no risco de submeter-se a eventuais pántinas de preconceitos, as quais por ventura seriam catalisadas por supostos excessos de determinados matizes ideológicos¹⁴.

Mediante essa oportuna e necessária ressalva, restaria evidente que não é o caso de a presente pesquisa se aprofundar no amplo conjunto das obras de Lobato além dos limites aqui definidos, pelos quais se julgou como suficientes para embasar uma dada pertinência em sugerir plausível possibilidade em associar determinadas observações, desse autor, sobre a multidimensionalidade que envolveria a relação do homem com o meio ambiente, notadamente quanto aos três pilares que dariam suporte a um desenvolvimento tido como sustentável: equidade (justiça) social, prudência ecológica e eficiência econômica. Ou seja, a essência que revestira a proposta de uma educação para o desenvolvimento sustentável.

Ainda na intenção de providenciar o registro de algumas passagens que mereceriam certo destaque na historiografia ambiental do Brasil, tem-se que, conforme já comentado, no início do século XX, a questão ambiental ainda não se fazia prioritária na agenda do governo brasileiro. Até que, Getúlio Vargas, após sair vitorioso da Revolução de 1932, iria promulgar a Constituição de 16 de julho de 1934, e com ela seria eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte (BRASIL, 2012, p.67-68). No entanto, é justamente no intervalo entre a insurgência de 1932 e a Carta de 1934 que as questões ambientais conquistariam, **pela primeira vez na História do Brasil**, uma agenda consideravelmente efetiva e consistente.

Somente nos primeiros sete meses do ano de 1934, antecedendo à promulgação da Constituição daquele ano, foram editados seis decretos relacionados aos aspectos ambientais: Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro (BRASIL, 1934a); Decreto nº 23.777, de 23 de janeiro (BRASIL, 1934b); Decreto nº 23.793, também de 23 de janeiro (BRASIL, 1934c); Decreto nº 24.114, de 12 de abril (BRASIL, 1934d); Decreto nº 24.643, de 10 de julho (BRASIL, 1934e); Decreto nº 24.645, também de 10 de julho (BRASIL, 1934f); e, por fim, a própria Carta Constitucional de 1934, cuja promulgação se deu em 16 de julho (BRASIL, 1934g).

¹⁴ Para melhor compreensão de Lobato, sugere-se a obra de AZEVEDO et al., 1997 (Prêmio Jabuti em 1998).

Não seria o caso de comentar amiúde sobre toda a legislação, ora listada, de 1934. Entretanto, nesse “pacote” de normas ganha relevo imediato um fato de estreita relação ao tema que reveste todo este presente estudo, contido no Decreto nº 23.672/34 (BRASIL, 1934a). Por meio desse decreto é aprovado o Código de Caça e Pesca. Pela essência de seus dispositivos, foram instituídas regras confluentes para a defesa e conservação das espécies da fauna e flora terrestres e aquáticas brasileiras. Apesar da forma pálida – quiçá vilipendiosa – como a fauna e a flora teriam sido tratadas ao longo do percurso histórico pelos governos brasileiros, pode-se dizer que os objetivos gerais desse decreto já seriam louváveis.

Porém, é nas alíneas “F” e “L” do seu artigo 161 que esse decreto oferece um registro específico de considerável relevância, que traduziria a patente preocupação de Vargas quanto aos aspectos ambientais do Brasil, de modo a demonstrar a inequívoca disposição do seu governo em dedicar a devida atenção para essa pauta, conforme se explica: para a execução de tal Código designou-se o Serviço de Caça e Pesca, vinculado ao Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura. Conforme artigos 160 e 168, a diretoria desse Serviço seria assistida por um respectivo Conselho de Caça e Pesca, composto por 11 membros nomeados pela Presidência da República (BRASIL, 1934a).

Além de Vargas, o Decreto nº 23.672/34 foi assinado por mais nove signatários, sendo um deles Washington Ferreira Pires¹⁵, médico e advogado que foi ministro da Educação de 16/9/32 a 23/7/34 (BRASIL, 1934a; BRASIL. MEC, [s/d]). Nesse contexto, observa-se que entre as incumbências do aludido Conselho, definidas pelo seu artigo 161, há dois pontos fulcrais relacionados ao tema do presente estudo, configurados pelos seguintes teores: (da alínea “F”) **difundir em todo o país a educação tendente à proteção à natureza**; e (da alínea “L”) **propugnar pela inclusão, nos programas de ensino primário e secundário, do estudo da fauna e flora aquáticas e terrestres** (BRASIL, 1934a, grifos nossos).

Assim, pelo menos no âmbito do que foi investigado neste estudo, por conta desses dispositivos contidos no Decreto nº 23.672/34, Vargas teria promovido algo até então inédito, para não dizer revolucionário, ao reconhecer a importância da educação para despertar o sentimento de responsabilidade nos educandos em valorizar, respeitar e proteger o meio ambiente. Em outras palavras, pode-se entender que Getúlio Vargas estaria propondo, no longínquo dia **2 de janeiro de 1934**, que fosse instituída uma **educação ambiental** no Brasil, inclusive quanto aos aspectos curriculares dos ensinos primário e secundário neste sentido.

¹⁵ O Portal do Ministério da Educação (MEC) oferece uma Galeria de Ministros (BRASIL. MEC, [s/d]), na qual há um informe passível de ser revisto: nessa Galeria, assim como em várias outras menções pelo MEC, é registrado que o nome completo de tal ministro é Washington **Pereira** Pires. Contudo, ao averiguar os expedientes oficiais assinados por este, constata-se que seu nome correto é Washington **Ferreira** Pires.

A relevância acerca desse registro, consoante ao Decreto nº 23.672 de Vargas, ganha tônica quando se constata que várias literaturas, ao redor do mundo, apontam que as primeiras movimentações que buscaram enfatizar a importância do papel da educação, no propósito de fazer a sociedade refletir sobre os impactos ambientais provocados na natureza pelo homem, se deram em meados da década de 1960, mais especificamente em março de 1965, na *Conferência de Educação da Universidade de Keele*, da Inglaterra. Tal menção pode ser conferida, inclusive, em diversas publicações brasileiras, tais como em Bursztyn e Persegona (2008, p.127), Czapski (1998, p. 27), Layrargues (2003, p.17), Loures (2009, p.58), Medina (1997, p.265), Nascimento, Lemos e Mello (2008, p.80), e Silva Júnior (2013, p.271).

Segundo tais autores, nessa Conferência teria surgido, pela primeira vez, a expressão “Educação Ambiental (EA)”, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos. Porém, não há elementos suficientes, nessas referências, que possam sustentar que a gênese formal terminológica em questão tenha sido de fato nesse evento da Universidade de Keele ¹⁶. Por outro lado, é possível constatar que houve tal evento, e nele foi discutida a importância de inserir, na educação, a preocupação com as questões ambientais. Ademais, não há registros de que a expressão “Educação Ambiental (EA)” tenha sido enfaticamente chancelada nos Anais desse evento, mas provavelmente lançada de modo contextual, subjacente às discussões pautadas, o que por certo não diminuiria o mérito da respectiva iniciativa acadêmica levada a efeito naquela Conferência.

Destarte, partindo do princípio de que os propósitos, relativos a uma educação que também se preocupasse com o meio ambiente, seriam muito mais importantes que a mera questão de seu rótulo terminológico, ganha relevância o fato de Vargas ter se antecipado nesse aspecto. Ou seja, enquanto muitos estudos sobre a historiografia da educação ambiental, até mesmo elaborados por pesquisadores brasileiros, celebram o evento ocorrido na aludida universidade britânica, em 1965, como a gênese de tal abordagem educacional, **três décadas antes** um advogado de estatura física reduzida, mas de elevada visão holística, e à frente do governo do Brasil, já enxergava a importância de uma educação que também se voltasse aos aspectos ambientais. E mais, Vargas não ficou apenas no campo teórico, ele materializou sua convicção por meio de um decreto, **publicado no remoto dia 2 de janeiro de 1934**.

¹⁶ A princípio, conforme Czapski (1998, p. 27), a expressão “Educação Ambiental (EA)” surgiu pela primeira vez, em março de 1965, na *Conferência de Educação da Universidade de Keele*, da Inglaterra, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos. Entretanto, a autora não oferece elementos suficientes para sustentar tal afirmação. De forma semelhante ocorre com Bursztyn e Persegona (2008, p.127), Loures (2009, p.58), Medina (1997, p.265), Nascimento, Lemos e Mello (2008, p.80) e Silva Júnior (2013, p.271), os quais também alegam que a gênese da expressão EA teria sido nesse evento da Universidade de Keele, porém sem a devida fundamentação.

Vargas avançou em outras vertentes na defesa do meio ambiente. Pelo Decreto nº 23.777/34 (BRASIL, 1934b), ele reflete ensejada preocupação com os recursos hídricos, ao regularizar o lançamento do resíduo industrial das usinas açucareiras nas águas fluviais. Mas é no Decreto nº 23.793 (BRASIL, 1934c), publicado após 21 dias do Decreto nº 23.672 (BRASIL, 1934a), que ele ratificaria sua convicção sobre a importância do papel da educação consoante à temática ambiental. Por meio do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (op. cit.), Vargas consolidou o que seria efetivamente o primeiro Código Florestal do Brasil.

A respeito dessa alusão, ao longo dos séculos, conforme registrado pela narrativa cronológica histórica ambiental da obra de Bursztyn e Persegona (2008), até foram editadas algumas normas relacionadas à proteção das florestas brasileiras, como o “Regimento sobre o pau-brasil”, de 1605; os alvarás, provisões e leis do século XVIII, no afã de reconstruir e revitalizar a urbe lisboeta, que havia sido destruída com o terremoto de 1º de novembro de 1755; e o amplo reordenamento jurídico florestal de 1797, levado a efeito por meio de uma série de Cartas Régias. Porém, como é possível perceber, tais iniciativas seriam caracterizadas por uma complexa série de normas, não sendo sistematizadas em um único expediente, configurado na forma proposta pelo Código Florestal editado por Vargas.

Convergindo à patente intenção de consolidar o devido valor ao patrimônio florestal brasileiro, constata-se que, em tal expediente normativo, a importância da educação é novamente reconhecida neste sentido. À semelhança do Código de Caça e Pesca (BRASIL, 1934a), o Código Florestal (BRASIL, 1934c), em seu artigo 101, também constituiu um Conselho Florestal Federal, cujos membros seriam nomeados pelo presidente da República.

O Código Florestal foi assinado por Vargas juntamente com mais oito signatários, e outra vez consta a chancela do então ministro da Educação, Washington Pires (BRASIL, 1934b; BRASIL. MEC [s/d]). Quanto às incumbências do respectivo Conselho Florestal Federal, elas estão definidas no artigo 102 do Código em tela; entre as quais se destaca a que foi determinada pelo teor da alínea “F”: **difundir em todo o país a educação florestal e de proteção à natureza em geral** (BRASIL, 1934c, grifos nossos).

Assim, pelos contextos dos decretos publicados nos dias **2 e 23 de janeiro de 1934** (BRASIL, 1934a e 1934c), resta evidente que Vargas deixaria grafado, nos Anais da História, o alcance de sua visão holística, capaz de reconhecer a importância de inserir, na educação, a preocupação com as questões ambientais. Apesar de não ser o caso de sugerir que Getúlio Vargas foi o primeiro, em toda a história, a considerar uma educação de cunho ambiental, há como afirmar, pelas evidências, que ele se antecipou em mais de três décadas ao evento da Universidade de Keele, de 1965, considerado, por várias literaturas, um marco histórico no qual tal modalidade educacional teria sido, pela primeira vez, contextualizada.

Pelas abordagens e perspectivas contidas neste texto introdutório, constata-se que a humanidade, após viver séculos (ou milênios) sem se preocupar com os efeitos deletérios que ela mesma provocava (e ainda provoca) no planeta, começou a despertar sobre essa questão. Desde então, iniciou-se um processo que seria regido pelo desafio de mudanças de atitude e comportamento, as quais passariam a impor responsabilidades para com todos os seres vivos e para com a natureza em geral, por meio de nossas capacidades intelectuais, morais e culturais.

Desse modo, o problema do presente estudo recai no desafio representado pela necessidade de se estabelecer uma nova relação do homem com o meio ambiente e entre eles mesmos, que possa proporcionar um futuro sustentável e mais justo para todos no planeta, tendo a educação como pilar central nas diretrizes estratégicas no alcance desse propósito.

A partir dessa problemática, o objeto de estudo é a *Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (EDS), bem como a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (DEDS). Cujas propostas, formulada pela Assembleia das Nações Unidas, em 2002, e configurada pela UNESCO como um plano esquemático de implementação, compreendeu o período decenal de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2014.

Não obstante a relevância sugerida pela proposta da DEDS – sobretudo por tratar do futuro do planeta em que vivemos e nossos descendentes viverão –, sua implementação no Brasil não foi tão simples quanto poderia ser. Antes mesmo de a iniciativa da ONU ser colocada em prática, parte dos adeptos da educação ambiental (EA) se mobilizava de modo a rechaçar a EDS, em razão, entre outros aspectos, do suposto caráter capitalista que a revestia.

Partindo da tese de que a DEDS, do ponto de vista estratégico, apresenta-se como um conjunto de diretrizes sistematizadas, para determinada efetividade dos trabalhos educacionais no contexto da relação da sociedade com o meio ambiente, o objetivo geral do presente estudo consistiu em investigar como o Brasil respondeu a tal proposta decenal da ONU/UNESCO, incluindo os momentos preliminares relacionados ao seu lançamento no país. Um processo investigativo que, por se prontificar a perscrutar minuciosa e rigorosamente os fatos, acabou assumindo a pretensão de se configurar como um dossiê sobre a DEDS no contexto brasileiro.

No tocante aos objetivos específicos, buscou-se analisar, pela perspectiva estratégica, alguns aspectos inerentes tanto em relação ao teor da proposta da DEDS, como ao respectivo processo de sua implementação no Brasil, sobretudo quanto às reações de potenciais atores e partes interessadas nessa iniciativa da ONU/UNESCO, cujas implicações, decorrentes de uma intensa polêmica, poderiam ter afetado toda a essência de uma dinâmica estratégica. Para estabelecer esses objetivos, o presente estudo considerou as seguintes hipóteses:

- 1) A proposta da ONU/UNESCO acabou se tornando objeto de polêmica e de confronto no Brasil (antes mesmo de sua vigência), em função de variáveis que se configurariam como não controláveis, entre as quais aquelas supostamente motivadas por fatores vinculados a eventuais posições ideológicas, que teriam se alinhado no intuito de se sobreporem ao apelo mundial chancelado pela Assembleia das Nações Unidas, traduzido pela intenção de se construir um futuro sustentável, comprometendo, desse modo, o alcance dos propósitos e objetivos pretendidos pelo programa EDS/DEDS;
- 2) O Brasil, mesmo sendo um Estado-membro das Nações Unidas, foi incapaz de providenciar o direcionamento, o alinhamento e a sensibilização estratégica referente à proposta da EDS/DEDS, a qual teria enfrentado um ambiente desfavorável no país;
- 3) Tal ambiente teria sido instaurado justamente por alguns dos principais atores e potenciais interessados pela essência contida na proposta em tela, os quais, embora pudessem catalisar a consolidação dessa iniciativa estratégica da ONU/UNESCO no Brasil, teriam se postado refratários (até como ofensores) ao programa EDS/DEDS, o que resultaria na ausência de uma sinergia estratégica em relação a tal programa, algo que deveria abranger do nível nacional (governo) ao nível local (subnacional).

Quanto aos aspectos investigativos relacionados à elaboração deste estudo, a metodologia adotada seguiu pelos procedimentos inerentes à pesquisa teórica e descritiva, concomitantemente à análise documental, inclusive recorrendo, dadas algumas circunstâncias, à pesquisa exploratória. Quanto à pesquisa teórica, Demo (1994, p.36) parte do princípio de que o conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, capacidade explicativa. Por essa perspectiva, a pesquisa teórica, segundo o mesmo autor, é orientada no sentido de reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes (ibid.).

Desse modo, prossegue Demo (1994, p.36), esse tipo de pesquisa não implica imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para uma eventual intervenção. Demo, em outra obra publicada posteriormente (2000), oferece uma leitura complementar, pela qual a pesquisa teórica é dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos (DEMO, 2000, p.20).

A pesquisa descritiva, por seu turno, é usada, segundo Gressler (2004, p.54), para descrever fenômenos situações e eventos existentes, identificar e justificar condições. Entretanto, tal pesquisa não procura, necessariamente, explicar relações ou testar hipóteses provando causa e efeito. A autora ainda assinala que esse tipo de pesquisa não é uma mera

tabulação de dados; requer um elemento interpretativo que, muitas vezes, se apresenta combinando comparação, contraste, mensuração, classificação, interpretação e avaliação. Portanto, a pesquisa descritiva, por exigir uma série de informações no intuito de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, pode ser configurada sob outras formas, como, por exemplo, uma análise documental (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.35).

Nessa abordagem, a pesquisa documental pode ser entendida como um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais, haja vista a maior parte das fontes escritas ser, quase sempre, a base do trabalho de investigação (MASSIMI, 1985; PIMENTEL, 2001; e SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Dessa forma, em função da problemática, do objeto de estudo e dos objetivos do presente estudo, essa metodologia sugeriu se caracterizar como um caminho viável de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. Além disso, ainda com base nos autores citados, esse tipo de pesquisa se apresenta como um método de escolha e de verificação de dados, visando, concomitantemente, ao acesso às fontes pertinentes e, a esse título, fazendo parte da heurística de investigação (ibid.).

Outro aspecto, que se traduz na relevância da pesquisa documental no que diz respeito ao presente estudo, consiste na possibilidade que se tem, a partir de registros do passado, fazer algumas inferências para o futuro. E mais, a importância de se compreender os seus antecedentes numa espécie de reconstrução das vivências e do vivido. Isso porque uma investigação de cunho histórico, ao pretender estabelecer sínteses sistemáticas dos acontecimentos pretéritos, se posta contundente a serviço das ciências sociais, principalmente no sentido da reconstrução crítica de dados que permitam inferências e conclusões (MASSIMI, 1985; PIMENTEL, 2001; e SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Já em relação à pesquisa exploratória, Köche (1997, p.126) entende que alguns tipos de pesquisa (como, por exemplo, a descritiva, adotada neste estudo) pressupõem que o investigador tenha um conhecimento aprofundado a respeito dos fenômenos e problemas que está estudando. Contudo, de acordo com esse autor, há situações que ainda não apresentam um sistema de teorias e conhecimentos suficientemente desenvolvidos e consolidados.

Nesses casos, para Köche (1997, p.126) é necessário desencadear um determinado processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar, algo que a pesquisa exploratória busca propiciar, já que nesta não se trabalha com a relação entre as variáveis, mas, sim, com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização, sejam elas quantitativas ou qualitativas. Ou seja, o objetivo fundamental da pesquisa exploratória é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer (KÖCHE, 1997, p.126).

Para efeito de estruturação do presente estudo, adotou-se a denominação de capítulo para o que seria uma seção primária, e seção para as respectivas subdivisões, e subseção quando assim se fez necessário. Desse modo, o trabalho é constituído por sete capítulos, sendo o primeiro esta Introdução, pela qual se buscou, além de registrar algumas citações compreendidas pela historiografia ambiental, evidenciar o tema tratado, o problema, a tese e os objetivos da pesquisa, a relevância do estudo, as hipóteses e a metodologia utilizada.

O segundo capítulo aborda os precedentes históricos à promulgação, em 2002, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (DEDS). A intenção desse capítulo é demonstrar que a instituição da DEDS pela ONU não foi algo fortuito, mas, sim, o resultado de uma história pregressa robusta.

No terceiro capítulo são oferecidos subsídios e diretrizes para uma discussão sobre a *Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (EDS) e a DEDS, a fim de agregar elementos abrigados em referências históricas e teóricas para possibilitar uma discussão associando a EDS e a DEDS com a *Educação Ambiental* (EA).

Para tanto, o terceiro capítulo é dividido em duas seções: a primeira coloca o contexto da EDS/DEDS à luz dos aspectos ideológicos na política brasileira; a segunda discorre sobre a gênese das expressões “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”, e suas evoluções conceituais percebidas entre a aprovação da *Agenda 21*, durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, e a promulgação da DEDS, em 2002.

A partir do quarto capítulo, a pesquisa começa a avançar para o núcleo mais complexo do estudo, quando, na intenção de elaborar um dossiê sobre a DEDS no Brasil, ele já se inicia abordando o cotejo entre a EDS e a EA, abrangendo desde debates, embates e turbulências, até eventuais contribuições sobre o tema em questão. Desse modo, esse capítulo, em função de sua complexidade, segue específica e propositadamente por um arranjo cronológico, pelo qual o ano de 2005 será uma demarcação divisória temporal, pois tal ano se refere ao início da vigência da propositura da DEDS. Neste sentido, as discussões são subdivididas em três recortes temporais, conforme se descreve:

A delimitação temporal do primeiro recorte é definida da publicação, em 1987, do *Relatório Brundtland*, até o início da DEDS, em 2005; o segundo recorte refere-se ao ano específico de 2005, quando a DEDS foi lançada no Brasil; e o terceiro recorte compreende a fase incipiente da DEDS, momento que seria decisivo para a consolidação da DEDS, notadamente por se apresentar um contexto constituído por determinados aspectos polissêmicos envolvendo semânticas, dilemas, desafios e a conotação (contra-) hegemônica.

A razão de se adotar tal estrutura redacional consiste em oferecer distintas discussões que contrapuseram a EDS e a EA. Tanto nos anos que antecederam o início efetivo da vigência da DEDES como nos primeiros anos que se seguiram após esta ter sido iniciada. Dessa forma, em função de cada momento percorrido, pretende-se proporcionar variadas percepções sobre essa questão cotejada por meio de alguns estudos publicados, cujos teores sejam referentes a cada um dos recortes temporais estipulados.

Concomitante aos três recortes temporais, o quarto capítulo é dividido em quatro seções: a primeira, reiterando, discute sobre a disputa EDS *versus* EA, demarcada entre a publicação do *Relatório Brundtland*, em 1987, e início da DEDES, em 2002; a segunda foca a discussão nos aspectos que envolveram o lançamento da DEDES no Brasil, em 2005.

A terceira seção do quarto capítulo prossegue discutindo sobre o início da DEDES, momento em que as polêmicas se intensificaram a ponto de demandar que essa seção fosse desdobrada em duas subseções: uma reservada a semânticas e encruzilhadas do capitalismo, e outra abordando os desafios dilemáticos e polissêmicos da EDS. A quarta e última seção desse capítulo, promove uma discussão sugerindo um paradoxo contra-hegemônico.

Dando continuidade à complexidade que revestiu as discussões do capítulo anterior, o quinto capítulo passa a discutir sobre os aspectos relacionados, propriamente, aos dez anos compreendidos pela proposta da DEDES, ou seja, ao longo de sua vigência, a partir de 2006. Nesse recorte temporal definido, esse capítulo é dividido em duas seções, as quais oferecem discussões que correspondem, respectivamente, a cada um dos quinquênios da DEDES.

O sexto capítulo coloca a DEDES pela perspectiva estratégica. Nesse propósito, esse capítulo é dividido em quatro seções: a primeira oferece alguns subsídios teóricos sobre estratégias e táticas, e planos e planejamento; a segunda seção aborda as análises de ambientes, tanto interno (referente ao autoconhecimento) como externo (relacionando-o com uma abordagem sobre cenários); a terceira seção passa a discutir sobre as estratégias e os atores no contexto da EDS/DEDES; e a quarta e última seção desse capítulo promove uma discussão que abrange dos resultados esperados ao processo de implementação da DEDES.

Por fim, o sétimo capítulo apresenta as considerações finais, correspondentes aos objetivos e às hipóteses da pesquisa. Momento em que é desenvolvido um processo de síntese dos principais elementos obtidos por meio da análise pela perspectiva estratégica da DEDES no contexto brasileiro, com comentários e as pretensas contribuições trazidas pelo estudo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Conforme destacado no texto introdutório deste estudo, a importância de uma dinâmica educacional, que despertasse o sentimento de responsabilidade nos educandos em valorizar, respeitar e proteger o meio ambiente, já havia sido proposta, no Brasil, na década de 1930, quando Getúlio Vargas, em 2 de janeiro de 1934, editou o Decreto nº 23.672 (BRASIL, 1934a). Vargas, dessa forma, teria instituído, há mais de 80 anos, uma modalidade de aprendizagem análoga a uma educação ambiental no âmbito escolar brasileiro, inclusive quanto aos aspectos curriculares dos ensinos primário e secundário neste sentido¹⁹¹.

Não obstante algumas discussões e publicações isoladas e esparsas ao longo das primeiras décadas do século XX, versando sobre as questões ambientais, o debate sobre o ritmo de degradação do planeta ganharia tônica no início da década de 1970. Mais especificamente em 1972, ano que foi particularmente decisivo para as questões relativas ao meio ambiente, mormente à problemática ecológica ensejada, em razão de dois fatores: (i) publicação, pelo Clube de Roma, de um estudo sobre as tendências e os problemas econômicos que ameaçavam a sociedade global, denominado *The limits to growth* – “Limites do crescimento” (MEADOWS et al., 1972); e (ii) a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente*, em Estocolmo, na Suécia, na qual foi promulgada a *Declaration of the United Nations Conference on the human environment* – “Declaração de Estocolmo” (UNEP, 1972).

A relevância da Conferência de Estocolmo é de tal monta que McCormick (1992, p.15) assinala que o ambientalismo global pode ser separado em duas fases: antes e depois desse evento sueco, ocorrido de 5 a 16 de junho de 1972, o qual se fez como um divisor de águas no extenso horizonte de tempo envolvendo a relação do homem com o meio ambiente (ibid., p.19). A Conferência de Estocolmo de 1972 faria, inclusive, com que a educação ambiental (EA) ganhasse espaço e passasse a ser considerada um campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais (MEDINA, 1997, p.258-259).

¹⁹¹ Vargas ratificaria essa iniciativa, de instituir uma modalidade educacional análoga à educação ambiental, ao consolidar o que seria o primeiro Código Florestal do Brasil, por meio do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (BRASIL, 1934c), publicado logo 21 dias após o Decreto nº 23.672 (BRASIL, 1934a).

Tanto que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que havia sido criado em 15 de dezembro de 1972, por conta da Conferência de Estocolmo, já em seu primeiro ano de atividade, em 1973, destacou como alta prioridade os temas referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento, realizando um conjunto de experiências e práticas de EA em muitos países, pelas quais possibilitou avanços importantes na sua conceituação, inspirada em uma ética centrada na natureza, que pode ser identificada como a “vertente ecológico-preservacionista da educação ambiental” (MEDINA, 1997, p.259).

Apesar dessa iniciativa das Nações Unidas, por meio do PNUMA, cabe destacar que, antes mesmo dos eventos que marcaram a definição de uma agenda de discussão ambiental no ano de 1972, já havia, desde meados da década de 1960, uma movimentação que buscava enfatizar a importância do papel da educação no propósito de fazer a sociedade refletir sobre os impactos ambientais provocados no planeta pelo homem.

Nesse contexto, a expressão “educação ambiental (EA)” teria surgido pela primeira vez em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, da Inglaterra, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos¹⁹². Um registro que estaria sujeito a ressalvas. Haja vista o fato de Getúlio Vargas, na década de 1930, ter procedido a uma análoga proposta educacional aqui no Brasil.

Embora não seja o caso de sugerir que Vargas tenha sido o primeiro, em toda a história, a considerar uma educação de cunho ambiental, há como afirmar, pelas evidências apontadas, que ele se anteciparia em mais de três décadas ao evento da Universidade de Keele, de 1965, considerado, por várias literaturas, um marco histórico onde tal modalidade educacional teria sido, pela primeira vez, contextualizada. Ademais, Vargas não ficou apenas no campo teórico, ele transcendeu essa sua convicção para a efetiva aplicação prática, por meio de decretos cujas publicações se deram no remoto mês de janeiro de 1934.

Deixando à parte essa iniciativa de Vargas no Brasil, o fato é que, no âmbito global, a importância da educação ambiental (EA) foi efetivamente reconhecida em meados da década de 1960. De acordo com o teor do Capítulo 2 deste estudo, constata-se pelo Quadro 2.1 que foram várias reuniões que ocorreram ao redor do mundo nas décadas de 1960 e de 1970, demonstrando o envolvimento de diversas organizações e instituições preocupadas com a EA. Ocasões em que as diretrizes e as recomendações da EA foram amplamente discutidas de modo a contribuir com a sua consolidação, propiciando um desfecho mais contundente no *Seminário de Belgrado*, cuja realização se deu em 1975 (UNESCO; UNEP, 1975).

¹⁹² Conf. Bursztyn e Persegona (2008, p.127), Czapski (1998, p.27), Layrargues (2003, p.17), Loures (2009, p.58), Medina (1997, p.265), Nascimento, Lemos e Mello (2008, p.80), e Silva Júnior (2013, p.271).

O *Seminário Internacional de Educação Ambiental de Belgrado*, de 1975, organizado pela UNESCO em colaboração com o PNUMA, foi o desfecho de um processo iniciado na cimeira de Estocolmo, de 1972. Desse modo, na ocasião do evento sérvio, elaborou-se a *Carta de Belgrado* (UNESCO; UNEP, 1975 e 1976), caracterizando, destarte, o startup do *Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA)*, atendendo, com tal iniciativa, tanto ao *Princípio 19 da Declaração de Estocolmo* como a *Recomendação 96* da respectiva Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, de Estocolmo (UNEP, 1972).

Segundo Bursztyn e Persegona (2008, p.172) e Medina (1997, p.259), o PIEA, formatado em Belgrado, atingiria seu ponto culminante na *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, realizada em Tbilisi, na Geórgia (ex-URSS), de 14 a 26 de outubro de 1977 (UNESCO; UNEP, 1977). Um evento também organizado pela UNESCO com o PNUMA, que resultou na *Declaração de Tbilisi*, a qual, além de enfatizar o caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador da EA, postulou que esta se faz como um elemento essencial para uma educação global, orientada para a resolução dos problemas por meio da participação ativa dos educandos na educação formal e não formal, em favor do bem-estar da humanidade (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p.172; MEDINA, 1997, p.259)

Na ocasião da Conferência de Tbilisi, portanto, foram ratificados os princípios orientadores da EA lançados no evento de Belgrado, contribuindo para precisar a sua natureza educacional, definindo seus objetivos e características, assim como as estratégias pertinentes em nível nacional e internacional (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p.172; MEDINA, 1997, p.259; NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008, p.80-81).

As orientações de Tbilisi seriam fortalecidas dez anos depois, quando, de 17 a 21 de agosto de 1987, a UNESCO e o PNUMA promoveram, em Moscou, na Rússia, o *Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente*, de cujo evento resultou o documento final “*Estratégia internacional de ação em matéria de educação e formação ambiental para o decênio de 90*” (UNESCO; UNEP, 1987).

Assim a educação ambiental (EA) seguia por seu trajeto histórico. Até que, naquele mesmo ano de 1987, foi publicado o relatório *Nosso futuro comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland* (WCED, 1987), apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), ou Comissão Brundtland (*World Commission on Environment and Development – WCED*)¹⁹³. Com esse relatório, passa a ser difundido oficial e mundialmente um novo conceito: o do “desenvolvimento sustentável (DS)”.

¹⁹³ Em razão de a CMMAD ter à frente a premiê da Noruega, tanto a Comissão como o relatório *Nosso futuro comum* passaram também a ser conhecidos como *Comissão Brundtland* e *Relatório Brundtland* (DUPUY; VIÑUALES, 2015, p.12; GADOTTI, 2012, p.98; LIMA, 2011, p.38; NOBRE; AMAZONAS, 2002, p.39).

O *Relatório Brundtland* da CMMAD, fruto dos trabalhos de uma comissão revestida pelo manto de expressiva representatividade mundial, trouxe uma definição para o DS que ainda hoje é amplamente difundida: “*O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*” (WCED, 1987, p.41). Se Diegues (1992, p.26) reconhece que a definição do conceito de DS dado pela CMMAD é a mais conhecida, Gadotti (2012, p.98), por seu turno, assinala que tal relatório é um divisor de águas na questão do desenvolvimento sustentável, cuja essência sustentou que era possível um equilíbrio dinâmico entre proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social.

Em 1990, com o conceito de DS já em efetiva difusão, ocorreu, de 5 a 9 de março daquele ano, em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (*World Conference on Education for All – WCEFA*), evento no qual foi reforçada a revisão dos aspectos ambientais e educacionais, no debate pautado pela inserção das abordagens socioculturais, socioeconômicas e do desenvolvimento, e o DS foi enfaticamente inserido no contexto educacional. Notadamente quando da aprovação do “Documento Básico: *Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem: uma visão para a década de 1990*”, bem como da “*Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*” (WCEFA, 1990).

Nesse contexto, portanto, o Encontro de Jomtien, de 1990, teria supostamente criado as condições ideais para que, dois anos após, a educação e o conceito de desenvolvimento sustentável (DS) se fundissem definitivamente no mesmo cadinho. Essa oportunidade foi consumada na *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD-92, a Rio-92 (United Nations Conference on Environment and Development – UNCED-92)*; realizada de 3 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro (UN, 1992a).

Dos acordos assinados na Rio-92, o de maior destaque foi a *Agenda 21* (CNUMAD, 1992, 1995), cujo documento se fez como o mais abrangente e de maior alcance mundial (BURSZTYN; PERSEGONA, 2008, p.252; GADOTTI, 2012, p.44; LAGO, 2007, p.76; SACHS, 1993, p.59). Ademais, a CNUMAD-92 (a Rio-92) teria sido um marco para a noção do conceito de desenvolvimento sustentável – DS (BECKER, 1994, p.130), quando tal conceito alcança maior difusão e toma forma mais operativa e circunstanciada na *Agenda 21*, aprovada na Rio-92 (FREITAS, 2004, p.549). Enfim, a assinatura de documentos como *Agenda 21* e a exaltação do conceito de DS, como solução das questões ambientais, são provas cabais do sucesso da CNUMAD-92 – Rio-92 (OLIVEIRA, 2011, p.64).

Na Rio-92 ainda se destaca um registro relevante quanto ao teor deste presente estudo, que consiste no fato de, nesse evento, ter sido iniciado o processo da efetiva acoplagem da educação ao conceito de desenvolvimento sustentável (DS). Pois, segundo entendimento de Freitas (2004, p.554-555), o conceito de “educação para o desenvolvimento sustentável – EDS” (tal como o de DS) foi também maturando entre 1987 e 1992, até que tomou forma mais precisa no Capítulo 36 da *Agenda 21* (CNUMAD, 1992, 1995, p.429-439).

Se as bases da EDS foram constituídas em 1992, na Rio-92 – em função do Capítulo 36 da *Agenda 21* –, a concepção da EDS, na “barriga de aluguel”¹⁹⁴ da EA, seria efetivamente consumada em 1997, na “*Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade*”, realizada na cidade de Tessalônica (Grécia), de 8 a 12 de dezembro de 1997 (UNESCO, 1997 e 1999)¹⁹⁵.

Evento no qual o tema “educação para o desenvolvimento sustentável (EDS)” apareceu, pela primeira vez, associado à educação ambiental, em função da retomada do Capítulo 36 da *Agenda 21*, aprovada na Rio-92 (GADOTTI, 2012, p.81). Segundo Lima (2003, p.112-113), o documento que embasou a Conferência de Tessalônica¹⁹⁶ visava consolidar o conceito e as mensagens de uma educação para a sustentabilidade ou para o desenvolvimento sustentável, porquanto à luz de uma educação para um futuro sustentável.

Embora a concepção da EDS tenha sido consumada na Conferência de Tessalônica, em 1997, sua “gestação” duraria mais cinco anos. Quando, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, ocorreu a *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* (CMDS), em Johannesburgo, na África do Sul. Na CMDS buscou-se mais uma vez fazer um balanço das conquistas, dos desafios e das novas questões surgidas desde a Rio-92, daí sendo denominada de Rio+10 (UN, 2002a). Nesse aspecto, apesar de a Rio+10 também estar sujeita a ser configurada, na sua essência, como mais uma cúpula de “implementação” – no propósito de novamente tentar transformar metas, promessas e compromissos da *Agenda 21* em ações concretas e tangíveis –, dela resultou um decisivo documento para a EDS: a *Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável* (UN, 2002a).

¹⁹⁴ Recorrendo à metáfora de Freitas (2004, p.555, e 2006a, p.138).

¹⁹⁵ Em Tessalônica, o Brasil apresentou o documento final resultante da *1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental* – CNEA (conf. BRASIL. MMA, 2009, p.29), cujo evento havia sido realizado dois meses antes em Brasília, de 7 a 10 de outubro de 1997, e no qual foi considerada a educação ambiental na vertente do desenvolvimento sustentável, em conformidade com a *Agenda 21* (BRASIL. MMA; MEC, 1997).

¹⁹⁶ O trabalho para elaborar o documento apresentado na Grécia reuniu a colaboração de diversos especialistas da própria UNESCO, do sistema da ONU e de outras instituições: como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a IUCN, agências governamentais, não governamentais e universidades de diversos países (LIMA, 2003, p.113, e nota final 8, p.119).

Por meio da *Declaração de Johannesburgo* estabeleceu-se o *Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* – “Plano de Implementação de Johannesburgo” (UN, 2002a), pelo qual se confirmou a importância da educação para o desenvolvimento sustentável (DS) e recomendou-se que a Assembleia Geral das Nações Unidas considerasse a adoção de uma **década da educação para o desenvolvimento sustentável** (DEDS) a partir de 2005 (ibid., p.62, grifos nossos).

A recomendação de Johannesburgo foi acatada poucos meses depois, e a instituição da DEDS foi oficializada quando, em 20 de dezembro de 2002, na 57ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi aprovada a Resolução nº 57/254 (UN, 2002b, 2002c), pela qual a educação foi enfatizada como um elemento indispensável para alcançar o desenvolvimento sustentável, decidindo proclamar o período de dez anos, de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2014, como a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*: DNUEDS (DEDS) 2005-2014 (UN, 2002b, 2002c).

A Resolução nº 57/254 da ONU estabeleceu importantes pontos, entre os quais o que designou a UNESCO como agência líder para promover e coordenar internacionalmente a DEDS (UN, 2002b; UNESCO, 2005, p.9 e 23). Para tanto, a missão conferida à UNESCO incluiu, sobretudo, que ela desenvolvesse um projeto esquemático de implementação internacional da DEDS, esclarecendo a sua relação com os processos educacionais existentes, com vista a fornecer recomendações para os governos sobre como promover e melhorar a integração da educação para o desenvolvimento sustentável em suas respectivas estratégias de ensino e planos de ação, no nível apropriado (UN, 2002b).

Para elaborar o *Plano Internacional de Implementação da DEDS*, a UNESCO procedeu, preliminarmente, à consulta com os parceiros da ONU, até que, em setembro de 2003, a UNESCO divulgou mundialmente um *Marco de Referência para a Implementação do Plano da Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável* (UNESCO, 2005, p.23 e 27). Como resultado desse procedimento, foram recebidas mais de duas mil contribuições, muitas delas consolidando centenas de opiniões convergentes. Em seguida, o projeto do Plano foi revisado por acadêmicos e especialistas na matéria antes de ser submetido, em julho de 2004, aos Consultores de Alto Nível para os assuntos da DEDS, que assessoravam a Diretoria-Geral da UNESCO (UNESCO, 2005, p.23).

O aludido marco de referência, que fundamentou a elaboração do Plano da UNESCO, além de impulsionar o processo de consultas, apresentou o contexto para a DEDS, discutiu os aspectos principais do programa EDS e os procedimentos exigidos para a elaboração do

expediente esquemático em tela, inclusive identificando os atores e os interessados envolvidos no processo, assim como os resultados esperados e as estratégias da UNESCO para a elaboração do *Plano Internacional de Implementação da DEDS* (UNESCO, 2005, p.27).

Após cumprir todas as etapas programadas até sua conclusão, a UNESCO apresentou o *Plano de Implementação da DEDS*, na 59ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York, nos dias 18 e 19 de outubro de 2004 (UNESCO, 2005, p.23). Portanto, esse Plano apresentado pela UNESCO às Nações Unidas, que respondeu à missão a ela confiada, foi o resultado de amplas consultas com as agências da ONU, governos nacionais, organizações da sociedade civil, ONGs e especialistas (op. cit., p.23 e 27).

Com a conclusão do *Plano Internacional de Implementação da DEDS*, a UNESCO disponibilizou-o para os Estados-membros das Nações Unidas, para que estes tivessem parâmetros na definição de suas estratégias. Já que, a partir de 2005, seriam seus governos que teriam a responsabilidade de iniciar o efetivo processo estratégico da implementação da DEDS (UNESCO, 2005, p.87). Essa dinâmica programática foi estabelecida já na própria resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, pela qual a DEDS foi instituída, quando foi enfatizado que caberia aos governos dos Estados-membros considerar a inclusão de medidas para implementar a DEDS nas suas respectivas estratégias educacionais e em planos de ação, tendo como parâmetro o Plano elaborado pela UNESCO, cujo documento ofereceu subsídios e diretrizes estratégicas referentes à implementação de tal proposta (ibid.).

Nesse contexto, portanto, percebe-se que, a partir do momento da disponibilidade do *Plano de Implementação da DEDS* pela UNESCO, a responsabilidade para iniciar o processo estratégico proposto em questão foi delegada aos contextos nacionais, aos governos (UNESCO, 2005, p.87 e 117). No que, segundo a UNESCO (2005, p.23-24), o Plano disponibilizado, apesar de constituir-se um marco geral para que todos os parceiros pudessem contribuir para a DEDS, não era prescritivo, porém o seu teor buscava fornecer, de modo global, orientações e conselhos e mostrar *por que, como, quando e onde* um grande número de parceiros poderia desenvolver suas contribuições com base em seus próprios contextos.

Enfim, conforme relatado no Capítulo 2 deste estudo, após um longo e complexo processo conceptivo, a ONU promulgou, em 2002, a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEDS* (2005 a 2014). Processo pelo qual tanto a EA como a EDS teriam, em tese, compartilhado um significativo trecho de mesmo trajeto histórico, senão dos mesmos desafios e propósitos. Até se complementando em simbiose no contexto evolutivo pretendido na dinâmica educacional que trata da relação homem-natureza, sem detrair os aspectos socioeconômicos e socioculturais.

Da mesma forma, foi devidamente colocado à luz da discussão no Capítulo 2 que, evoluindo, depois de 1992, nas diversas reuniões e *meetings* internacionais, a EDS foi mantendo com a EA relações operacionais de natureza basicamente complementar (se bem que, muitas vezes, envoltas de polêmica), inclusive a EA sendo contextualizada ora como componente fundamental, ora como fonte de inspiração referencial da EDS (FREITAS, 2006a, p.138-139). A partir de então, tanto a EA como o debate das questões de ambiente e desenvolvimento encontram-se marcados, desde o início, pelo confronto entre diferentes entendimentos dos conceitos de “ambiente”, “ambiental” e “desenvolvimento” (ibid., p.139).

Nesse cenário de confronto, Freitas (2006a, p.144), embora reconheça que o termo “desenvolvimento” (pela conotação de uma ideia de crescimento econômico contínuo) desencadeou algumas resistências em vários setores, não considera que um debate EA *versus* EDS fosse (ou ainda seja) suficientemente necessário e/ou desejável para que uma designação substitua outra, mas que antes convivam como parentes, muito próximas, as quais, em uma determinada fase da história educativa, tiveram necessidade de, pelo menos em parte, buscar sua autonomia nem que fosse “vivendo na casa ao lado”. Pois nem sabemos se, no futuro, não teremos de “derrubar as paredes” que dividem as duas “casas”, ou mesmo (quem sabe), derrubar outras “paredes” que dividem a “grande casa” da educação em geral (ibid., p.145).

Não obstante a polêmica terminológica que acabou se instalando em determinados recortes e contextos geopolíticos, o fato é que as nações do mundo, por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em dezembro de 2002, **adotaram por unanimidade** a resolução que proclamou a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* para o período 2005-2014 (UNESCO, 2005, p.37, grifos nossos).

Nesse aspecto, a UNESCO (2005, p.38-39) destaca o fato de diversos interlocutores terem interpretado de maneiras diferentes a definição do *Relatório Brundtland* sobre o DS: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”. Entretanto, **tais interpretações giram em torno das funções e relações dos atores envolvidos** e nas medidas adotadas para se atingir a sustentabilidade (ibid.).

Na opinião da UNESCO (2005, p.39), algumas interpretações acabaram enfatizando uma estrutura voltada para “economia de mercado” que permitiria negociar créditos ecológicos. Outros interlocutores deram ênfase à abordagem de base comunitária em que a viabilidade e sustentabilidade das comunidades constituiriam a pedra de toque para avaliar o progresso. Outros ainda buscaram sublinhar a importância de supervisionar os tratados e

acordos internacionais existentes e desenvolvidos ou de criar novos pactos em uma perspectiva global. A respeito de tais leituras, a UNESCO faz a seguinte assertiva:

O que fica claro em todas essas interpretações é que conceitos de desenvolvimento sustentável estão estreitamente vinculados a diferentes modelos de desenvolvimento sociais e econômicos. Temas cruciais giram em torno de quem tem acesso legítimo, controle e uso dos recursos naturais. **Portanto, o elemento humano é fundamental – os direitos e as responsabilidades, os papéis e as relações pessoais, instituições, países, regiões e blocos sociopolíticos são essenciais para marcar o rumo do desenvolvimento sustentável.** Em outras palavras, tanto as relações sociais e econômicas entre as pessoas e instituições quanto às relações entre sociedade e recursos naturais é que facilitarão ou dificultarão o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005, p.39, grifos nossos).

A partir dessa sua assertiva, a UNESCO postula que, apesar de a educação se constituir como o pilar central das estratégias para promover os valores da EDS (UNESCO, 2005, p.43), a busca pelo desenvolvimento sustentável é multifacetada, o que implica que tal propósito não pode depender unicamente da educação, já que muitos outros parâmetros sociais afetam o desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a governança, relações de gênero, formas de organização econômica e de participação dos cidadãos (op. cit., p.44). Na realidade, segundo a UNESCO (ibid.), seria preferível falar em aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, já que aprender não está restrito à educação como tal.

Portanto, na visão da UNESCO, aprender não inclui apenas o que acontece nos sistemas educacionais, mas também na extensão da própria vida cotidiana, notadamente nos importantes aspectos da aprendizagem que ocorrem em casa, em contextos sociais, em instituições comunitárias e no local de trabalho (UNESCO, 2005, p.44). Dessa forma, a UNESCO assinala que, embora rotulada de *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, **essa iniciativa deve abranger e promover todas as formas de aprendizagem** (ibid., grifos nossos). Mesmo porque a própria UNESCO reconhece que o programa EDS foi construído sobre mais de 30 anos de experiência em educação ambiental (ibid., p.53).

A fim de propiciar uma cooperação internacional nos Estados-membros, algumas agências da ONU já tinham iniciativas ou programas específicos, os quais dariam apoio e fariam parte da DEDS (UNESCO, 2005, p.96). O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por exemplo, seria uma parceria fundamental na definição e promoção das perspectivas ambientais da EDS e na coordenação do *lobby* para o meio ambiente (op. cit., p.96-97). Destarte, sob a bandeira “Desenvolvimento do Meio Ambiente”, as **iniciativas existentes para o desenvolvimento da educação ambiental do PNUMA** poderiam formar parte da orientação geral da DEDS e, tanto quanto possível, deveriam ser ampliadas para incluir as perspectivas do desenvolvimento sustentável (ibid., p.97, grifos nossos).

Conforme discutido no Capítulo 6 deste estudo, pode-se concluir que foi confirmada a tese de que a DEDS se apresentou como uma oportunidade revestida pelo manto de uma proposta de planejamento estratégico, cujo propósito consistiu em promover a busca por um futuro sustentável e mais justo para a humanidade. Sobretudo pelo fato de a DEDS, por meio de seu plano internacional de implementação, elaborado pela UNESCO, oferecer um conjunto de diretrizes sistematizadas, pelas quais seria possível providenciar determinada efetividade dos trabalhos educacionais no contexto da relação da sociedade com o meio ambiente.

Por tal abordagem estratégica, a UNESCO disponibilizou o *Plano Internacional de Implementação da DEDS* para os Estados-membros da ONU, a fim de que estes tivessem parâmetros na definição de suas estratégias, cuja essência já forneceria, de imediato, respostas às sete questões estratégicas básicas do método 5W2H (ver Capítulo 6), conforme Quadro 7.1.

Quadro 7.1: Respostas da DEDS à ferramenta estratégica 5W2H (4Q1POC)

| 5W2H (4Q1POC) | Correlação de escopo estratégico com a DEDS |
|--------------------------------------|--|
| What? (o que se pretende?) | Dedicar dez anos para enfatizar uma educação para o desenvolvimento sustentável |
| When? (quando?) | De 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2014 |
| Why? (por que ou para que?) | Contribuir para que a sociedade humana atual tenha uma visão de um mundo melhor, mais sustentável e justo para todos, tanto no presente como para as gerações futuras, assumindo uma missão norteada pelo desejo, na maior abrangência possível, de uma transformação positiva; fomentada por mudanças que resultem em um novo contingente humano que aprendeu os princípios, os valores, os comportamentos e os modos de vida exigidos para um futuro sustentável (ver Capítulo 6). |
| Where? (onde será executado?) | Nos Estados-membros da ONU, a partir do nível local. |
| Who? (quem executará?) | A implantação da DEDS será iniciada pelos governos nacionais e envolverá os atores, os interessados e os potenciais parceiros compreendidos, principalmente, pelos níveis nacional e local (subnacional), conforme Quadros 6.5, 6.7, e 6.8 do Capítulo 6. |
| How? (como) | A partir das estratégias definidas pelos governos dos Estados-membros, as quais se baseariam tanto nas sete estratégias da DEDS (Quadro 6.6, do Capítulo 6), como nas diretrizes sugeridas pelo <i>Plano de Implementação da DEDS</i> , elaborado pela UNESCO, relacionadas com a dinâmica de cooperação no nível local e com a geração de valor adicionado à EDS pelo nível nacional, definidas pelos Quadros 6.7 e 6.8 do Capítulo 6. |
| How much? (quanto?) | Referente ao uso sustentável dos recursos naturais (quantitativo) |

Fonte: Elaboração nossa a partir de UNESCO (2005), Costa (2012) e Campos (2004).

Em que pese o fato de quanto a UNESCO se dedicou para imprimir qualidade na elaboração do *Plano Internacional de Implementação da DEDS*, Costa (2007, p.55) adverte que não basta elaborar um bom plano. Pois, por melhor que seja o plano, ele é apenas uma parte do sucesso de uma pretensa transformação estratégica. Para esse autor, as principais dificuldades nesse processo não se restringem propriamente à qualidade do plano, mas às pré e pós-condições de sua elaboração (ibid.).

Nesse contexto, e conforme já discutido ao longo deste estudo, as pré-condições para a elaboração do aludido Plano, elaborado pela UNESCO, foram correspondidas e transcorreram de certo modo sem grandes dificuldades, sobretudo enquanto o processo esteve abrigado no âmbito diplomático das Nações Unidas. Desse modo, eventuais complicações haveriam de surgir a partir do momento em que a UNESCO disponibilizou o *Plano de Implementação da DEDS* para os Estados-membros, para que tivessem parâmetros na definição de suas estratégias, já que, a partir de 2005 seriam seus governos que teriam a responsabilidade de iniciar o efetivo processo estratégico da implementação da DEDS (UNESCO, 2005, p.87).

A respeito das situações que surgiriam no processo para implementar a DEDS nos Estados-membros, a própria UNESCO, ao elaborar o respectivo Plano de implementação, já considerava a possibilidade de tal iniciativa estar sujeita a situações de apoio ou afronta, de comportamentos favoráveis ou desfavoráveis (UNESCO, 2005, p.20; 68). À luz dessa colocação e de alguns aspectos já discutidos neste estudo, elaborou-se o Quadro 7.2, pelo qual a proposta da DEDS, enquanto esteve amparada pelo contexto político-diplomático da ONU, é associada com a matriz SWOT/PFOA (conforme Quadro 6.2, do Capítulo 6).

Quadro 7.2: Matriz SWOT (PFOA) da DEDS, abrigada no contexto institucional da ONU

| | | | |
|----------|----------|--|--|
| S | P | PONTOS FORTES – POTENCIALIDADES (<i>strengths</i>) | Trata-se de uma iniciativa promovida por instituições de envergadura representativa: ONU/UNESCO, cuja resolução que a propôs foi adotada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas. |
| W | F | PONTOS FRACOS – FRAQUEZAS (<i>weaknesses</i>) | A constante evolução do significado e as decorrentes controvérsias do conceito de desenvolvimento sustentável. |
| | | PONTOS A MELHORAR | Conferir o devido valor às propostas decenais da ONU. |
| O | O | OPORTUNIDADES (<i>opportunities</i>) | Os 30 anos de experiência em educação ambiental; e o senso comum reconhecendo a necessidade inadiável de se pensar e agir para um mundo com futuro sustentável e mais justo. |
| T | A | AMEAÇAS (<i>threats</i>) | Que eventuais posições ideológicas buscassem prevalecer sobre os interesses maiores de toda a humanidade. |

Fonte: Elaboração nossa a partir dos Quadros 6.1 e 6.2, do Capítulo 6.

Como assinalado, a matriz SWOT da DEDS, sugerida pelo Quadro 7.2, corresponderia a uma realidade generalizada definida pelos limites de um contexto interno e institucional da ONU. Assim, considerando que os governos dos Estados-membros é que teriam a responsabilidade de iniciar o efetivo processo estratégico da implementação da DEDS (UNESCO, 2005, p.87), a inferência recai no fato de que, a partir dessa assunção operacional, a realidade de cada país é que definiria os elementos de sua respectiva matriz SWOT da DEDS, em função de cada contexto nacional, de suas peculiaridades e especificidades.

Ou seja, apesar dos esforços empreendidos na elaboração do *Plano de Implementação da DEDS*, o poder efetivo de ação da UNESCO, delineado em tal expediente de cunho estratégico, iria até o limite definido pela soberania de cada Estado-membro da ONU. Desse ponto em diante caberia a cada país decidir, dentro de sua discricionariedade, pela inclusão de medidas para implementar a DEDS nas suas respectivas estratégias educacionais e planos de ação, tendo como parâmetro o Plano elaborado pela UNESCO (2005, p.87), quando o programa EDS deveria ocupar um lugar proeminente nas estratégias de desenvolvimento em longo prazo e no planejamento nacional de desenvolvimento (ibid., p.90).

Considerando que cada nação teria sua SWOT da DEDS, não há como elaborar uma única matriz, generalizando uma análise situacional. Porém, pelas discussões contidas nos Capítulos 3, 4 e 5 deste estudo, haveria elementos que em tese poderiam sugerir uma matriz SWOT/PFOA da DEDS no contexto brasileiro, conforme inferências anotadas no Quadro 7.3.

Quadro 7.3: Matriz SWOT (PFOA) da DEDS no contexto brasileiro

| | | | |
|----------|----------|--|---|
| S | P | PONTOS FORTES – POTENCIALIDADES (<i>strengths</i>) | Durante o processo conceutivo até a promulgação da DEDS, em 2002, o governo brasileiro demonstrava estar alinhado e propenso a se engajar convictamente na proposta da ONU/UNESCO. O Brasil dispõe de consistente estrutura governamental voltada ao meio ambiente e considerável rede educacional, com significativo corpo docente identificado com a essência temática em questão. |
| W | F | PONTOS FRACOS – FRAQUEZAS (<i>weaknesses</i>) | Mudança de governo entre a promulgação da DEDS e o início de sua vigência. Já que, em 2003, uma corrente política divergente assume o comando do país, e a DEDS (EDS) começa a perder força no Brasil. |
| | | PONTOS A MELHORAR | Que o novo governo se engajasse no programa DEDS e consolidasse a sinergia entre o nível nacional e local (subnacional) com a EDS. |
| O | O | OPORTUNIDADES (<i>opportunities</i>) | Uma proposta da ONU/UNESCO para reativar e fortalecer os processos em curso, para revisar equívocos e para promover um vigoroso e decidido programa educativo para um Brasil sustentável. |
| T | A | AMEAÇAS (<i>threats</i>) | Que acabasse sendo constituído, no Brasil, um arranjo combativo e atuante de resistência ideológica ao programa da ONU/UNESCO. |

Fonte: Elaboração nossa a partir do Quadro 6.2 (Capítulo 6) e do teor dos Capítulos 3, 4 e 5.

Pelas inferências apontadas no Quadro 7.3, é possível perceber de imediato certa inversão nos dois primeiros elementos da matriz SWOT no contexto brasileiro, pela qual o que seria um ponto forte para a DEDS no Brasil passou a ser um ponto fraco, em decorrência da mudança no comando do país. Quando, em 2003, uma corrente política divergente assume o poder, justamente entre a promulgação da DEDS e o início de sua vigência, que se daria a partir de 2005, e a DEDS começa a perder força no Brasil, conforme se explica em reiteração:

De acordo com o que já foi registrado na seção 3.2, do Capítulo 3 deste estudo, o processo de proposição da DEDS foi formatado e consolidado na *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* (CMDS) de Johannesburgo, na África do Sul, evento este realizado de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, e a promulgação oficial da DEDS ocorreu na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) do dia 20 de dezembro daquele mesmo ano.

A DEDS, portanto, foi formatada e proclamada no segundo semestre de 2002, período referente aos últimos seis meses da presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); cujo governo elaborou a primeira edição em escala do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (BRASIL. MMA, 1997). Nessa versão original do ProNEA (do Governo FHC), tanto o Capítulo 36 da *Agenda 21* como o *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global – Tratado de EA*¹⁹⁷ foram colocados no mesmo patamar de importância para uma educação voltada à relação do homem com o meio ambiente (BRASIL. MMA, 1997, p.10).

Porém, no dia 1º de janeiro de 2003 iniciou-se o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT), que havia vencido as eleições presidenciais de outubro de 2002, derrotando, em segundo turno, o candidato apoiado por FHC, José Serra (também do PSDB). Lula foi eleito apoiado por uma coligação que incluía, além do PT, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Liberal (PL), e o Partido da Mobilização Nacional – PMN (FGV. ATLAS, [s/d]).

Em 2003, no primeiro ano da presidência de Lula – e também do período de preparação para o início da DEDS –, foi publicada a segunda edição do ProNEA, cuja versão foi formulada em conjunto pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) com a Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da

¹⁹⁷ As negociações do Encontro do Rio de Janeiro – com a CNUMAD-92 (Rio-92) e o Fórum Global –, além de aprovar o *Relatório Brundtland*, resultaram em promulgações de importantes documentos que ganharam destaque nos anais da história ambiental, entre os quais a *Agenda 21* e o *Tratado de EA*, expediente este de assumido caráter ideológico. Embora o *Tratado de EA* tenha sido fruto de um evento paralelo, no âmbito do Fórum Global, compreendido naquele encontro de 1992 – e não pela conferência oficial (Cúpula da Terra) –, ele acabou tendo uma ressonância significativa, principalmente quando passou a ser usado como referência recorrente para sustentar supostas posições político-ideológicas em favor da EA a fim de afrontar o Capítulo 36 da *Agenda 21*, pelo qual a EDS havia tomado sua forma mais precisa.

Educação (COEA/MEC), e acordada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL. MMA; MEC, 2003, p.7). No entanto, nessa segunda versão do ProNEA, elaborada pelo Governo Lula, **o Capítulo 36 da Agenda 21 simplesmente é expungido**, e o *Tratado de EA* passou a assumir exclusivo protagonismo, tornando-se uma referência primordial para nortear uma proposta de ensino, no âmbito educacional brasileiro, que versasse sobre a relação do homem com o meio ambiente (ibid.).

A partir dessa segunda edição do ProNEA – 2003, portanto, o divisor ideológico, que foi concebido no Encontro do Rio de Janeiro de 1992 (ver seção 3.1, do Capítulo 3), acabaria ganhando nitidez, pois o Capítulo 36 da *Agenda 21* não mais é sequer citado em nenhuma edição posterior do Programa, e o *Tratado de EA* se consolidaria como a principal referência para nortear as diretrizes, os princípios e a missão que orientariam as ações do ProNEA.

Nesse contexto, teria se criado um ambiente desfavorável à EDS/DEDS no Brasil, cercado de polêmicas, debates e embates que enalteceriam a EA em detrimento da EDS, notadamente com o aval do governo brasileiro. Para fundamentar o que se alude, sobre o fato de a mudança de governo ter se tornado um ponto fraco para a EDS/DEDS, Loureiro (2008, p.7) ressalta que, a partir da posse daquela gestão federal, que assumiu em 1º de janeiro de 2003 (referente ao Governo Lula, do Partido dos Trabalhadores), **a educação ambiental assume uma dinâmica intensa em termos político-institucionais** (ibid., grifos nossos).

Loureiro (2008, p.7) ainda complementa arguindo que, desde então, passa a ocorrer no Brasil uma efetiva atuação conjunta entre MMA e MEC, por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), propiciando **a politização dos debates** em favor da EA (grifos nossos). Nessa nova dinâmica, é destacado o *Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*, documento, como já registrado, de caráter ideológico. Carvalho (2008, p.14) ratifica a importância desse *Tratado de EA*, alegando que, desde 1992, tal documento é uma referência para a educação ambiental.

Pelo exposto, já é possível perceber que a implementação do programa EDS/DEDS no país, apesar de ser uma iniciativa acatada e chancelada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sofreria forte resistência. Ou seja, a proposta da ONU/UNESCO seria rechaçada no Brasil, por assim dizer. Além dessa conjecturada inversão entre os pontos fortes e fracos da matriz SWOT da DEDS no contexto brasileiro (conforme Quadro 7.3 retro), o ponto a melhorar não teria sido atendido, pois o novo governo não se engajaria convictamente na proposta da ONU/UNESCO, tampouco demonstraria esforços para consolidar a necessária sinergia entre o nível nacional e local (subnacional) referente ao programa EDS/DEDS.

Com o advento do início da vigência da DEDS, em 2005, são intensificadas as ações para que a EA prevalecesse sobre a EDS. Com isso, o Brasil passou a desprezar o elemento referente à oportunidade da sua matriz SWOT da DEDS (Quadro 7.3, retro), já que, nas palavras do Órgão Gestor da PNEA, percebia-se a DEDS como uma excelente oportunidade para reativar e fortalecer os processos em curso, para revisar equívocos e para promover um vigoroso e decidido programa educativo regional (BRASIL. MMA, MEC, 2005b, p.7)

Ainda a respeito da oportunidade propiciada pela DEDS, Layrargues (2012, n.p.) ressalta que poucos temas possuem o privilégio de receber o destaque, e a atenção pública, que a instituição de uma específica proposta decenal da ONU pode oferecer a determinado tema de alta relevância. Mas, apesar dessa relevância da DEDS, ela acabou sendo vilipendiada pelo Brasil. Em relação a essa postura, Layrargues (ibid.) assinala que, diante da **encruzilhada ideológica** a escolher, tudo indica que a educação ambiental brasileira optou por abrir mão dos benefícios advindos com o estímulo político conferido à matéria educativa vinculada às questões ambientais, e **rechaçou a proposta da DEDS** (grifos nossos).

Pelas colocações de Layrargues (2012, n.p.), constata-se que, além de a oportunidade da matriz SWOT da DEDS no contexto brasileiro (Quadro 7.3) ter sido desprezada, o elemento referente à “ameaça” de tal matriz acabou se confirmando, pois os aspectos políticos-ideológicos prevaleceram em flagrante prejuízo da proposta da ONU.

Tanto que Layrargues (2012, n.p.) considera que uma das grandes mudanças que ocorreram no campo da educação ambiental nos 20 anos, entre a Rio-92 e a Rio+20, foi o ingresso dos educadores ambientais, pelo menos os mais nucleares e históricos do campo, na **arena política**. Para esse autor, tal campo nuclear passou a se constituir como **uma combativa e atuante arena de resistência ideológica**, de projeto societário alternativo ao capital, reunindo forças progressistas e emancipatórias, que têm muita clareza sobre os interesses em jogo, sobre os projetos civilizatórios em disputa (ibid., grifos nossos).

A consolidação do elemento “ameaças” da matriz SWOT da DEDS no Brasil (conforme Quadro 7.3, retro) ainda seria evidenciada por meio de um livro publicado, em 2005, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de sua Diretoria de Educação Ambiental (DEA), intitulado *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores* – Volume 1 (BRASIL. MMA, 2005). Na Introdução dessa publicação do MMA, resta explícita que a intenção da DEA, com esse livro, consistiu em fertilizar a educação ambiental com novas ideias de campos de luta similares, esperando fundar os pilares ideais para futuras alianças dos educadores ambientais com outros grupos afins, **que dessem maior ressonância aos embates político-ideológicos** (op. cit., p.10, grifos nossos).

O lançamento oficial da DEDS no Brasil ocorreu durante o terceiro ano do Governo Lula, no *Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável*, também conhecido como “Sustentável 2005”. Tal evento, que contou com a presença da então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi promovido pelo *Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável* (CEBDS), cuja realização se deu no Rio de Janeiro, de 31 de maio a 2 de junho de 2005 (BRASIL. MMA, 2008, p.176; HANSEN, 2005, n.p.). A partir de então, o Brasil revelaria uma resistência cada vez maior em aceitar ou reconhecer qualquer valor à DEDS ou à EDS, sobretudo para fazer prevalecer a EA.

Essa resistência foi logo explicitada por meio do *Manifesto pela educação ambiental* (MANIFESTO..., 2005), expediente elaborado por defensores da EA, repudiando a EDS, na ocasião do lançamento oficial da DEDS no Brasil, o qual, inclusive, teria recebido o respaldo do governo federal, conforme as discussões contidas na seção 4.2, do Capítulo 4 deste estudo. Daí em diante, seria estabelecido um intenso confronto que avançaria às raias ideológicas. A ponto de uma das coautoras do *Manifesto pela EA*, Michèle Sato, durante um evento em Lisboa¹⁹⁸, realizado naquele mesmo ano do lançamento da DEDS no Brasil, ter sugerido, em conferência, que os educadores ambientais [brasileiros] boicotariam a proposta da UNESCO.

Na ocasião, Sato (2005, p.3) pregava que, “sob a racionalidade mecanicista, o velho capitalismo foi maquiado, revestiu-se de nova roupagem e surgiu ao mundo sob o pomposo nome de *Educação para o Desenvolvimento Sustentável – EDS*”. Sato ainda faz a seguinte declaração: “[...] Assim, **continuaremos na subversão da desobediência à UNESCO**, pois acreditamos que temos competência suficiente na EA para construir um mundo mais justo, sustentável e paciente” (ibid., grifos nossos). A autora prossegue sua arguição por meio de uma contextualização pela qual “a EA configura-se, com especial ênfase na identidade brasileira, como uma revolução silenciosa” (ibid.). Nessa abordagem Sato assinala que:

Só as pessoas distraídas ou mal informadas poderiam ignorar que esta revolução está sendo realizada. Talvez não seja uma revolução explosiva e ruidosa, mas é difusa e com reflexos mais prolongados, porque somos apaixonados. Não é uma patologia do capitalismo, mas um processo ambiental fisiológico. É um movimento que representa o vórtice de um processo há muito tempo em curso (SATO, 2005, p.3).

Mediante o que se colocou à luz da discussão até este ponto, é possível tecer alguns comentários a respeito do cenário estratégico relativo ao processo de implantação da DEDS no Brasil (conforme subsídios teóricos oferecidos pela seção 6.2, do Capítulo 6 deste estudo). Cenário este composto por fatores não controláveis que compreendem quatro categorias básicas: catalisadores, ofensores, oportunidades e ameaças (COSTA, 2007, p.85-86).

¹⁹⁸ XII Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental: Educação Ambiental nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável (SATO, 2005).

Com base na proposta de mapeamento sugerida pela Figura 6.2 (seção 6.2, do Capítulo 6), tem-se que, a princípio, os educadores ambientais seriam considerados, em tese, os principais catalisadores do programa EDS/DEDS no Brasil, configurando-se como cruciais elementos estratégicos que contribuiriam com as eventuais oportunidades que viessem favorecer a iniciativa da ONU/UNESCO. No entanto esse relevante estrato de atores do processo acabou se tornando ofensores, em decorrência de uma combativa e atuante arena de resistência ideológica, que foi liderada e constituída por alguns educadores ambientais, em especial pelos mais nucleares e históricos no campo da EA (LAYRARGUES, 2012, n.p.).

Conforme relatado nos Capítulos 3, 4 e 5 deste estudo (em especial na seção 4.2, do Capítulo 4), essa parcela dos educadores ambientais, identificados como ferrenhos defensores da EA e radicalmente contrários à proposta da EDS/DEDS, demonstrou uma considerável capacidade de se organizar. A ponto de se consolidarem como expressivos ofensores, em declarada subversão e desobediência à UNESCO, por meio de uma revolução silenciosa a fim de defender a identidade brasileira com a EA (SATO, 2005, p.3), transformando-se, desse modo, em uma decisiva ameaça que comprometeria essa iniciativa da ONU no Brasil.

Porém, conforme ressalta Costa (2007, p.87) – e ainda baseando-se na Figura 6.2, do Capítulo 6 –, dependendo das circunstâncias e do contexto de um específico momento (vivenciado pela ocasião), o que para um determinado lado pode ser considerado ofensor – por trazer impactos negativos –, para o lado correspondente oposto pode se configurar como catalisador, proporcionando impactos positivos. Assim como, em função de tal contexto, o que para uns possa representar ameaça, para outros se traduz como oportunidade (ibid.).

Nessa abordagem, se por um lado os educadores ambientais mais extremados em defesa da EA se transformariam em ofensores à EDS/DEDS, bem como em uma decisiva ameaça a essa proposta da ONU/UNESCO, por outro, esses mesmos atores se apresentariam como catalisadores para fazer com que a EA prevalecesse sobre a EDS, oferecendo, assim, uma oportunidade conveniente para aqueles que conspiravam contra a DEDES no Brasil, inclusive o próprio governo brasileiro, se fosse o caso de este ter optado por não aderir à DEDES. Ou seja, à luz dos aspectos diplomáticos e institucionais perante as Nações Unidas e a UNESCO, a DEDES, para todos os efeitos, fracassaria no Brasil por conta de reações contrárias dos educadores ambientais, e não propriamente por decisão explícita do governo brasileiro.

Embora o governo brasileiro não tenha declarado abertamente ser contrário à proposta da ONU/UNESCO, ao longo deste estudo¹⁹⁹ foram assinalados robustos indícios apontando que, no âmbito governamental, ocorreram esforços para prevalecer um posicionamento político-ideológico em favor da EA, e, conseqüentemente, dissolver quaisquer resquícios de valor e

¹⁹⁹ Especialmente no caput do Capítulo 3 e na sua seção 3.1, seção 4.2 do Capítulo 4 e seção 5.1 do Capítulo 5.

legitimidade institucional à EDS. Postura esta sugerindo certa dissimulação, pela qual o governo federal, desde a véspera do lançamento da DEDES no Brasil, acenaria favorável com uma mão a essa proposta da ONU/UNESCO, e com a outra lhe aplicava uma série de golpes sutis, mas de considerável eficácia e eficiência, para afastá-la de qualquer êxito.

Diante dessa postura do governo brasileiro, mais o enfrentamento à EDS/DEDES por parte dos mais ferrenhos defensores da EA, percebe-se a impossibilidade de ser aplicado o método do “triângulo estratégico” (abordado na seção 6.3, do Capítulo 6 deste estudo), a fim de serem incluídas medidas para implementar a DEDES nas estratégias educacionais e em planos de ação no Brasil, tendo como parâmetro o Plano elaborado pela UNESCO, quando o programa EDS deveria ocupar um lugar proeminente nas estratégias de desenvolvimento em longo prazo e no planejamento nacional de desenvolvimento (UNESCO, 2005, p.87 e 90).

A aplicação do triângulo estratégico, para a DEDES, foi impossibilitada em razão de não serem atendidos, simultaneamente, os três pontos fundamentais para a formulação das estratégias voltadas à iniciativa da ONU/UNESCO: o propósito, o ambiente externo e a capacitação, sendo que cada um desses pontos corresponde a um respectivo vértice do triângulo estratégico (Figura 6.3, da seção 6.3 do Capítulo 6). A começar pelo fato de o propósito da DEDES não ter sido compartilhado por alguns dos principais atores brasileiros envolvidos nesse processo estratégico: o governo federal e parte dos educadores ambientais, especificamente os mais radicais e fervorosos defensores da EA e refratários à EDS.

Em decorrência do contexto que acabou anulando o vértice referente ao propósito, o vértice do ambiente externo no âmbito brasileiro tornou-se, conseqüentemente, desfavorável à EDS/DEDES. Quanto ao vértice da capacitação, pode-se dizer que, no Brasil, até haveria condições de essa premissa ser atendida, haja vista o país possuir um significativo corpo docente identificado com a essência temática em questão, inclusive esse fato ser considerado um dos pontos fortes anotados na matriz SWOT da DEDES no Brasil (Quadro 7.3 retro). Porém, só o vértice da capacitação não seria suficiente para a definição das diretrizes estratégicas visando à construção do futuro proposto pelo programa EDS/DEDES. Para isso, os outros dois vértices do triângulo estratégico teriam de ser atendidos concomitantemente.

A análise da DEDES no contexto brasileiro pela perspectiva estratégica, colocada à luz da discussão até este ponto, já permitiria perceber, com base na Figura 6.4, da seção 6.4 do Capítulo 6, o quanto as variáveis de *estado* (composta por fatores não controláveis pela ONU) que surgiram no Brasil teriam afetado o hiato de desempenho entre as variáveis de *decisão* – que motivaram as Nações Unidas a promulgar a DEDES – e as variáveis de *resultado* definidas pelo *Plano de Implementação da DEDES* – conforme Quadro 6.12, da seção 6.4 do Capítulo 6. Pois tanto os objetivos como os resultados esperados da DEDES foram comprometidos.

Assim, mediante o que se discutiu até este momento, é possível inferir que a **primeira hipótese** considerada por este estudo teria sido confirmada, pois, de fato, há elementos que indicam que a proposta da ONU/UNESCO acabou se tornando objeto de polêmica e de confronto no Brasil (antes mesmo de sua vigência), em função de variáveis que se configurariam como não controláveis, entre as quais aquelas supostamente motivadas por fatores vinculados a eventuais posições ideológicas, que teriam se alinhado no intuito de se sobrepor ao apelo mundial cancelado pela Assembleia das Nações Unidas, traduzido pela intenção de se construir um futuro sustentável, comprometendo, desse modo, o alcance dos propósitos e objetivos pretendidos pelo programa EDS/DEDS.

Da mesma forma, são percebidas algumas evidências, as quais já validariam a **segunda hipótese**: que o Brasil, mesmo sendo um Estado-membro das Nações Unidas, foi incapaz de providenciar o direcionamento, o alinhamento e a sensibilização estratégica referente à proposta da EDS/DEDS, a qual teria enfrentado um ambiente desfavorável no país. Porém, a discussão sobre essa segunda hipótese será retomada logo a seguir.

Embora a discussão sobre a segunda hipótese ainda não esteja encerrada, é possível considerar que a **terceira hipótese** (subjacente à segunda) teria sido confirmada, haja vista que o ambiente desfavorável no Brasil, para a implementação da DEDES, teria sido instaurado justamente por alguns dos principais atores relacionados com a proposta em tela, os quais, embora pudessem catalisar a consolidação dessa iniciativa estratégica da ONU/UNESCO no Brasil, teriam se postado refratários (até como ofensores) ao programa EDS/DEDS. O que resultaria na ausência de uma sinergia estratégica em relação a tal programa, algo que deveria abranger do nível nacional (governo) ao nível local (subnacional).

Retomando a discussão relativa à **segunda hipótese**, tem-se que, embora as análises pela perspectiva estratégica, até então discutidas, já demonstrariam que a proposta da ONU/UNESCO teria se deparado com um ambiente desfavorável no Brasil, é pela dinâmica da metodologia referente à “sequência W”, apresentada na seção 6.4, do Capítulo 6, que ficaria mais evidente o quanto a implementação da EDS/DEDS, no contexto brasileiro, teria se tornado um processo inexecutável. A começar pelo fato de a própria resolução da ONU, que instituiu a DEDES, ter determinado que os responsáveis pelo efetivo início do processo estratégico da implementação da DEDES, a partir de 2005, seriam os governos dos Estados-membros, os quais teriam como parâmetro o Plano elaborado pela UNESCO (2005, p.87).

Desse modo, considerando que era de responsabilidade do governo brasileiro dar início ao processo estratégico para que o programa DEDES fosse implantado no país, constata-

se, com base na Figura 6.5 (seção 6.4, do Capítulo 6), e nas discussões promovidas ao longo deste estudo, que, no Brasil, nem mesmo o primeiro movimento (de cima para baixo – *top-down*) da “sequência W” chegou a ser executado em sua plenitude, conforme se explica:

Esse primeiro movimento, referente à etapa A-B da “sequência W” (Figura 6.5, do Capítulo 6), se traduziria como determinante para o êxito ou fracasso do processo estratégico de implementação da DEDS no Brasil, especialmente pelo fato de essa etapa ser complexa e desafiadora, já que seu objetivo precípua consistia no sucesso da condução do governo federal para providenciar o devido direcionamento, alinhamento e sensibilização estratégica ao longo desse trajeto, do ponto “A” (nível nacional) até chegar ao ponto “B” (nível local [subnacional]), de modo a promover uma sinergia estratégica do nível nacional ao local (do ponto “A” ao “B” da Figura 6.5), conforme lista indicativa oferecida pelo Quadro 6.5, da seção 6.3, na qual constam os atores e potenciais parceiros e interessados no programa EDS.

Com base no que alega o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL. MMA; MEC, 2005b, p. 11), o primeiro movimento do governo brasileiro visando à interação com a DEDS, que poderia se enquadrar nessa etapa A-B da “sequência W”, trata-se de uma coletânea, publicada em novembro de 2004, pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente – MMA (BRASIL. MMA, 2004), na qual foram abordadas as identidades da educação ambiental (EA) brasileira à época, cuja obra, conforme relatado na seção 4.1 do Capítulo 4, se configuraria como uma suposta apologia à EA, ao passo que, ao longo dessa publicação da DEA/MMA, não são oferecidos quaisquer elementos que discutissem ou apresentassem a essência da EDS consoante à DEDS.

Ao enaltecer o valor da EA e deixar de trazer contribuições para melhor avaliar e assimilar a essência da EDS à luz da DEDS, sobretudo ao se considerar a oportunidade cronológica que tal publicação teve, já que esta se deu em novembro de 2004 e o início da DEDS se daria logo em seguida, em 1º de janeiro de 2005, há espaço para conferir vários valores a essa publicação da DEA/MMA em tela (BRASIL. MMA, 2004), exceto um: de que tal obra tenha realmente proporcionado uma interação com a DEDS. No máximo, essa publicação se revestiria pela suposta pretensão de se configurar como um mero registro protocolar, pelo qual o Brasil estaria cumprindo uma determinada agenda governamental, relativa à implementação da DEDS no Brasil, a partir de 2005.

Se a aludida publicação da DEA/MMA seria a primeira ação do governo federal que poderia se enquadrar na etapa A-B da “sequência W”, a segunda, ainda baseando-se nas alegações do Órgão Gestor da PNEA (BRASIL. MMA; MEC, 2005b, p. 11), estaria relacionada com o *V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*, realizado na cidade de

Goiânia, em Goiás, de 3 a 6 de novembro de 2004. Conforme relatado na seção 4.1, do Capítulo 6 deste estudo, embora a pauta desse evento consistisse na educação ambiental e não na EDS/DEDS especificamente, tal evento serviu para que o Órgão Gestor da PNEA aplicasse uma pesquisa sobre a percepção dos participantes quanto à relação entre a EA e a EDS (ibid.).

Essa pesquisa teve o propósito de prospectar a opinião da comunidade de educadores ambientais sobre a proposta decenal referente ao programa DEDES, buscando identificar os valores, as opiniões e as expectativas, bem como averiguar e avaliar o grau de conhecimento e adesão dos educadores ambientais, tanto em relação ao novo vocábulo EDS como à iniciativa da ONU representada pela DEDES, a qual já começaria a vigorar dali a poucos dias, em janeiro de 2005 (BRASIL. MMA, [2006], p.2; BRASIL. MMA; MEC, 2005b, p.11). Quanto ao universo amostral, foram preenchidos 1.740 questionários nos quatro dias do evento goiano, correspondendo a uma quantidade acima de 50% do público presente no *V Fórum*, estimado, com base nas inscrições efetuadas, em 3.200 pessoas (BRASIL. MMA; MEC, 2005b, p.13).

Os resultados dessa pesquisa são discutidos na seção 4.1, do Capítulo 4 deste estudo, os quais indicaram que, embora ainda fosse necessária uma maior divulgação sobre a proposta da ONU/UNESCO, havia um cenário consideravelmente favorável à EDS/DEDS no Brasil, pois em torno de 70% dos respondentes eram a favor da transição do vocábulo “Educação Ambiental (EA)” para “Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)”, e praticamente 80% consideravam a DEDES uma grande conquista²⁰⁰. Entretanto, tais resultados não são imediatamente divulgados. Por alguma razão teriam ficado restritos, por pelo menos nove meses, ao âmbito do órgão governamental que aplicou a pesquisa²⁰¹.

Pelos resultados apurados daquela pesquisa, aplicada pelo Órgão Gestor da PNEA, durante o *V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental*, realizado na cidade de Goiânia, de 3 a 6 de novembro de 2004, percebe-se que, restando poucos dias para se iniciar a vigência da DEDES, marcada para janeiro de 2005, haveria condições favoráveis para que o governo brasileiro centrasse esforços em providenciar o devido direcionamento, alinhamento e a sensibilização estratégica, referentes à proposta da DEDES, à luz do programa EDS.

Ou seja, sob tais circunstâncias, pelas quais os educadores ambientais pesquisados acenaram positivamente à EDS/DEDS, o governo federal tinha um considerável sinal indicando que poderia prosseguir na promoção de uma sinergia estratégica ao longo do trajeto representado pela etapa A-B da “sequência W” (Figura 6.5, do Capítulo 6), do ponto “A” (nível nacional) até chegar ao ponto “B” (nível local [subnacional]).

²⁰⁰ BRASIL. MMA; MEC (2005b, p.17 e 21). Ver Quadros 4.7 e 4.10 da seção 4.1, do Capítulo 4 deste estudo.

²⁰¹ Sobre esse aludido fato, ver seção 4.1 e, principalmente, a seção 4.2, ambas do Capítulo 4 deste estudo.

Para tanto, um dos pontos a serem trabalhados consistiria em uma ação na qual o governo se empenhasse em providenciar os devidos expedientes que melhor esclarecessem a essência da proposta da DEDS, bem como do programa EDS, para que assim o nível local (subnacional), representado pelo ponto “B” da Figura 6.5, do Capítulo 6, desse seu *feedback* preliminar. Algo que já estaria avançando para as etapas B-C e C-D da “sequência W”, pois, assim sendo, o governo brasileiro angariaria os subsídios necessários para a formulação das políticas fundamentadas em amplos insumos e o estabelecimento de um marco para as atividades e a responsabilidade local quanto à EDS/DEDS (UNESCO, 2005, p.87).

No entanto, ao invés de o governo aproveitar tais condições favoráveis – e, a partir delas, se dedicar a esclarecer e valorizar a iniciativa da ONU/UNESCO, de modo a promover uma sinergia estratégica para com a EDS/DEDS, do nível nacional ao local (do ponto “A” ao “B” da Figura 6.5) –, passa a ocorrer no Brasil, segundo Loureiro (2008, p.7), uma efetiva atuação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Educação (MEC), por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), propiciando **a politização dos debates em favor da EA** (grifos nossos).

Nesse contexto, **a educação ambiental assume uma dinâmica intensa em termos político-institucionais** no âmbito do governo brasileiro (LOUREIRO, 2008, p.7, grifos nossos). E, com isso, a EDS e a DEDS são submetidas a certo processo de sufocamento. Tanto que, conforme relatado na seção 5.1, do Capítulo 5 deste estudo, em 2007, que seria o segundo ano da vigência da DEDS, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o *1º Kit da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (BRASIL. MMA, [s/d]c).

Apesar de o título desse material sugerir uma contribuição à DEDS, o que se constata na verdade é que esse kit, composto por três publicações, seria uma forma subliminar para recrudescer a EA, e uma evidente omissão em suposto vilipêndio da EDS e da DEDS. Tanto que o próprio MMA faz questão de destacar que **a pretensão desse kit seria fortalecer e aprofundar os processos de educação ambiental (EA) em curso no país** (BRASIL. MMA, [s/d]c, grifos nossos), e não propriamente a EDS ou a DEDS, como era de se esperar.

Em 2009, ano referente ao que seria a metade da DEDS, o Departamento (Diretoria) de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) lançou o *2º Kit da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, com o título *Educação ambiental para sociedades sustentáveis: uma coletânea para pensar e agir* (BRASIL. MMA, [s/d]c). Esse 2º kit, conforme discutido na seção 5.1, do Capítulo 5 deste estudo, também foi composto por três publicações. Nenhuma delas versando sobre a EDS ou a DEDS. Muito pelo contrário, pois os três itens desse kit só fizeram enaltecer a EA.

À semelhança do 1º kit lançado pelo MMA, em 2007, a DEA/MMA, que lançou esse 2º kit, em 2009, assume explicitamente que o objetivo deste, segundo o texto de sua apresentação, consistia em contribuir com a estratégia de implementação da DEDS, mas, concomitantemente, **fortalecer o processo de educação ambiental desenvolvido pelo governo brasileiro** em parceria com a UNESCO (BRASIL. MMA, [s/d]c, grifos nossos).

Mediante essa colocação da DEA/MMA, a iniciativa de lançar esse *2º Kit da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* seria passível de ser rotulada como um ato esdrúxulo (para não dizer conspiratório), já que o governo brasileiro teria providenciado um kit usando como subterfúgio a própria DEDS, no qual a EA seria recrudescida, em flagrante detrimento da EDS. A começar pelo próprio título dado a esse 2º kit: *Educação ambiental para sociedades sustentáveis: uma coletânea para pensar e agir* (BRASIL. MMA, [s/d]c).

Enfim, nesses dois kits da *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, cujos lançamentos foram de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, a EA foi enaltecida, ao passo que a EDS e a DEDS ficaram longe de ocupar qualquer posição de destaque. Nem mesmo o *Plano Internacional de Implementação da DEDS* (UNESCO, 2005), elaborado pela UNESCO, foi inserido nesses kits. Publicação esta que deveria ser o item primordial dos kits, se a intenção do governo fosse realmente providenciar a consolidação do direcionamento, do alinhamento e da sensibilização estratégica referente à proposta da EDS/DEDS.

Se o aludido Plano da UNESCO fosse oferecido nos kits, ele se faria fundamental para esclarecer, nortear e até facilitar o processo de implementação da DEDS no Brasil, se de fato fosse essa a vontade do governo. Pois, desse modo, conforme a Figura 6.5, do Capítulo 6, seriam favorecidas tanto a interação como a sinergia estratégica entre os atores do programa DEDS (Quadro 6.5, da seção 6.3 do Capítulo 6) relacionados aos objetivos da etapa A-B da “sequência W”. Quando o alinhamento e o direcionamento dos propósitos estratégicos da DEDS seriam facilitados, do ponto “A” – referente ao nível nacional – até chegar ao ponto “B” – nível local (subnacional), ou seja, do ponto “A” ao “B” da Figura 6.5, do Capítulo 6.

Pelo exposto, resta demonstrado o quanto se faria determinante, para o êxito ou fracasso do processo estratégico de implementação da DEDS no Brasil, o primeiro movimento da “sequência W”, referente à etapa A-B (Figura 6.5, do Capítulo 6). Pois, somente se essa etapa fosse cumprida a contento, seria possível consolidar uma sinergia estratégica entre o nível nacional e o local (subnacional), permitindo que a “sequência W” fosse completada e, dessa maneira, fosse efetivada a implementação da DEDS no Brasil.

Dada por suficiente a discussão sobre os aspectos estratégicos envolvendo o processo de implementação da DEDS no Brasil, associado à dinâmica metodológica da “sequência W”, é possível complementar os comentários a respeito da **segunda hipótese** considerada por este

estudo: que o Brasil, mesmo sendo um Estado-membro das Nações Unidas, foi incapaz de providenciar o direcionamento, o alinhamento e a sensibilização estratégica referente à proposta da EDS/DEDS, a qual teria enfrentado um ambiente desfavorável no país. Em relação a esta hipótese, pode-se dizer que ela até teria se confirmado. Entretanto, ainda haveria espaço para uma inferência mais específica, conforme segue:

Ao se buscar uma colocação menos generalizada sobre tal hipótese, não seria o caso de dizer que o Brasil foi incapaz de providenciar o direcionamento, o alinhamento e a sensibilização estratégica referente à proposta da EDS/DEDS, mas, sim, de inferir que o governo brasileiro em momento algum demonstrou estar disposto para que isso acontecesse. Aliás, se há algo que demonstrasse certo empenho no âmbito governamental, seria a forma como o governo contribuiu para que o ambiente no país se tornasse desfavorável à proposta da ONU/UNESCO, buscando, ao longo da DEDS, enaltecer a EA em detrimento da EDS.

Nesse cenário, a proposta da ONU/UNESCO não haveria como prosperar no Brasil, pois a EDS, por envolver uma ampla gama de instituições, faria com que a eficácia da DEDS dependesse da força e da inclusão dos parceiros, das redes e das alianças que esta fosse capaz de estabelecer entre os participantes (atores) em todos os níveis (UNESCO, 2005, p.75), a começar pelo contexto da iniciativa local e subnacional (ibid., p.84). Porém, pelo que foi discutido neste estudo, percebe-se que os níveis locais e subnacionais ficaram distanciados do processo de implantação da DEDS no Brasil, sobretudo os governos subnacionais e locais, os quais seriam as principais fontes a fim de fornecer subsídios (*feedback*) para que o nível nacional pudesse providenciar a formulação das políticas fundamentadas em amplos insumos e o estabelecimento de um marco para as atividades e a responsabilidade local (ibid., p.87).

A propósito dos governos e atores locais, mas sem perder de foco a relação com a dinâmica decorrente de um entrelaçamento entre os diferentes planos e níveis da comunidade, a UNESCO (2005, p.83) assevera que o impacto do desenvolvimento sustentável – e do desenvolvimento não sustentável – é, ao cabo, experimentado no nível local, onde o meio de vida é melhorado ou minimizado, e os recursos são recuperados ou esgotados. É por essa razão que, apesar de o *Plano de Implementação da DEDS* considerar a relevância estratégica em todos os níveis de abrangência, a UNESCO assinala que os governos locais têm um papel-chave e ativo no alcance do objetivo do desenvolvimento sustentável (op. cit., p.85).

Pois, sendo o nível governamental mais próximo do povo, encarregado de executar programas e serviços públicos, o governo local tem um papel de protagonismo na melhoria da qualidade de vida da população (UNESCO, 2005, p.85). Desse modo, o nível local passa a ser naturalmente o principal espaço para identificar e enfrentar os desafios a fim de se praticar

uma EDS, pois é onde efetivamente se pode aprender, compartilhar e aplicar ensinamentos que permitam melhorar a prática do desenvolvimento sustentável (op. cit., p.86).

A respeito da importância de ações praticadas em nível local e subnacional quanto a promover a EDS, destacadas pelo *Plano de Implementação da DEDS* (UNESCO, 2005, p.20), e considerando que a expressão “desenvolvimento sustentável” se trata de uma transformação do conceito de “ecodesenvolvimento”, recorre-se ao que Sachs já postulava em 1986, antes mesmo da apresentação do relatório *Nosso futuro comum* (WCED, 1987), quando alertava que um desenvolvimento nesse contexto pressupunha inerentes conhecimentos (e a vontade) para atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza (SACHS, 1986, p.18).

Ademais, Sachs (ibid., p.18) postulava que o conceito de ecodesenvolvimento (mais tarde transformado em desenvolvimento sustentável) possuía características próprias, entre as quais as que demonstram a importância de se considerar os níveis locais/subnacionais (ibid.):

- É um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas de longo prazo.
- O ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas.
- Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus próprios problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspire em experiências alheias.
- Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de imitação, põe em destaque a autoconfiança.
- Resistindo a um ecologismo exagerado, sugere, ao contrário, a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio ambiente, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais, onde a diversidade das culturas e das realizações humanas, obtidas em meios naturais comparáveis, são testemunhos eloquentes desta possibilidade (SACHS, 1986, p.18).

No entanto, como já destacado, de acordo com Sachs (1986, p.18), o sucesso de um desenvolvimento nesses moldes pressupõe o conhecimento do meio, e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza. Pois, ainda segundo esse autor, os fracassos e os desastres, que algumas sociedades sofreram, oferecem testemunhos não menos eloquentes do alto preço da incapacidade de gerir as aludidas relações envolvendo o homem e a natureza.

Seguindo semelhante linha de raciocínio elaborada por Sachs, a UNESCO (2005, p.20) destaca, com certa veemência, que, neste sentido, todos seríamos partes interessadas na EDS, pois todos nós sentiremos as consequências do seu êxito ou do seu fracasso. Desse modo, em função de nosso comportamento, quer seja favorável ou desfavorável, influenciaremos o destino do programa EDS/DEDS. A UNESCO (2005, p.107) ainda faz

questão de frisar que o objetivo da DEDES consistiria em suscitar uma iniciativa internacional que estimulasse **o interesse e o desejo de agir nos planos nacional e local**, isto é, onde o impacto deveria ser sentido essencialmente (grifos nossos).

Necessidade, desejo e mentalidade. Eis três palavras que merecem especial atenção em relação ao tema abordado neste estudo. Segundo o relatório *Nosso futuro comum* (WCED, 1987, p.16) ²⁰²: “A *humanidade tem a capacidade de promover um desenvolvimento sustentável, de modo a garantir que ele atenda às **necessidades** do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias **necessidades**”.*

A definição do DS é efetivamente levada a termo no 1º item do tópico 1: O conceito de desenvolvimento sustentável, do Capítulo II: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável (ibid., p.41): “O *desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as **necessidades** do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias **necessidades**” (tradução livre e grifos nossos) ²⁰³.*

Falar em necessidades humanas sugere certo grau de complexidade. Em antinomia seria imprescindível, em tese, saber distinguir necessidade de desejo. Talvez aí residam os grandes problemas da humanidade. Maslow (1943) trata deste assunto sob uma conotação de prioridades, como uma pirâmide hierárquica das necessidades humanas. Nela, Maslow propõe uma escala que se inicia com as necessidades mais básicas, entendidas como primárias, que seriam as fisiológicas (respirar, beber, comer, dormir, etc.) e as relativas à segurança (física, do corpo, abrigo, família, propriedade, emprego, etc.); já as demais seriam secundárias, inerentes às necessidades sociais, de autoestima e de autorrealização ²⁰⁴.

Avançando além dos limites das necessidades individuais, e ampliando a abrangência para as de caráter coletivo, abre-se espaço para reforçar a leitura sobre os aspectos educacionais estratégicos propostos pela DEDES. Nessa abordagem, o programa EDS exigia que a política educacional fosse reexaminada, no sentido de reorientar a educação desde o ensino infantil até a universidade e ao aprendizado permanente na vida adulta, para que se consolidasse a aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados com a sustentabilidade. Para isso se fazia necessário **revisar os objetivos e o conteúdo dos currículos** a fim de desenvolver uma compreensão interdisciplinar da sustentabilidade, social, econômica, ambiental e cultural (UNESCO, 2005, p.57, grifos nossos).

²⁰² WCED, 1987: Capítulo I: O Desafio Global, tópico 3: Desenvolvimento Sustentável, item 27.

²⁰³ Textos originais: (I) “*Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*” (WCED, 1987, p.16); (II) “*Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*” (ibid., p.41).

²⁰⁴ Chiavenato (2011, p.307-314) discute os postulados de Maslow à luz da Teoria Geral da Administração.

À luz desse contexto, a UNESCO (2005, p.55) assinala que o conteúdo específico dos currículos seria construído de uma maneira ampla, tomando como referência o contexto local, considerando questões de relevância e de urgência. A propósito desta assertiva da UNESCO, Lemes (2013), Hernández e Ventura (1998), e Perrenoud (2004), sugerem uma abordagem que convergiria a essa essência, mormente quando tais autores trazem à luz da discussão as questões curriculares atreladas ao que seria de fato uma necessidade real do cotidiano.

Dessa forma, ao se compreender uma necessidade real do cotidiano como o impulso, a motivação maior que forneceria a força vital para se direcionar pelos caminhos escolhidos, haveria mais um elemento para conceber um propósito, pelo qual ensejaria respectivas atitudes e posturas estratégicas refletidas desde as diretrizes curriculares. Assim, conforme já discutido no Capítulo 6 deste estudo, com um propósito definido, portanto, surgiria uma das principais premissas necessárias para se lançar a uma gestão estratégica relacionada à proposta da DEDES, pois pelo menos já se teria uma questão esclarecida: “o que fazer”.

À luz dos aspectos curriculares, a EDS refletiria a preocupação por uma educação de alta qualidade e, entre suas características, a que implica ser interdisciplinar e holística, devendo ensinar desenvolvimento sustentável de forma integrada em todo o currículo (UNESCO, 2005, p.19). Dessa forma, o *Plano de Implementação da DEDES* enfatizou que o programa EDS requeria a reorientação das abordagens educacionais: currículo e conteúdo, pedagogia e avaliações. Ademais, o conteúdo específico dos currículos seria construído de uma maneira ampla, **tomando como referência o contexto local**, considerando, **democraticamente**, questões de **relevância** e de **urgência** (ibid., p.57, grifos nossos).

Democracia, relevância e urgência, eis as questões. Nessa abordagem, com base na contextualização procedida por Lemes (2013), em uma escola democratizada é preciso que se compreenda a necessidade de se flexibilizar a organização curricular, de forma que tal procedimento seja adequado aos desafios que serão postos para essa trajetória na sua complexidade e circunstancialidade (op. cit., p.170), algo que o documento de implementação da DEDES levou em consideração. Contudo, as dificuldades que se apresentariam para o currículo, em uma escola democratizada, vêm se ampliando por entraves vindos de políticas públicas que precisam atender demandas de realidades tão diferentes quanto complexas (ibid., p.177), tais qual estaria supostamente sujeita a EDS neste sentido, conforme já discutido.

Além dos aspectos curriculares, há a questão temporal a eles relacionada. Pelo íterim decenal da DEDES – e a plurianualidade imposta pela assunção da EDS como linha-guia ao longo de um percurso propedêutico ilimitado – seriam gerados ciclos de aprendizagem ao

longo de vários anos. Nesse contexto, Perrenoud (2004, p.14) enumera e discute com propriedade algumas razões para que se empreguem os ciclos plurianuais de aprendizagem, os quais sugerem plausível pertinência quanto aos propósitos da DEDS.

Entre as razões elencadas por Perrenoud (ibid.), para justificar os ciclos plurianuais, há pontos que abrangem desde a definição de etapas mais compatíveis em relação à progressão de aprendizagem até a questão de um planejamento flexível de tais progressões, sobretudo quanto ao atendimento diferenciado em função da diversidade de públicos-alvo discentes. No entanto, duas outras razões são aqui destacadas, as quais estariam diretamente relacionadas com o pretense êxito da DEDS e da EDS: (1) uma maior continuidade e coerência, ao longo de vários anos, sob a responsabilidade de uma equipe; e (2) objetivos de aprendizagem incidindo sobre vários anos, constituindo pontos de referência essenciais para todos e orientando o trabalho dos professores (PERRENOUD, 2004, p.14).

Se os postulados de Perrenoud (2004) contribuiriam para enrijecer a percepção sobre a dinâmica cíclica plurianual da DEDS, por intermédio de Hernández e Ventura (1998, p.28) haveria como fundamentar a importância da estrutura de um determinado percurso de formação e ritmo de assimilação de conhecimentos pelos sujeitos envolvidos. Para Hernández e Ventura (ibid.), o ponto de partida nesse processo seria a **necessidade de mudanças**, onde a inovação viria a partir de reflexões e discussões pedagógicas, **originadas nas necessidades reais**, vivenciadas em suas práticas. Ou seja, tais autores sugerem um fluxo de procedimentos pelo qual é constituído um percurso – de formação e ritmo de assimilação de conhecimentos pelos sujeitos envolvidos – a ser seguido a partir da **necessidade real do cotidiano** (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998, p.28, grifos nossos).

Associando os propósitos da EDS/DEDS com o postulado por Hernández e Ventura (ibid.), se uma educação voltada a construir um futuro sustentável e mais justo se apresentasse como uma necessidade real do cotidiano, chancelada pelos atores envolvidos, haveria plenas condições para seguir à revisão dos fundamentos, à aproximação ao Campo do Currículo, bem como no desenvolvimento dos projetos, no Projeto Curricular Institucional e no aprofundamento ou na adequação, se assim fosse necessário. Mas para chegar a esse ponto, o governo brasileiro deveria ter cumprido a contento, pelo menos, as etapas A-B e B-C da “sequência W”, conforme discutido na seção 6.4 do Capítulo 6 deste estudo.

Neste sentido, segundo asseveram Hernández e Ventura (1998, p.28), em uma compreensão mais ampla dessa questão, caberia observar também uma suposta mudança paradigmática, sobretudo pelo fato de essa dinâmica estar sujeita a contemplar uma

necessidade intrínseca do trabalho conjunto e participativo dos envolvidos no processo: alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros profissionais da educação de modo geral – inclusive a própria sociedade –, mormente na etapa de planejamento e desenvolvimento de projetos curriculares institucionais (ibid.).

Mediante o exposto, percebe-se que o programa EDS/DEDS tinha um longo e complexo caminho a percorrer no Brasil, mas sequer cumpriu o primeiro movimento da “sequência W” (etapa A-B da Figura 6.5), pois, conforme registra Layrargues (2012, n.p.), à luz de uma encruzilhada ideológica a escolher, há evidências indicando que a educação ambiental (EA) brasileira optou por declinar dos benefícios advindos com o estímulo político – conferido pela ONU – à matéria educativa vinculada às questões ambientais, rechaçando a proposta da DEDS para defender a manutenção da força simbólica presente na identidade cultural do conceito “educação ambiental” concebido no país.

Se por um lado a EDS, durante o percurso decenal da DEDS, foi detraída no contexto brasileiro, sobretudo em nome da manutenção da força simbólica e ideológica da EA no Brasil, por outro, a EA não teria oferecido qualquer contrapartida consistente durante esse período de dez anos, de modo a avançar no campo de uma educação voltada para a relação do homem com o meio ambiente. Tanto que a EA sequer foi considerada no atual Plano Nacional da Educação – PNE (BRASIL, 2014), aprovado ainda durante a vigência da DEDS.

Em relação a essa abordagem referente ao PNE, reitera-se que, após o Brasil ficar, tecnicamente, três anos e meio sem contar com um Plano Nacional de Educação (PNE) – pois o anterior, aprovado em 2001, expirou em janeiro de 2011 –, o governo enfim aprovou, em 25 de junho de 2014, um novo PNE, por meio da Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014).

Como já comentado no caput do Capítulo 3 deste estudo, esse novo PNE 2014-2024 é composto pelo texto da lei em si e por um Anexo, pelo qual são estabelecidas suas metas e suas estratégias. Porém, apesar de toda a efervescência que a questão envolvendo propostas educativas, relacionadas ao meio ambiente, provocou nos dez anos que antecederam esse “novo” *Plano* (coincidindo com o decênio da DEDS), tal tema foi simplesmente vilipendiado nesse PNE promulgado em 2014. Tanto que a expressão “educação ambiental” não aparece uma vez sequer em todo esse instrumento legal. Ou seja, se no PNE anterior (2001-2011)²⁰⁵ a EA ao menos foi categoricamente colocada à luz de temas transversais, no atual PNE (2014-2014) tal modalidade educacional simplesmente não recebeu qualquer menção que fosse.

²⁰⁵ Ao ser sancionada a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: PNE 2001-2010 (BRASIL, 2001).

Considerando que a EA não foi considerada pelo PNE 2014-2024, criam-se condições para que surja uma possível sensação indicando que tantos debates e embates, durante a vigência da DEDS, não chegaram a lugar algum, pois, no final das contas, ficou demonstrado o quanto, no Brasil, uma educação primando pela relação do homem com o meio ambiente teria se abrigado apenas no conforto de retóricas de discursos – seja no campo teórico, seja em confrontos ideológicos entre a EA e a EDS –, não sendo capaz de se impor como uma modalidade educacional relevante, a ponto de o PNE 2014-2024 sequer abordá-la.

Desse modo, ainda que haja algum valor nos confrontos que buscaram fazer a EA prevalecer sobre a EDS, o fator tempo é crucial, pois ele não espera. E pior! Ele pode passar a conspirar contra a vida humana no planeta se muito se discutir e pouco se fizer. Pois, se há algo com alguma dose de certeza, seria o fato de que a Terra seguirá seu curso de qualquer forma por mais alguns bilhões de anos, com ou sem a nossa presença (PÁDUA, 2006, p.412).

Diante desse vaticínio, independente de qual perspectiva educativa – EA ou EDS – tenha tido mais potência de voz e/ou tribuna mais ressonante, no propósito de reclamar para si uma determinada “hegemonia” sobre o trato da relação do homem com o meio ambiente, o que importa é ter a consciência de que o tempo é uma variável fundamental nesse contexto. Pois, enquanto ocorreram debates acalorados sobre o tema, a areia da ampulheta continuou e continua escorrendo, a despeito de qual posição prevaleceu ou ainda venha a prevalecer. Portanto, nessa disputa evidenciada entre EA *versus* EDS não se lobrigam efetivos ganhadores, mas provavelmente perdedores: o planeta e a humanidade, principalmente quanto às respectivas gerações futuras. Possibilidade esta que sugere inadiáveis reflexões.

De fato, desde a proclamação da DEDS pela ONU, desencadeou-se uma série de debates e polêmicas envolvendo a EDS e a EA, tanto que a UNESCO, ao elaborar o *Plano Internacional de Implementação da DEDS*, já considerava a possibilidade de tal iniciativa estar sujeita a situações de apoio ou afronta, de comportamentos favoráveis ou desfavoráveis (UNESCO, 2005, p.20 e 68). No entanto, a UNESCO assinalou que uma generalização neste sentido não contribuiria para que fossem estabelecidas as estratégias de cooperação, comunicação ou ação com objetivos claramente definidos (ibid., p.68).

Quanto aos embates no Brasil, a partir do momento em que a EA foi sumariamente desconsiderada pelo PNE 2014-2024, presume-se que o grande êxito de seus mais fervorosos defensores, durante a vigência da DEDS, foi fazer a EA se impor sobre a EDS, anulando a proposta da ONU/UNESCO. Nesse contexto, Veiga (2014, n.p.) assinala que os defensores da EA acharam (e ainda acham) que um real avanço da consciência ambiental precisa depreciar a noção de desenvolvimento e, por essa razão, fizeram o Brasil se opor à DEDS, em nome da rejeição ambientalista a esse novo valor que é a sustentabilidade do desenvolvimento.

Veiga (2014, n.p.) ainda registra que, na contramão da quase unanimidade mundial obtida pela ONU/UNESCO, o Brasil revelou resistência em aceitar a superioridade da EDS, preferindo amesquinhar a sustentabilidade à bitola ambientalista (ibid.). E o resultado desse posicionamento brasileiro foi o desconhecimento predominante no país sobre essa proposta decenal da ONU/UNESCO. Dez anos pelos quais a DEDS passou praticamente despercebida e sem grandes efeitos para influenciar mudanças na educação ambiental brasileira (VEIGA, 2014, n.p.; LAYRARGUES, 2012, n.p.).

O fato de a DEDS ter passado despercebida no Brasil, deve-se, conforme reitera Veiga (2014, n.p.), a uma peculiaridade nacional: a estranha preferência por uma educação ambiental (EA), a qual é contrária à valorização do “desenvolvimento”. Uma postura atrasada do sistema educacional brasileiro que, na opinião de Veiga (ibid.), só fez isolar o Brasil na tentativa de remar contra a maré. Tentativa esta que, à luz do que amiúde foi colocado em discussão ao longo deste estudo, teria sido exitosa, pelo menos no que diz respeito a enaltecer a EA e desmerecer a EDS, ilhando o Brasil, no âmbito da proposta da ONU/UNESCO, por motivações que se evidenciaram predominantemente ideológicas.

Talvez alguns defensores da EA – especialmente aqueles que se empenharam para fazê-la prevalecer sobre a EDS – interpretem que o fracasso da DEDS no Brasil seja motivo para ser celebrado. No entanto, haveria uma questão a ser considerada nesse contexto no qual a DEDS não prosperou no Brasil: o fato de os mais ferrenhos defensores da EA terem assumido uma responsabilidade implícita e desnecessária, conforme a seguinte inferência:

No caso de o Brasil apresentar cenários ambientais calamitosos daqui a alguns anos, os segmentos alinhados ao sistema hegemônico capitalista – este, considerado o causador da atual crise socioambiental pelos defensores da EA – poderão se eximir de qualquer culpa, alegando que no passado houve uma oportunidade decenal denominada DEDS, propiciada pela ONU/UNESCO, para que o Brasil se unisse no intuito de pactuar uma estratégia educacional para construir um país com futuro sustentável; e que esse sistema hegemônico capitalista endossou a DEDS, mas alguns defensores da EA, além de se recusarem a participar dessa proposta decenal, centraram esforços para impedir que tal iniciativa fosse consolidada.

Assim, se, em nome da manutenção da força simbólica e ideológica da EA, a DEDS não logrou êxito no Brasil, resta saber se o novo desafio, representado pela agenda global para o DS pós-2015 – para um horizonte temporal definido até 2030 –, lançada pela ONU por meio do documento *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* (UN, 2015b), terá a mesma sorte, ou se eventuais equívocos serão revistos.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Samy. Silêncio do Brasil é igual a cumplicidade, afirma venezuelana. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 dez. 2014 [versão online]. Não paginado. (de Caracas). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/12/1556851-silencio-do-brasil-e-igual-a-cumplicidade-afirma-venezuelana.shtml>>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. Oposição conquista maioria em eleição parlamentar na Venezuela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2015 [versão online]. Não paginado. (de Caracas). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1715846-oposicao-conquista-maioria-em-eleicao-parlamentar-na-venezuela.shtml>>. Acesso em: mai. 2016.
- ALCÂNTARA, Maria Regina; VANIN, José Atílio. Armas Químicas. **Química Nova**, v. 15, n.1, p. 62-72, 1992. Disponível em: Allchemy, Série Alfa, BA57005D.DOC: <<http://allchemy.iq.usp.br/pub/metabolizando/pdf/ba57005d.pdf>>; também disponível em: <http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol15No1_62_v15_n1_%289%29.pdf>. Acessos em: mar. 2015.
- ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003, 156 p.
- ANSOFF, Harry Igor. **Corporate Strategy**. Nova York (USA): McGraw-Hill, 1965, 241 p.
- _____. **Administração estratégica**. Trad. Mário Ribeiro da Cruz. Rev. tec. Luis Gaj. São Paulo: Atlas, 1983, 214 p.
- ANSOFF, Harry Igor; McDONNELL, Edward J. **Implantando a administração estratégica**. 2. ed. Trad. Antonio Zoratto Sanvicente, Guilherme Ary. São Paulo: Atlas, 1993, 590 p.
- ARID, Fahad Moysés. Doutrina e desafios ambientais. **Jornal da Unesp**, Seção Opinião, n. 181, p. 2, set. 2003. São Paulo: Unesp, Reitoria, Assessoria de Comunicação e Imprensa, 2003. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/181/>>. Acesso em: abr. 2015.
- ARISTÓTELES. Politics, 322 a.C. In: JOWETT, Benjamin. **Aristotle's politics**. New York: Modern Library, [1943].
- AVANZI, Maria Rita. Ecopedagogia. In: BRASIL. MMA. **Identidades da educação ambiental brasileira: MMA, DEA, 2004**, p. 35-49 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- AZEVEDO, Carmen Lucia; CAMARGOS, Marcia; SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia**. São Paulo: Ed. Senac, 1997. (Prêmio Jabuti 1998).
- BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie – RAM**, v. 12, n. 3, Edição Especial, São Paulo, maio/junho 2011, p.51-82. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/2989>>. Acesso em: abr. 2015
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Texto para Discussão nº 857. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2002, 22 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0857.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

- BASTOS, Alexandre Marucci; SOUZA, Claudio Benedito Gomide de. Os estreitos limites da autonomia na gestão educacional local. In: HEREDERO, Eladio Sebastián; BRIS, Mario Martín; VÁSQUEZ, Victor Aguilera. (Org.). **Reflexiones y realidades sobre educación desde la perspectiva iberoamericana**. Santiago, Chile: Santilana, 2012, v. 1, p. 233-251.
- _____. A educação e a sustentabilidade: o desafio de um paradigma e a década da educação para o desenvolvimento sustentável da UNESCO (2005-2014). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.8, n.1, p.208-240, 2013.
- BECKER, Bertha Koiffmann. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994, p.129-144.
- BETENCOURT, Rafael de Ávila. **O discurso contra-hegemônico dos direitos humanos na Revolução Bolivariana**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em História Moderna e Contemporânea com especialização em Relações Internacionais) – Departamento de História, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5178/1/Dissertação.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.
- BOULDING, Kenneth Ewart. The economics of the coming spaceship earth. In: JARRET, Henry (ed.). **Environmental Quality in a Growing Economy: Essays from the Sixth RFF Forum**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1966, p. 3-14. Disponível em: <http://arachnid.biosci.utexas.edu/courses/THOC/Readings/Boulding_SpaceShipEarth.pdf>. Acesso em: fev. 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável**. 2. ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005, 181 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_livro.pdf>. Acesso em: abr. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934. Aprova o Código de Caça e Pesca. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Capital/Distrito Federal do Brasil: Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: jun. 2016
- _____. Decreto nº 23.777, de 23 de janeiro de 1934. Regulariza o lançamento do resíduo industrial das usinas açucareiras nas águas fluviais. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Capital/Distrito Federal do Brasil: Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23777-23-janeiro-1934-501483-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: jun. 2016
- _____. Decreto nº 2.793, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Capital/Distrito Federal do Brasil: Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso: jun. 2016
- _____. Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934. Aprova o regulamento de defesa sanitária vegetal. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Capital/Distrito Federal do Brasil: Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24114.htm>. Acesso: jun. 2016

- _____. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Capital/Distrito Federal do Brasil: Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm>. Acesso: jun. 2016
- _____. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, Capital/Distrito Federal do Brasil: Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm>. Acesso: jun. 2016
- _____. (Constituição de 1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada aos 16 dias de julho de 1934. Rio de Janeiro, Capital/Distrito Federal do Brasil: Assembleia Nacional Constituinte, 1934g. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso: jun. 2016.
- _____. Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gabinete da Presidência da República, 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983. Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Senado Federal, 1983. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=216206&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: abr. 2015.
- _____. Decreto nº 99.221, de 25 de abril de 1990. Cria a Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cima), e providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gabinete da Presidência da República, 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99221.htm>. Acesso: jun. 2016.
- _____. Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, regulamentando a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gabinete da Presidência da República, 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm>. Acesso: jun. 2016.
- _____. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA). Presidência da República. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Cima, 1991, 204 p.
- _____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: abr. 2015.

- _____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm#art60>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso: abr. 2015.
- _____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gabinete da Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso: jun. 2016.
- _____. Arquivo Nacional **Os presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff. 5. ed. rev. ampl.. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012, 248 p. Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/media/presidentes%205%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. CF. Câmara Federal. **O que é a Carta da Terra?**. Brasília: Câmara dos Deputados (Federal), sem data [s/d]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara/arquivos/CARTAdTERRA.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. CF. Câmara Federal. **Preservação ambiental**: um discurso de todos, da Eco 92 à Rio + 20. BOTELHO, Cássia Regina Ossipe Martins (org.) [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, 357 p. (Série obras comemorativas. Homenagem; n. 5). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/preservacao-ambiental-2013-um-discurso-de-todos-da-eco-92-a-rio-20>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. MEC. Ministério da Educação. **Galeria de Ministros**. Brasília, [s/d]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/galeria-de-ministros>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Educação ambiental no Brasil**. Salto para o futuro. Ano XVIII, boletim 01, mar. 2008. Rio de Janeiro: MEC. TV Escola, 2008, 54 p.
- _____. MEC. Ministério da Educação. **Conae 2010**. Conferência Nacional de Educação: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Referência. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2008], 120 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

- _____. MEC. Ministério da Educação. **Conae 2014**. Conferência Nacional de Educação: documento – referência [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013], 96 p. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia_conae2014.pdf>.
- _____. MEC; CAPES. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável: Capes na Rio+20**. Brasília: Capes, 2012. 194p. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/CapesRio20-Livro-Portugues.pdf>>. Acesso: mai. 2015.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Histórico Institucional**. Brasília: MMA [s/d]a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/institucional/hist%C3%B3rico-institucional>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Histórico Brasileiro: a política de educação ambiental** Brasília: MMA [s/d]b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental. **Publicações Especiais**. Brasília: MMA [s/d]c. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/100-publicacoes-especiais>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental. **Carta da Terra**. Brasília: MMA [s/d]d. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental. **Galeria de Ministros**. Brasília: MMA [s/d]e. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/institucional/galeria-de-ministros>>. Acesso em: jun. 2016.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. Apresentação. Brasília: MMA, [s/d]f. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: jul. 2016.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente (SMA). **Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)**. 1. ed. Brasília: MMA, 1997, 32 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso em: mai. 2015.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental (DEA). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Philippe Pomier Layrargues (coord.). Prefácio da ministra Marina Silva. Brasília: MMA, DEA, 2004, 156 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental (DEA). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Luiz Antonio Ferraro Júnior (coord.). Brasília: MMA, DEA, 2005, v. 1, 358 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf>. Acesso: mai. 2015.

- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental (DEA). **Fortalecimento da educação ambiental nas relações internacionais**. Relatório de Gestão 2006 / 2007: Caderno 6: memorial das Ações, Programas e Projetos e demais atividades da DEA, durante o período de 2003/2006. Brasília: MMA, DEA [2006], 53 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/cad_06.pdf>. Acesso: mai. 2015.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental (DEA). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Luiz Antonio Ferraro Júnior (coord.). Brasília: MMA, DEA, 2007, v. 2, 352 p. Disponível: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao13012009094643.pdf>. Acesso: mai. 2015.
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007**. Texto de Silvia Czapski. Brasília: MMA, 2008, 290 p. (Série Desafios da Educação Ambiental).
- _____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007**. Texto de Silvia Czapski. 2. ed. Brasília: MMA, 2009, 392 p. (Série Desafios da Educação Ambiental).
- _____. MMA; CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 422**, de 23 de março de 2010. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências. Brasília: MMA, CONAMA, 2010. Texto reproduzido nas Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental do ProNEA 2014, p.56-58. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso: mai. 2016.
- _____. MMA; CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Recomendação Conama nº 11**, de 4 de maio de 2011. Recomendadas diretrizes para a implantação, funcionamento e melhoria da organização dos Centros de Educação Ambiental (CEA) e dá outras providências. Brasília: MMA, CONAMA, 2011. Texto reproduzido nas Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Ambiental do ProNEA 2014, p.64-67. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso: mai. 2016.
- _____. MMA; MEC. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Declaração de Brasília para a Educação Ambiental**. Brasília, 7-10 out. 1997. Brasília: MMA/MEC, 1997, 88 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001871.pdf>>. Acesso: mai. 2015.
- _____. MMA; MEC. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 2. ed. Brasília: MMA, MEC, 2003, 52 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso em: mai. 2015.
- _____. MMA; MEC. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Diretório de documentos sobre a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**. (online). Brasília: MMA/MEC, [2005?]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/index.html>>. Acesso em: abr. 2015.

- _____. MMA; MEC. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. ed. Brasília: MMA/ MEC, 2005a, 102 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001871.pdf>>; ou <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acessos em: mai. 2015.
- _____. MMA; MEC. Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC). Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). **Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**: relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (Goiânia, 3 a 6 nov. 2004). Série Documentos Técnicos, n. 4. Brasília: MMA/MEC, 2005b, 50 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/eds_vforum.pdf>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. MMA; MEC. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). **Relatório de Gestão 2007 a Julho de 2008**. Documentos Técnicos. Brasília: MMA/MEC, 2008, 160 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/20_03092008043402.pdf>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. MMA; MEC. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 4. ed. Educação ambiental: por um Brasil sustentável. ProNEA, marcos legais & normativos. Brasília: MMA/MEC, 2014, 112 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea>>. Acesso em: mai. 2016.
- BROWN, Harrison. **The challenge of man's future**. New York: Viking Press, 1954.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. Florianópolis/Chapecó: Letras Contemporâneas/Argos Editora Universitária, 2004, 200 p.
- BRUNDTLAND, Grö Harlem. Há abuso no uso de sustentabilidade, diz criadora do termo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2012, Caderno Cotidiano-Ciência, p.C17. Entrevista a Cláudio Ângelo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1065497-ha-abuso-no-uso-de-sustentabilidade-diz-criadora-do-termo.shtml>>. Acesso em: julho. 2012.
- BRÜSEKE, Franz Josef. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996, p.103-133.
- BURNIER, José Roberto; CAPELLE, Thiago. Venezuela enfrenta crise energética e inflação de até 700%. **Portal G1** (Globo.com). Caracas, Venezuela, 24 mai. 2016 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/05/venezuela-enfrenta-crise-energetica-alta-violencia-e-inflacao-de-ate-700.html>>. Acesso: mai. 2016.
- BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental**: uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 412 p.
- CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento pelas diretrizes**. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004, 300 p.
- CAROLA, Carlos Renato. Pedagogia antropocêntrica versus ecopedagogia: a ruptura necessária para uma educação libertadora. **Revista UniFreire**, ano 2, 2. ed, dez. 2014, p.69-77. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/images/pdfs/revista_unifreire_2.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

- CARROLL, Lewis [Charles Lutwidge Dodgson]. **Alice's adventures in wonderland**; and, through the looking-glass: and what Alice found there. England (UK), Oxford: Oxford University Press, 1982, 278 p. Texto original de 1865.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, L. ORELLANA, I. SATO, M. **Textos escolhidos em Educação Ambiental**: de uma América à outra. Montreal, Canadá: Publications ERE-UQAM (Université du Québec à Montréal, Éducation Relative à l'Environnement), 2002, Tomo I, p.85-90 (versão em português). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/isabcarv.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. A educação ambiental no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação a Distância. **Educação ambiental no Brasil**. Salto para o futuro. Ano XVIII, boletim 01, mar. 2008. Rio de Janeiro: MEC. TV Escola, 2008, p.13-20. Programa 1.
- CASEY, Nicholas. Sem água, luvas e remédios, hospitais da Venezuela entram em colapso. **The New York Times/Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 mai. 2016 [versão online]. Não paginado. Nicholas Casey, do “The New York Times”, em Barcelona, Venezuela. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1771695-sem-agua-luvas-e-remedios-hospitais-da-venezuela-entram-em-falencia.shtml>>. Acesso: mai. 2016.
- CHIAVENATO, Idalberto: **Introdução à teoria geral da administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 608 p.
- CNUDS – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio+20. Segmento de Alto Nível da Conferência. Rio de Janeiro (Brasil), 20 a 22 jun. 2012. Declaração final da CNDUS. Rio+20. **O futuro que queremos**. Rio de Janeiro: CNUDS, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.
- CNUDS. Rio+20. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio+20. Rio de Janeiro (Brasil), 13 a 22 jun. 2012. Rio de Janeiro, Brasil: CNUDS, 2012. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: jul. 2016.
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). **Agenda 21** (de acordo com a Resolução nº 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento) Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472 p. (série ação parlamentar; n. 56). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão estratégica**: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, 424 p.
- _____. **Gestão estratégica**: construindo o futuro de sua empresa – Fácil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, 227 p.
- COSTANZA, Robert; DALY, Herman Edward; BARTHOLOMEW, Joy A. Goals, agenda and policy recommendations for ecological economics. In: COSTANZA, R. (ed.) (1991). **Ecological economics: the science and management of sustainability**. Edited by Robert Costanza. New York, USA, Columbia University Press, p. 1-20.

- CRUZ, Lilian Giacomini. TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. A Agenda 21 escolar no estado de São Paulo: semelhanças e diferenças nas políticas públicas de educação ambiental. In: VII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro - SP, 7-10 Jul. 2013. **Anais VII EPEA – Problematizando a temática ambiental na sociedade contemporânea**. Rio Claro, SP: UNESP, 2013, p.1-16. Disponível em: <http://www.epea.tmp.br/epea2013_anais/pdfs/plenary/0069-1.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- CZAPSKI, Silvia. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1998, 166 p.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, 125 p..
- _____. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000, 216 p.
- DHF. Dag Hammarskjöld Foundation. What now: the 1975 Dag Hammarskjöld report on development and international cooperation. **Dag Hammarskjöld Project, 1975**. Uppsala, Sweden (Suécia): Dag Hammarskjöld Foundation, 1975, 128 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan-jun, 1992. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf>. Acesso: mar. 2015.
- DOWBOR, Ladislau. **Carta do chefe índio Sealth – Chefe Sealth, dito Seattle, 1854**. [São Paulo]: Ladislau Dowbor, Blog, jun. 2006. Dicas de Leitura. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/06/carta-do-chefe-indio-sealth-2.html/>>. Acesso em: mar. 2015.
- DUALIBI, Roberto; PECHLIVANIS, Marina (Orgs). **Duailibi essencial: minidicionário com mais de 4.500 frases essenciais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- DUPUY, Pierre-Marie; VIÑUALES, Jorge E. **International environmental law: a modern introduction**. (in copyright). Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2015, 515 p.
- ECLAC. Economic Commission for Latin America and the Caribe. United Nations. **Report of the Latin American and Caribbean Regional preparatory meeting for the United Nations Conference on Environment and Development**. Mexico City, 4-7 mar. 1991. Mexico: United Nations, 1991, 53 p. Disponível em: <http://www.cepal.org/rio20/noticias/paginas/8/43798/plataforma_de_91.eng.pdf>. Acesso em: abr. 2015.
- EHRlich, Paul Ralph. **The population bomb**. New York: Ballantine Books, 1968, 201 p.
- EM CRISE, Venezuela adianta relógio 30 minutos para economizar energia. **Folha de S. Paulo** (das agências de notícias), 1 mai. 2016 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1766648-em-crise-venezuela-adianta-relogio-30-minutos-para-economizar-energia.shtml>>. Acesso em: mai. 2016.
- FGV. ATLAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Redemocratização (1985-2009): Capítulos. **Atlas Histórico do Brasil**. Coordenação: Bernardo Joffily [versão online]. Sem local – *Sine loco* [S.l.]: Sem data [s/d]k. Disponível em: <<http://atlas.fgv.br/capitulos/redemocratizacao-1985-2009>>. Acesso: jun. 2016.

- _____. DICIONÁRIO. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Verbetes do dicionário histórico-biográfico brasileiro (DHBB)**. Coordenação: Christiane Jalles de Paula e Fernando Lattman-Weltman [versão online]. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>> ou <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: mai. 2016.
- FIGUEIREDO, Janaína. Prateleiras vazias levam venezuelanos a recorrerem a troca de produtos com vizinhos. **O Globo**, 15 abr. 2014a [versão online]. Não paginado. Janaína Figueiredo, correspondente de O Globo, em Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/prateleiras-vazias-levam-venezuelanos-recorrerem-troca-de-produtos-com-vizinhos-12199166>>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. ONU exige libertação imediata de Leopoldo López. **O Globo**, 9 out. 2014b [versão online]. Não paginado. Janaína Figueiredo, correspondente de O Globo, em Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/onu-exige-libertacao-imediata-de-leopoldo-lopez-14190433>>. Acesso em: mai. 2016.
- FREITAS, Mário. A educação para o desenvolvimento sustentável e a formação de educadores/professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 547-575, jul./dez. 2004
- _____. Educação ambiental e/ou educação para o desenvolvimento sustentável? – uma análise centrada na realidade portuguesa. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 41, 2006a, p.133-147.
- _____. A Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável: do que não deve ser ao que pode ser. In: **V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental**, Joinville, SC, Brasil, 5-8 abr. 2006. V Congresso IBAEA, Joinville, 2006b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/mariofreitas_vibero.pdf>. Acesso: jun. 2015.
- _____. Educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável no marco da Década das Nações Unidas: um caso de reorientação curricular ao nível de pós-graduação na Universidade Federal de Tocantins. **Ambientalmente sustentable**, ano 3, v. 1, n. 5. p.55-70, jan-jun. 2008. Disponível em: <http://ruc.udc.es/bitstream/2183/5065/1/AS_5-3.pdf>. Acesso jun. 2015.
- FUTUROS ANTIGOS: aprendendo com Ladakh (Ancient futures: learning from Ladakh [1993]). Versão em português. Based on the book: Ancient futures: learning from Ladakh by Helena Norberg-Hodge. A production of The International Society for Ecology and Culture (ISEC). Produced by John Page. Associate Producers: Chris Beeman; Helena Norberg-Hodge; e Eric Walton. Versão portuguesa editada por: QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza; ANIMAR – Rede para o Desenvolvimento Local em Meio Rural; SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento. Tradução: Teresa Páscoa e Paulo Domingues. Revisão do manuscrito: Dra. Teresa Roberto. Locução: Fernando Martins e Maria do Céu Lopes. Aveiro, Portugal: Universidade de Aveiro, Laboratório de Comunicação Multimédia. Secção Autónoma de Comunicação e Arte (execução técnica), novembro de 1995. 1 DVD (61 min), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wAiDPDV2sk4>>. Acesso em: abr. 2015.
- GADOTTI, Moacir. Educação para o desenvolvimento sustentável: o que precisamos aprender para salvar o planeta. **Revista da FAEBA: Educação e contemporaneidade**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus I, Salvador, BA, v. 16, n. 28, jul./dez., 2007, p.69-90. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero28.pdf>>. Acesso: abr. 2015.

- _____. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. Série Unifreire. 2. ed. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012, 128 p.
- GAUDIANO, Edgar González. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de M. (Orgs.). **Educação Ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, p. 119-134, 2005.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004, 295 p.
- HANSEN, Karla. A era dos limites: lições do Congresso Sustentável 2005. **Revista Educação Pública:** reflexão e interação de educadores. Tópico Jornal, na Seção Especial, 6 jun. 2005. Não paginado. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT), 2005. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0246.html>>. Acesso: abr. 2015.
- HARDIN, Garrett James. The tragedy of the commons. **Science**, v.162, p.1243-48, 1968. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf?sid=0bd61ebd-250d-4f11-87ac-fc53a671556a>>. Acesso em: fev. 2015.
- HART, Stuart L. **O capitalismo na encruzilhada:** as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2006, 232 p.
- HERDEIRO de Chávez, Maduro é eleito na Venezuela; rival não reconhece. **Portal G1** (Globo.com), São Paulo, 15 abr. 2013 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/hugo-chavez/noticia/2013/04/herdeiro-politico-de-chavez-maduro-e-eleito-presidente-da-venezuela.html>>. Acesso em: mai. 2016 15/04/2013
- HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho:** o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Rev. téc. Maria da Graça Souza Horn. Porto Alegre: Artmed, 1998, 199 p.
- HESSELINK, Frits; KEMPEN, Peter Paul van; WALS, Arjen (Eds). **ESDebate:** International debate on education for sustainable development. Gland, Switzerland; and Cambridge, UK: IUCN – International Union for Conservation of Nature; The World Conservation Union; Commission on Education and Communication – CEC. 2000, 64 p. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/efiles/edocs/2000-034.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- HOUAISS, Antonio et al (Ed.). **Enciclopédia Mirador Internacional.** São Paulo e Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1992. Composto e impresso pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1992, 20 volumes, 11.565 p.
- HUXLEY, Aldous. **Point counter point**, 1928. London: Vintage Books, 2004. Copyright © Mrs. Laura Huxley, 1928. First published in Great Britain in 1928 by Chatto & Windus.
- INTER-AMERICAN Organization for Higher Education; Calgary Latin American Studies Group. **Sustainable development in the twenty-first century Americas.** International Conference, Calgary, March, 1994.

- IUCN; UNEP; WWF. **World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development.** Gland, Switzerland: © IUCN, UNEP, WWF, 1980, 67 p. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), with the advice, cooperation and financial assistance of the United Nations Environment Programme (UNEP) e World Wide Fund for Nature (WWF). Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/WCS-004.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. **Caring for the Earth: a strategy for sustainable living.** Gland, Switzerland: published in partnership by The World Conservation Union (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN), United Nations Environment Programme (UNEP) e World Wide Fund for Nature (WWF), 1991, 228 p. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/efiles/edocs/CFE-003.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- JICKLING, Bob. Why I don't want my children to be educated for sustainable development. **Journal of Environment Education**, v.23, n.4, p.5-8, Washington DC, USA. 1992. Disponível em: <<http://www.jickling.ca/images/Why%20I%20Don't,%20web.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- KLUYVER, Cornelis A. de; PEARCE II, John A. **Estratégia: uma visão executiva.** 2. ed. Trad. Monica Rosemberg. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 206 p.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, 182 p.
- KRUGMAN, Paul. **Um basta à depressão econômica: propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial.** Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2012, 238 p.
- KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Microeconomia.** 3. ed. Tradução: Regina Célia Simille de Macedo. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2015, 592 p.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, 276 p.
- LANDER, Edgardo. Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). **Hegemonias e emancipações no século XXI.** São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, jul. 2005, p.193-218. (ISBN: 987-1183-20-8). Impresso no Brasil: Cromosete Gráfica e Editora Ltda. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018030912/10_lander.pdf>. Acesso: mai. 2016.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental.** 2003. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP, 2003.
- _____. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio 92 e a Rio+20. **ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 10 mar. 2012, n.136. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=75&id=938>>. Acesso em: mai. 2016
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA): a pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação no Brasil, 4 a 7 set. 2011, USP, Campus de Ribeirão Preto, SP. **Anais VI EPEA: Ribeirão Preto, SP: USP, 2011. v. 0. p. 01-15.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%AAs_da_EA.pdf>. Acesso: abr. 2015.

- _____. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade** (Online), v. 17, n. 1, p. 23-40, São Paulo, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso: abr. 2015.
- LÉLÉ, Sharachchandra M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, v. 19, n. 6, jun. 1991, p. 607-621. Printed in Great Britain: © Pergamon Press plc [Elsevier], 1991. Disponível em: <http://atree.org/sites/default/files/pubs/slele/journal-publications/Lele_SusDev_review_WDev.pdf>. Acesso em: abr. 2015.
- LEMES, Sebastião de Souza. O currículo para a escola democratizada: das pistas históricas às perspectivas necessárias. In: COLVARA, Laurence Duarte (coord.) **Caderno de Formação: formação de professor: Gestão Escolar**, v.2, Bloco 03, D28: Gestão Curricular. São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESP – Pró-Reitoria de Graduação: Univesp, 2013, p.170-181.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, NEPAM/UNICAMP, Campinas, v. 6, n. 2, jul/dez. 2003, p. 99-119. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a07v06n2.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. **Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2011, 249 p.
- LOBATO. Uma velha praga. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 12 nov. 1914a. Artigo publicado em edição nacional do jornal, p. 3.
- _____. Urupês. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 23 dez. 1914b. Artigo publicado em edição nacional do jornal, p. 6.
- _____. **Urupês** (1918). 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1971, 155 p. Série Obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, v. 1. Reeditado a partir da publicação original de 1918.
- _____. **Urupês** (1919). 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. Série Obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, v. 1. Reeditado a partir da publicação original de 1919.
- _____. Problema vital (1918). In: _____. **Mr. Slang e o Brasil e Problema vital**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959a, 340 p. “Obras completas de Monteiro Lobato”, 1ª série, v. 8. Coletânea de artigos, reeditado a partir da publicação original *Problema vital* de 1918, 105 p. pela Revista Brasileira, São Paulo; e *Mr. Slang e o Brasil – Colóquios com o inglês da Tijuca* – de 1927, 178 p., pela Cia. Editôra Nacional, São Paulo.
- _____. **Idéias de Jéca Tatú** (1919). 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959b, 275 p. “Obras completas de Monteiro Lobato”, 1ª Série, v. 4. Coletânea de contos e artigos, reeditado a partir da publicação original de 1919, 213 p., pela Revista Brasileira, São Paulo.
- _____. **Cidades mortas** (1919). 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, 168 p. Obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série, v. 2. Coletânea de contos e impressões, reeditado a partir da publicação original de 1919, pela Revista Brasileira, São Paulo, 213 p.
- _____. A revolução do ensino. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 18 nov. 1920. Artigo publicado em edição nacional do jornal, p. 4.

- _____. *Mr. Slang e o Brasil* (1927). In: _____. **Mr. Slang e o Brasil e Problema vital**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1959c, 340 p. “Obras completas de Monteiro Lobato”, 1ª série, v. 8. Coletânea de artigos, reeditado a partir da publicação original *Problema vital* de 1918, 105 p. pela Revista Brasileira, São Paulo; e *Mr. Slang e o Brasil – Colóquios com o inglês da Tijuca* – de 1927, 178 p., pela Cia. Editôra Nacional, São Paulo.
- LOCAL FUTURES: Economics of Happiness. **Helena Norberg-Hodge**: full biography (online). Totnes, UK; East Hardwick, USA: LOCAL FUTURES (homepage), [201-], Disponível em: <<http://www.localfutures.org/the-economics-of-happiness/the-film/film/helena-norberg-hodge-full-biography/>>. Acesso em: abr. 2016.
- LOGAREZZI, Amadeu. Educação ambiental em resíduo: uma proposta em terminologia. In: CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sista; _____ (orgs.). **Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006, p.85-117. Disponível em: <http://www.ufscar.br/consusol/arquivos/uma_proposta_de_terminologia.pdf>. Acesso em: abr. 2015.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Proposta pedagógica. In: BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Secretaria de Educação a Distância. **Educação ambiental no Brasil**. Salto para o futuro. Ano XVIII, boletim 01, mar. 2008. Rio de Janeiro: MEC. TV Escola, 2008, p.03-12.
- LOURES, Rodrigo Costa da Rocha. **Sustentabilidade XXI: educar e inovar sob uma nova consciência**. São Paulo: Gente, 2009, 234 p.
- LOZANO, DANIEL. Falta de remédios é parte da rotina de venezuelanos. **O Globo**, 14 abr. 2014 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/falta-de-remedios-parte-da-rotina-de-venezuelanos-12185798>>. Acesso em: mai. 2016.
- MALTHUS, Thomas Robert. **An essay on the principle of population**, 1798. (Brasil: In: RICARDO, David). Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população: notas aos princípios de economia política de Malthus. Tradução de Antonio Alves Cury. Apresentação de Ernane Galvêas, p.271-384. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 387. Série “Os Economistas”.
- MANIFESTO pela EA. **Manifesto pela educação ambiental**. Documento elaborado por educadores e educadoras ambientais presentes no lançamento da “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, durante o “Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável (Sustentável 2005)”, evento promovido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), no Rio de Janeiro, de 31 de maio a 2 junho de 2005. Rio de Janeiro, 3 jun. 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/manifesto_ea.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- MARÇAL, Eda Lúcia; PIRES, Fátima. **Zeca planeja a sua vida**. Campinas: Unicamp, 2004. (material de apoio, na forma de revista, para o PLANES: Planejamento Estratégico Institucional da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP).
- MARTINS, Lília A. T. Piza; GALLO, Zildo. Qualidade do crescimento econômico: uma reflexão sobre o caso de Piracicaba. In: TERCI, Eliana Tadeu (Org.). **O desenvolvimento de Piracicaba: história e perspectivas**. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 2001, p.127-167.
- MASLOW, Abraham Harold. A theory of human motivation. **Psychological Review**, nº. 50, p. 370-396, July de 1943
- MASSIMI, Marina. **História das ideias psicológicas no Brasil, em obras do período colonial**. São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 1985.

- MATUS, Carlos. **Estratégias políticas: chimpanzé, Maquiavel e Gandhi.** Trad. Giselda Barroso Sauveur. São Paulo: Fundap, 1996, 294 p.
- MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992, 224 p.
- MEADOWS, Dennis L. et al (MIT project team director). **The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind.** New York: Universe Books, 1972, 205 p. (Brasil: Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973, 203 p).
- MEDINA, Naná Mininni. Breve histórico da educação ambiental. In: PÁDUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene Francisca. (Org). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil.** Brasília: Ipê, 1997, p. 257-269.
- _____. Os desafios da formação de formadores para a educação ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed.). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos.** 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, p. 9-27.
- MEIRA, Pablo (Pablo Ángel Meira Cartea). In praise of environmental education. **Policy Futures in Education**, v. 3, n. 3, p.284-295. [S.l.], sep. 2005. Disponível em: <<http://pfe.sagepub.com/content/3/3/284.full.pdf+html>>. Acesso em: jun. 2016.
- MELLO, Leonardo Freire; OJIMA, Ricardo. Além das certezas e incertezas: desafios teóricos para o mito da explosão populacional. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.** 2004. Caxambu, MG, de 20 a 24 de setembro de 2004.
- MILL, John Stuart. Principles political economy, 1857. In: WINCH, Donald (Ed.). **Principles of political economy: with some of their applications to social philosophy: books IV and V.** London, Harmondsworth: Penguin, 1970, p. 387.
- MONARCHA, Carlos Roberto da Silva. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009, 342 p. (Prêmio Jabuti 2010).
- MORRE aos 58 anos Hugo Chávez, presidente da Venezuela. **Portal G1 (Globo.com)**, São Paulo, 5 mar. 2013 (atualizado em 6 mar. 2013) [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/morre-aos-58-anos-o-presidente-da-venezuela-hugo-chavez.html>>. Acesso em: mai. 2016.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo (org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 144 p.
- NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008, 229 p.
- NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Mauricio de Carvalho (Org.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília: IBAMA, 2002, 368 p.
- NORBERG-HODGE, Helena. **Ancient futures: learning form Ladakh.** Berkley, CA, USA: Sierra Club Books, 1991.
- OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Trad. Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 386 p.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas.** 22. ed., 2. reimpr. São Paulo, 2006, 336 p.

- OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)**. 2011. 267 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP, 2011.
- ONU. BR. Organização das Nações Unidas. Representação no Brasil. [homepage]. Declaração de Ban Ki-moon à Assembleia Geral da ONU sobre os resultados da Rio+20, 28 jun. 2012. **A ONU Brasil na Rio+20**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/declaracao-de-ban-ki-moon-a-assembleia-geral-da-onu-sobre-os-resultados-da-rio20/>>. Acesso em: jun. 2016.
- OPOSIÇÃO obtém maioria nas eleições parlamentares da Venezuela. **CartaCapital** (por Deutsche Welle), 7 dez. 2015 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/oposicao-vence-maioria-nas-eleicoes-parlamentares-da-venezuela>>. Acesso em: mai. 2016.
- ORTIZ, Délis. Na Venezuela, falta remédio, comida, equipamentos e até papel higiênico. **Jornal da Globo**, Edição do dia 19 jun. 2015 [versão online]. Não paginado. Délis Ortiz, correspondente do Jornal da Globo, em Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/06/na-venezuela-falta-remedio-comida-equipamentos-e-ate-papel-higienico.html>>. Acesso em: mai. 2016.
- PÁDUA, José Augusto. Dilemas entrecruzados (Resenha). **Estudos Avançados** (Revista do IEA-USP, impresso), v. 20, n. 57, p.409-414, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10170/11757>>. Acesso em: mar. 2015.
- _____. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados** (Revista do IEA-USP, impresso), v. 24, n. 68, p.81-101, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468/12202>>. Acesso em: mar. 2015.
- PARDO, Daniel. Possibilidade de levante militar está no ar na Venezuela, diz líder opositor. **BBC Mundo**, São Paulo (BBC do Brasil), 20 mai. 2016 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36340912>>. Acesso: mai. 2016.
- PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. De asas de jacarés e rabos de borboletas à construção fenomenológica de uma canoa. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, p.213-232, 2005.
- PEDROSO, Carolina Silva. A escalada de tensões na Venezuela pós-eleições parlamentares. **O Estado de S. Paulo**, Estadão Noite, São Paulo, 12 jan. 2016. Artigo reproduzido pela Assessoria de Comunicação e Imprensa da Reitoria da UNESP [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://www.unesp.br/portal#!/noticia/20547/a-escalada-de-tensoes-na-venezuela-pos-eleicoes-parlamentares/>>. Acesso em: mai. 2016.
- PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil: sanear o Brasil e povoá-lo; e enriquecê-lo; e moralizá-lo**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1918.
- PERRENOUD, Philippe. **Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2004, 230 p.
- PERRY, Ted. **A carta do Cacique Seattle** (1854). 1. ed. Tradução de Alice Galeffi e design de Luciana Gobbo. São Paulo: Versal, 2007, 80 p.
- PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p.179-195, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>>. Acesso em: mai. 2015.

- PLATÃO. *Laws*, 350 a.C. In: JOWETT, Benjamin. **Laws, Plato**. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.
- RODRIGUES, Diego Freitas; PIRES, Mônica Sodré. Regime internacional de mudanças climáticas: estagnação ou aprendizado institucional? **Revista Política Hoje**. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, v. 19, n. 2, p. 398-436, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/viewFile/79/50>>. Acesso em: mai. 2016.
- RODRIGUES, Jéssica Nascimento; GUIMARÃES, Mauro. Políticas públicas e educação ambiental na contemporaneidade: uma análise crítica sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). **Ambiente & Educação**. Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, v. 15, n. 2, p. 13-30, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/view/1009/1054>>. Acesso em: mai. 2015.
- RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da (Cacau). **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios**. Fortaleza: Edições UFC (Universidade Federal do Ceará), 2009, 241 p.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento econômico e a questão ambiental: algumas considerações. **Análise Econômica** (FCE-UFRGS), set. 1991, v. 9, n. 16, p.141-152. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10380/6087>>. Acesso em: mar. 2015.
- _____. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares**. Campinas: I/E Unicamp, 1999, 25 p. (Texto para discussão. IE/Unicamp, n. 68).
- ROTH, Kenneth. A imortalidade dos direitos. **Veja**, ed. 2.481, ano 49, n. 23, 8 jun. 2016, p.17-21. Entrevistadora: Nathalia Watkins. São Paulo: Editora Abril, 2016.
- RUIC, Gabriela. A Venezuela está à beira do colapso. Entenda. **Exame**, São Paulo (Editora Abril), 17 mai. 2016 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/a-venezuela-esta-a-beira-do-colapso-entenda>>. Acesso em: mai. 2016.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel C. de Moura. (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, p.135-148, 2005.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009, p.1-14. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>; ou <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf>. Acessos em: mai. 2015.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986, 207 p.
- _____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993, 103 p.
- _____. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 392 p.
- SATO, Michèle. Identidades da educação ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. In XII Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental: Educação Ambiental nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável. Portugal, Lisboa: **Anais... ASPEA**, 2005, 5p. [conferência]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/michsato_aspea.pdf>. Acesso: mai. 2016.

- SATO, Michèle. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005b.
- SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p.72-103, jul./dez, 1997. Disponível no sítio da UFMT apenas em versão online não paginada, no formato html, em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_ambiental_e_desenvolvim.html>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, p. 17-44, 2005a.
- _____. Currents in environmental education: mapping a complex and evolving pedagogical field. **Canadian Journal of Environmental Education**, Canada, v. 1, n. 10, p.11-37, spring 2005. 2005b. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ881772.pdf>>. Acesso em: mai. 2015.
- SCOULLOS, Michael J. Towards an environmental education for sustainable development. In: United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO). **Interregional Workshop on Re-orienting Environmental Education for Sustainable Development**, jun. 1995, p.26-30. (Annex 6, p.1-10). Athens: UNESCO, 1995.
- _____. Conceptualizing ESD. **SIG Quarterly: Education for Sustainable Development**. Soka Gakkai International, [Tokyo], oct. 2004. Não paginado. Disponível em: <<http://www.sgiquarterly.org/feature2004Oct-6.html>>. Acesso em: abr. 2015.
- SILVA JÚNIOR, Ivanaldo Soares da. A educação ambiental como meio para a concretização do desenvolvimento sustentável. **Direito Público: Estudos, Conferências e Notas** (Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP), v. 1, n. 17, p.128-140, Brasília, jul./ago./set. 2007. (Publicado pela IOB Editora). Disponível em: <<http://www.direitopublico.idp.edu.br/index.php/direitopublico/article/view/405/953>>; ou <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/a-educacao-ambiental-como-meio-para-a-concretizacao-do-desenvolvimento-sustentavel.pdf>>. Acessos em: abr. 2015.
- _____. **O postulado constitucional do desenvolvimento sustentável sob o enfoque da sua concretização no ordenamento jurídico brasileiro e estadual**. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013, 569 p.
- SILVA, Luciana Meire da. **O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930**. 2013. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, SP, 2013.
- SMITH, Adam. **An inquiry into the nature of the wealth of nations**. London: A. Strahan & T. Cadell, 1776.
- SOUZA, André Luiz Lopes de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma reflexão crítica. **Papers do NAEA**, n. 45, ago. 1994. Belém-PA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), 1994, 42 p. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/86>>. Acesso em: abr. 2015.
- SOUZA, André Portela. Políticas de distribuição de renda no Brasil e o Bolsa-Família. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP. **Working Paper**. XXX. n. 1/2011, C-MICRO series, jan. 2011. São Paulo: FGV-EESP, 2011, 33 p. Disponível em: <http://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/arquivos/WP_1_2011.pdf>. Acesso em: mai. 2016.

- SUN TZU. A arte da guerra, [500? a.C.]. In: HANZHANG, Tao. **A arte da guerra de Sun Tzu**: os 13 capítulos originais. Tradução do chinês para o inglês por Yuan Shibing; do inglês para o português por Sally Tilelli. São Paulo: Gente, 2011, 190 p.
- TOMANINI, Cláudio. **Venda muito mais** – na trilha do sucesso: como transformar planejamento em resultados de vendas. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- TORRES, Carlos Alberto (Org.). **Teoria crítica e sociologia política na educação**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003, 319 p.
- TRATADO de EA. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Documento elaborado pela sociedade civil no Fórum Global, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, CNUMAD-92, Rio de Janeiro, 3-14 jun. 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- ÚLTIMAS jogadas de xadrez na Venezuela. **O Estado de S. Paulo**, Internacional (por *The Economist*), 9 fev. 2016 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ultimas-jogadas-de-xadrez-na-venezuela,1830669>>. Acesso em: mai. 2016.
- UN. UNITED NATIONS. Declaration and Recommendations of the Stockholm Conference. In: **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm, Sweden, 5-16 Jun. 1972. Stockholm, Sweden: UN, 1972a, 78 p. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Resolution 2.997, adopted at the twenty-seventh session, 2112th plenary meeting, 15 December 1972. Institutional and financial arrangements for international environmental cooperation. **Governing Council of the United Nations Environment Programme – UNEP**. New York: UN General Assembly, 1972b. Disponível em: <<http://www.un.org/ga/president/61/follow-up/environment/NR027027.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Resolution UN Doc. A/RES/38/161, 19 December 1983: Meeting 102. **Process of preparation of the Environmental Perspective to the Year 2000 and Beyond**. New York: UN General Assembly, 1983. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/38/a38r161.htm>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Report of the UNCED: Rio Declaration on Environment and Development. **United Nations Conference on Environment and Development – UNCED**. Rio de Janeiro, 3-14 jun. 1992. New York: UN General Assembly, 12 aug. 1992a. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>. Acesso: abr. 2015
- _____. Resolution UN Doc. A/RES/47/191, 22 December 1992: *Institutional Arrangements to follow up the UNCED – Commission for Sustainable Development – CSD*. UN General Assembly, 1992b.
- _____. Earth Summit + 5. Programme for the Further Implementation of Agenda 21. **Special Session of the UN General Assembly**. New York, 23-27 jun. 1997: 19th special session, Agenda item 8, 11th plenary meeting, 28 jun. 1997. New York: UN General Assembly, 1997. (Resolution A/RES/S-19/2 adopted by UN General Assembly). Disponível em: <http://www.un.org/en/events/pastevents/earthsummit_plus_5.shtml>. Resolution A/RES/S-19/2 (without reference to a Main Committee), disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/S-19/2>. Acessos: mai. 2015

- _____. Declaração do Milênio. Versão em português. (United Nations. *Millennium Declaration*. Resolution A/RES/55/2, 8 Sep. 2000). **Cimeira do Milênio**. Nova York, 6-8 de Setembro de 2000. DPI/2163. Portuguese. August 2001. Lisboa: Published by United Nations Information Center. Portugal, Lisbon, 2001, 20 p. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. Johannesburg Declaration on Sustainable Development (Declaração de Johannesburgo). **World Summit on Sustainable Development** (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – CMDS), Johannesburg, South Africa, 26 aug./4 sep. 2002. New York: UN Publication, 2002a. (A/CONF.199/20). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/confjohannesb.pdf>>. Acesso: abr. 2015.
- _____. Resolution 57/254, Session 57th. **United Nations decade of education for sustainable development**. Agenda item 87-a. New York: UN General Assembly, 2002b. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a57r254.htm>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Resolution adopted 57/254. Report of the Second Committee, Agenda item 87-a (A/57/532/Add.1). **Official Records UN General Assembly: 57th session, 78th plenary, 20 dec. 2002**. United Nations decade of education for sustainable development. New York: UN General Assembly, 2002c, p.7-8. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/757/69/PDF/N0275769.pdf?OpenElement>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Resolution 70/1. 4th plenary meeting. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015 (A/RES/70/1). Seventieth session, Agenda items 15 and 116. 21 October 2015. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: UN General Assembly, 2015a, 35 p. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: discutida e proposta na sede das Nações Unidas, de 25 a 27 set. 2015. Adotada em 21 out. 2015. New York: UN General Assembly, 2015b, 49 p. (versão em português). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>; ou em html: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>>. Acessos em: mai. 2016.
- UnB. CDS. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. [homepage]. **Sobre o CDS**. Brasília, DF: UnB, sem data [s/d]a. Disponível em: <<http://www.cds.unb.br/cds/portal2/index.php/pt/sobre-o-cds>>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. [homepage]. **Docentes e Pesquisadores do Centro de Desenvolvimento Sustentável**. Programa de Pós-Graduação – CDS/UnB. Temas de Pesquisa (exclusivo para candidatos ao doutorado). Brasília, DF: UnB, sem data [s/d]b. Disponível em: <<http://www.cds.unb.br/cds/portal2/index.php/pt/docentes/86-pos-graduacao/processo-selecao/269-temas-de-pesquisa>>. Acesso em: mai. 2016.
- UNCED. United Nations Conference on Environment and Development. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 jun. 1992. Copyright © United Nations Division for Sustainable Development (UN Department of Economic and Social Affairs), 1992, 351 p. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

- UNEP. United Nations Environment Programme. **Declaration of the United Nations Conference on the human environment**. Stockholm, Sweden, 1972. Disponível em: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>. Acesso em: jul. 2012. (Brasil: Organizações das Nações Unidas – PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Escritório de representação fixa no Brasil. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972 – “Declaração de Estocolmo”. Estocolmo, Suécia, 1972. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf> >. Acesso em: jul. 2012).
- _____. Nairobi Declaration. **Governing Council of UNEP**. Nairobi, Kenya, 10-18 may. 1982. Nairobi, Kenya: UNEP, 1982. Disponível em: <http://www.un-documents.net/nair-dec.htm>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. **Organization profile**. Nairobi, Kenya, PSS/06-51658, jun. 2006. Disponível em: <http://www.unep.org/PDF/UNEPOrganizationProfile.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- UNEP; UNCTAD. United Nations Environment Programme; United Nations Conference on Trade and Development. **The Cocoyoc Declaration**. Adopted by the participants in the UNEP/UNCTAD: symposium on “Patterns of Resource Use, Environment and Development Strategies”, Cocoyoc, Mexico, 8-12 oct. 1974. Não paginado. Disponível em: <http://www.mauricestrong.net/index.php/cocoyoc-declaration>>. Acesso: abr. 2015.
- UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). **Refonte de l'éducation pour un développement durable** (Reshaping education for sustainable development), Dossiers Environnement et Développement. Paris: UNESCO, 1992.
- _____. Educating for a sustainable future: a transdisciplinary vision for concerted action. (Basic Document). **International Conference on Environment and Society: education and public awareness for sustainability**. Thessaloniki, Greece, 8-12 dec. 1997. Thessaloniki, Greece: UNESCO, 1997, 44 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686eo.pdf>>. Acesso em: mai. 2015.
- _____. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas; e Declaração de Tessalônica. **Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade**. Tessalônica, Grécia, 8-12 dez. 1997. Brasília: Ed. IBAM, 1999, 118 p. Documento Básico, p.10-112; Declaração de Tessalônica, p.113-117. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686porb.pdf>>. Acesso: mai. 2015.
- _____. **Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005, 120 p. Escritório de Representação UNESCO no Brasil. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso: abr. 2015.
- _____. **The Ahmedabad Declaration 2007: A Call to Action**. Education for Life: Life Through Education. Adopted by the Fourth (4th) International Conference on Environmental Education. 28 nov. 2007. Ahmedabad, India: UNESCO, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001573/157326e.pdf>>. Acesso: jun. 2016.
- _____. **Declaração de Bonn**. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Século XXI. Conferência Mundial de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 31 mar. a 2 abr. 2009. Bonn, Alemanha: UNESCO, 2009a. Disponível em: http://www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_energia/decada_do_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: mai. 2016

- _____. **Bonn Declaration.** UNESCO World Conference on Education for Sustainable Development, 31 mar. to 2 apr. 2009. Bonn, Germany: UNESCO, 2009b. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188799e.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.
- _____. **World Conference on Education for Sustainable Development: learning today for a sustainable future** (Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável: aprendendo hoje para um futuro sustentável). Aichi-Nagoya, Japan, 10-12 nov. 2014. Aichi-Nagoya, Japan: UNESCO, 2014a. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/education/events/calendar-of-events/education-global-conferences/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. **Shaping the future we want:** UN Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014). FINAL REPORT (Moldando o futuro que queremos: Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável [2005-2014]. RELATÓRIO FINAL). Aichi-Nagoya, Japan: UNESCO, 2014b, 198 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002301/230171e.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.
- UNESCO; CONSED. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Marco Regional de Ação de Santo Domingo e Educação para Todos: O compromisso de Dakar.** Textos adotados pela Conferência Regional de Educação para Todos nas Américas. Santo Domingo, República Dominicana, 10-12 fev. 2000; e pelo Fórum Mundial de Educação de Dakar. Dakar, Senegal, 26-28 abr. 2000. Brasília: UNESCO/CONSED, 2001, 70 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso: abr. 2015.
- UNESCO; IBECC. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Comissão Estadual de São Paulo). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais: reflexões sobre alternativas de futuro.** OLIVEIRA, Eda Terezinha (coord.); RUTKOWSKI, Emília Wanda (org.). Brasília: UNESCO, IBECC, 2008, 184 p. (Declaração de Ahmedabad 2007). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001918/191897POR.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.
- UNESCO; UNEP. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO; United Nations Environment Programme – UNEP. La Carta de Belgrado. In: **Seminário Internacional de Educación Ambiental.** Programa Internacional de Educación Ambiental (PIEA) – UNESCO/PNUMA. Belgrado, Yugoslavia (atual Sérvia), 13-22 out. 1975. Belgrado, Sérvia: UNESCO/UNEP, 1975. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000276/027608SB.pdf>>. Acesso: abr. 2015.
- _____. The Belgrade Charter: a global framework for environmental education. **The Network's Newsletter: Connect.** UNESCO/UNEP Environmental Education Newsletter, v. 1, n. 1, jan. 1976. Paris: UNESCO/UNEP, 1976. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001533/153391eb.pdf>>. Acesso: abr. 2015.
- _____. Final Report of the Intergovernmental Conference on Environmental Education. Declaration and Recommendations of Tbilisi. **Intergovernmental Conference on Environmental Education.** Tbilisi, Georgian SSR, Union of Soviet Socialist Republics (USSR), 14-26 out. 1977. Tbilisi (atual Gérgia): UNESCO/UNEP, 1977. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000327/032763eo.pdf>>. Traduções da Declaração/Recomendações Tbilisi, disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>>. Acessos em: abr. 2015.

- _____. International strategy for action in the field of environmental education and training for the 1990s (Outline). In: **International Congress on Environmental Education and Training**. Moscow, USSR, 17-21 aug. 1987. Moscou, Rússia: UNESCO/UNEP, 1987, 31 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000750/075072Eo.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.
- _____. Unced: the earth summit. **The Network's Newsletter: Connect**. UNESCO/UNEP Environmental Education Newsletter, v. XVII, n. 2, jun. 1992. Paris: UNESCO/UNEP, 1992. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001535/153549eo.pdf>>. Acesso: abr. 2015.
- UNESP. Universidade Estadual Paulista. Especial Rio+20: cúpula dos sonhos. **Jornal UNESP**, São Paulo, ano 22, n.279, jul., 2012. Disponível em: <<http://www.unesp.br/jornal/279>>. Acesso em: jul. 2016.
- UNESP. Rio+20. Universidade Estadual Paulista. **UNESP na Rio+20** (blog). Diário de Bordo por Cíntia Leone. O futuro que nós teremos. São Paulo, 22 jun.2012. Disponível em: <<http://www.unesp.br/riomais20>>. Acesso em: jul. 2016.
- UT, Nick [Huỳnh Công Út]. The terror of war: depicting children in flight from a napalm bombing (naked girl burned: Phan Thi Kim Phúc, 9-years-old). Creation date: June 08, 1972, 06:16:34 AM. Photographer: Nick Ut. Location: Trang Bang, Vietnam. Transmission reference: APHS021000. In: **Associated Press** (Vietnam Napalm 1972 – photo gallery:) New York, 8 jun. 1972. Fotografia, preto e branco. Vencedora do Prêmio Pulitzer de 1973. Disponível em: <<http://www.apimages.com/metadata/Index/Watchf-AP-I-VNM-APHS021000-Vietnam-Napalm-1972/e674e44489a54fbca89b41a7d821b89e/1/1>>. Acesso em: mar. 2015.
- VALENTE, Thiago Alves. **Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 254 p. © 2010 Editora Unesp, São Paulo.
- VALERY, Yolanda. A rotina de filas, privações e saques criada pela escassez de comida na Venezuela. **BBC Mundo**, São Paulo (BBC do Brasil), 21 mai. 2016 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36315630>>. Acesso em: mai. 2016.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 220 p.
- _____. Meio ambiente & desenvolvimento. São Paulo: Ed. Senac, 2006, 182 p. (Série Meio Ambiente, 5. Coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra).
- _____. Entender a sustentabilidade. **Valor Econômico**. São Paulo, 28 out. 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/4577>>. Acesso: mai. 2016.
- _____. A educação posta em duro xeque. **Valor Econômico**. São Paulo, 29 set. 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://sustentaculos.pro.br/assets/08---artigo-do-jose-eli---educacao-em-xeque---29set15.pdf>> ou <<http://www.zeeli.pro.br/4847>>. Acesso: mai. 2016.
- VENEZUELANOS passam noites em filas de supermercados para conseguir alimentos. **O Estado de S. Paulo** (Reuters), 14 ago. 2015 [versão online]. Não paginado. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,venezuelanos-passam-noites-em-filas-nos-supermercados-para-conseguir-alimentos,1744002>>. Acesso em: mai. 2016.

- VENZKE, Cláudio Senna; NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do. Caminhos e desafios para a inserção da sustentabilidade socioambiental na formação do administrador brasileiro. **RAM. Revista de Administração Mackenzie** (Impresso/Online), v. 14, n. 3, Edição Especial, p. 26-54, São Paulo, mai./jun. 2013. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/4854/4158>> ou <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a03v14n3.pdf>>. Acessos em: abr. 2015.
- VERRI, Lewton Burity. **Administração e controle da qualidade ambiental: salvemos o planeta**. Joinville-SC: Clube de Autores, 2013, 120 p.
- VICTOR, Mauro Antônio Moraes et al. **Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois**. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, 72 p. Disponível em: <file:///C:/Users/E6410/Downloads/cem_anos_de_devastacao_2005.pdf>. Acesso: jun. 2016.
- VILLAS BÔAS, Fernanda Litvin. **Mosaico de olhares: um diálogo entre o Assentamento Colônia I e a Universidade de Brasília**. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF, 2007.
- WCED. World Commission on Environment and Development. United Nations. **Our common future**. CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Documentos da ONU: relatório transmitido à Assembleia Geral, anexo ao documento A/42/427 – Desenvolvimento e Cooperação Internacional: Ambiente. Noruega, Oslo: 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>> ou em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acessos em: abr. 2015.
- WCEFA. World Conference on Education for All. Meeting basic learning needs: a vision for the 1990s; and World Declaration on Education for All. **World Conference on Education for All: Meeting Basic Learning Needs**. (Background Document). Jomtien, Thailand, 5-9 mar. 1990. Jomtien, Thailand: WCEA, 1990, 164 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000975/097552e.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

OBRAS CONSULTADAS / Bibliografia complementar

(que também se faz como uma lista de sugestões para leitura)

- AGHION, Philippe; HOWITT, Peter. (Collaboration Leonardo Bursztyn). **The economics of growth**. Cambridge: MIT Press. © 2009 Massachusetts Institute of Technology.
- AMAZONAS, Mauricio de Carvalho. Desenvolvimento sustentável e a economia ecológica. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Mauricio de Carvalho (Org.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: IBAMA, 2002, p. 107-286.
- BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. **Administração estratégica e vantagem competitiva**. 3. ed. Trad. Midori Yamamoto. São Paulo: Pearson P. H., 2011, 408 p.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 176 p
- BLUEPRINT for survival. **The Ecologist**, v. 2, n. 1, jan. 1972. [London, UK] 25 p.
- BOOKCHIN, Murray. **Towards an ecological society**. Montreal: Black Rose Book, 1964.

- BOTTOMLEY, William Beecroft. **Use of nitrogen-fixing organisms in agriculture or horticulture**. US 982569 A, 27 apr. 1910, 24 jan. 1911. (patente). United States Patent Office. Disponível em: <<http://patentimages.storage.googleapis.com/pages/US982569-0.png>>; assim como em: <<http://www.google.tl/patents/US982569>>. Acessos: mar. 2015.
- _____. The formation of humic bodies from organic substances. **The Biochemical Journal**, June 1915, v. 9, n. 2, p.260-268. From the Botanical Laboratories, King's College, London. Received May 10th, 1915. Disponível em: <<http://www.biochemj.org/bj/009/0260/0090260.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências, entre as quais revoga a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Diário Oficial da União**. Brasília: Presidência da República, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83>. Acesso em: jun. 2016.
- BRASIL. CF. Câmara Federal. Ata da 327ª Sessão, em 21 de novembro de 2007. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, ano 62, n. 211, 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22NOV2007.pdf>>. Acesso: jun. 2016.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez Editora; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 180 p.
- CÂNDIDO, Antônio. **Parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros), v. 118, 1964, 239 p.
- CARSON, Rachel. **Silent spring**. Boston, USA: Houghton Mifflin, 1962. (Brasil: Primavera silenciosa. São Paulo: Gaia, 2010, 327 p).
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: PÁDUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene Francisca. (Org). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Ipê, p. 271-280, 1997.
- _____. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: MMA. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Philippe Pomier Layrargues (coord.). Prefácio da ministra Marina Silva. Brasília: MMA, 2004, p. 13-24. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégias**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010, 322 p.
- COMMONER, Barry. **The closing circle: nature, man, technology**. New York: Knopf, 1971.
- DALY, Herman Edward. Toward a stationary-state economy. In: HARTE, John; SOCOLOW, Robert (Ed.). **The patient Earth**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Nupaub, USP, 2000, 169 p..

- DORST, Jean. **Avant que nature meure**. France: Delachaux et Niestlé (Suisse), 1965. (Brasil: Antes que a natureza morra: por uma ecologia política. São Paulo: Edgard Blucher: EDUSP, 1973, 394 p).
- DUARTE, Érico Esteves. A análise crítica de Clausewitz (Kritik): rigor epistemológico e potencial interdisciplinar. In: 2º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa Nacional, 2008, Niterói. **Anais 2º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa Nacional**, Niterói, RJ, 2008.
- EHRlich, Paul Ralph.; EHRlich, Anne Howland. **Population, Resources, Environment**. San Francisco (USA): W. H. Freeman and Company, 1970, 72 p.
- _____. (Paul and Anne). **Bevölkerungswachstum und umweltkrise**. Die ökologie des menschen. Frankfurt am Main, 1972, S. XII.
- FALK, Richard Anderson. **This endangered planet**: prospects and proposals for human survival. New York: Random House, 1971, 495 p. [Brasil: Morte e sobrevivência da Terra: a ecologia e as soluções para salvar o planeta. Rio de Janeiro: Artenova, 1972, 278 p.].
- FGV. CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getulio Vargas (FGV). **A Era Vargas**. Produção, Navegando na História, A Era Vargas [versão online]. Sem local – *Sine loco* [S.l.]: Sem data [s/d]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies>>. Acesso em: jun. 2016.
- FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). Sustentabilidade: desafios para a educação científica e tecnológica. **Em Aberto**, Brasília, v. 27, n. 91, p. 1-000, jan./jun. 2014, 212 p. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/181>>. Acesso em: abr. 2015.
- FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Trad. Marise Manuel. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, 224 p.
- GALBRAITH, John Kenneth. **The affluent society**. Boston (USA): Houghton Mifflin Company, 1958. (Brasil: A sociedade afluyente. São Paulo: Pioneira, 1987, 290 p).
- GAUDIANO, Edgar González. **La Educación ambiental de cara a la problemática ambiental global**. Ciencia UANL. Universidad Autónoma de Nuevo León, México, v. X n.4, p.425-432, oct.-dic, 2007. Disponível em: <<http://eprints.uanl.mx/1787/1/Problematicaambiental.pdf>>. Acesso em: ago. 2015.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The entropy law and the economic process**. London: Cambridge, 1971.
- HAMEL, Gary P.; PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao. **Competindo pelo futuro**: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã. 17. reimpr. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 1995, 377 p.
- HARDIN, Garrett James. **Exploring new ethics for survival**: the voyage of the spaceship Beagle. New York (USA): Viking Press, 1972, 273 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, 356 p.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David. P. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. 21. reimpr. Trad. Luiz Euclides T. Frazão Filho. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, 344 p.
- KRUTCH, Joseph Wood. **The desert year**. New York: W. Sloane Associates, 1951, 270 p.
- _____. **The voice of the desert**: a naturalist's interpretation. New York: W. Sloane Associates, 1955 (and 1956), 193 p.

- _____. **Grand canyon:** today and all its yesterday. New York: W. Sloane Ass., 1958, 276 p.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça:** o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998, 234 p.
- LEOPOLD, Aldo. The land ethic (essay). In: _____ (Ed.). *A sand county almanac: and sketches here and there*. New York: Oxford University Press, 1949, p.201-226.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Philippe Pomier Layrargues (coord.). Prefácio da ministra Marina Silva. Brasília-DF: MMA, 2004, p. 85-111. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Philippe Pomier Layrargues (coord.). Prefácio da ministra Marina Silva. Brasília: MMA, 2004, p. 65-84. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso: abr. 2015.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011, 420 p.
- MISHAN, Edward [Ezra] Joshua. **Costs of economic growth**. New York: Frederick A. Praeger, 1967.
- MONARCHA, Carlos Roberto da Silva. **A Escola Normal da Praça:** o lado noturno das luzes. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque Mourão. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo:** um estudo de sociologia diferencial. 1971. Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, São Paulo, 1971.
- NOBRE, Marcos. Crescimento econômico *versus* preservação ambiental: origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Mauricio de Carvalho (Org.). **Desenvolvimento sustentável:** a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002, p. 27-48.
- ODUM, Eugene Pleasants (with Howard Thomas Odum). **Fundamentals of ecology**. Philadelphia (USA): W. B. Saunders Company, 1953, 383 p. (Portugal: Fundamentos da ecologia. 3. ed. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1979, 595 p).
- ONU. BR. Organização das Nações Unidas. Representação no Brasil. [homepage]. **A história da organização**. Brasília, DF: ONU Brasil, sem data [s/d]. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em: jun. 2016.
- PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista, 1786-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, 318 p.
- PÁDUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene Francisca. (Org). **Educação ambiental:** caminhos trilhados no Brasil. Brasília: Ipê, 1997, 283 p.
- PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed.). **Educação Ambiental:** desenvolvimento de cursos e projetos. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002, 350 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945, 354 p.

- REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal:** empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006, 134 p.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável, sustentado. Prefácio Celso Furtado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 152 p.
- _____. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007, 472 p.
- SATO, Michèle. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Itinerários da educação ambiental: um convite a percorrê-los. In: _____; _____. (Orgs.). **Educação Ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, p.11-15, 2005a.
- THEODORO, Suzi Maria de Córdova Huff; FIGUEIREDO, Pamôra Mariz Silva de; BEKE, Zeke. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: **II Encontro da ANPPAS**, 26-29 mai. 2004, p. 1-15. Campinas: ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/suzi_theodoro.pdf>. Acesso em: jun. 2016.
- UCP – Universidade Católica Portuguesa; LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto. **Futuro Sustentável – Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto:** Agenda 21 na escola: ideias para implementação. Porto, Portugal: Universidade Católica Portuguesa, Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia; Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, nov. 2004, 36 p. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Ag21naescola.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.